



umanitas

70

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

humanitas

Vol. LXX



COIMBRA
2017

FICHA TÉCNICA

Título: *Humanitas* – Revista do Instituto de Estudos Clássicos

Directora Principal: Carmen Soares

Diretores Adjuntos: José Luís Lopes Brandão; Margarida Lopes de Miranda

Assistente Editorial: João Pedro Gomes

Comissão Científica: Alberto Maffi (Università degli Studi di Milano-Bicocca); Alberto Bernabé Pajares (Universidade Complutense de Madrid); Andrés Pociña, (Universidad de Granada); Belmiro Fernandes Pereira (Universidade do Porto); Elaine Christine Sartorelli (Universidade de São Paulo); Fabienne Blaise (Université de Lille 3 – Université des Sciences Humaines et Sociales); Fábio Faversoni (Universidade Federal de Ouro Preto); Fábio de Souza Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Fernando Brandão dos Santos (Universidade Estadual de São Paulo); Giorgio Ieranò (Università degli Studi di Trento); Henriette van der Blom (University of Glasgow); Italo Pantani (Università di Roma); John Wilkins (Exeter University); Jonathan R. W. Prag (University of Oxford); José Ramos (Universidade de Lisboa); Kees Meerhoff (Universiteit van Amsterdam); Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais); Maria de Fátima Silva (Universidade de Coimbra); Maria do Céu Fialho (Universidade de Coimbra); Nair Castro Soares (Universidade de Coimbra); Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales et Centre d’Anthropologie Religieuse Européenne); Sergio Audano (Centro di Studi sulla Fortuna dell’Antico “Emanuele Narducci”); Thomas Figueira (Rutgers University); Violeta Pérez Custodio (Universidad de Cádiz)

URL: Português: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/revista?id=90310&sec=5>

Inglês: <https://digitalis.uc.pt/en/revista?id=90310&sec=5>

Propriedade: Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Morada: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra.

Periodicidade: Semestral

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rua da Ilha n.º 1 – 3000-214 Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Sede da redação: Instituto de Estudos Clássicos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

3004 – 530 Coimbra

Tel.: 239 859 981 – Fax: 239 410 022 – E-mail: classic@fl.uc.pt

Secretariado: Clotilde Cruz

Pré-Impressão: Imprensa da Universidade de Coimbra

Execução gráfica: www.artipol.net

Zona Industrial de Mourisca do Vouga, Apartado 3051, 3754-901 Águeda

Depósito legal: 63505/93

ISSN: 0871 – 1569

ISSN digital: 2183 – 1718

DOI: https://doi.org/10.14195/2183-1718_70

Publicação subsidiada por:

Banco SANTANDER



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SOBRE A REVISTA

A *Humanitas* é a mais antiga revista publicada em Portugal especializada em Estudos Clássicos Greco-Latinos e Renascentistas, mas aberta a contributos de áreas dialogantes (História, Arqueologia, Filosofia, Religião, Arte, Retórica, Recepção dos Clássicos, entre outras). Tem mantido um ritmo de publicação anual regular, desde o ano da sua criação, em 1947, e é propriedade do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trata-se de uma revista destinada a académicos e investigadores, tanto nacionais como estrangeiros. Aceitam-se trabalhos em português (língua do espaço lusófono), bem como em inglês, espanhol, italiano e francês. Em nome da internacionalização crescente da revista, privilegia-se a publicação de estudos em inglês. Publicam-se duas tipologias de contributos: a) estudos de especialidade, originais e que constituam abordagens relevantes e dinamizadoras do avanço do conhecimento nas respetivas áreas; b) resenhas críticas de obras publicadas há menos de 2 anos, à data de envio da proposta. Os contributos de tipo a) são sujeitos a um processo de avaliação cega, por avaliadores internacionais considerados especialistas nas áreas científicas em questão. A aceitação dos contributos de tipo b) é da responsabilidade da Direção da Revista e da sua Comissão Científica. Não serão considerados os manuscritos submetidos também a processos de publicação noutros periódicos ou livros, pelo que os proponentes têm de declarar, no ato de envio do trabalho, sob compromisso de honra, que observam esta cláusula.

A *Humanitas* está catalogada no Web of Science (Thomson Reuters/ ESCI), no Latindex, na Dialnet, no European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS), no Directory of Open Access Journals (DOAJ), EBSCO, no Scientific Journal Impact Factor e na BIBP (Base d'Information Bibliographique en Patristique).

Política de Acesso Aberto

Esta revista oferece acesso aberto imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento a nível internacional e promove a transferência do saber.

ABOUT THE JOURNAL

Humanitas is the oldest scholarly journal published in Portugal devoted to Greek, Latin and Renaissance Classical Studies, although it welcomes contributions from other interfacing fields of study (History, Archaeology, Philosophy, Religion, Art, Rhetoric, Reception of the Classics, among others). Owned by the Instituto de Estudos Clássicos of the Faculdade de Letras, University of Coimbra, *Humanitas* has been published regularly on a yearly basis since its inception in 1947. The journal is aimed at researchers and scholars, both Portuguese and international. Contributions in Portuguese (the language of the Lusophone world), as well as in English, Spanish, Italian and French are welcome. Given its growing internationalization, the journal privileges the publication of articles in English. Contributions can be of two types: a) original specialized articles constituting relevant approaches capable of stimulating the advancement of research in their respective areas; b) review articles of works published during the 2 years preceding the submission. Type a) contributions are subject to a blind peer review process by international referees chosen on the basis of their expertise in the relevant scientific areas. Responsibility for publication of type b) contributions rests with the journal's Board of Editors and Advisory Board. This journal does not accept papers submitted for publication in other periodicals or books. Upon submission of their manuscripts, all authors must declare on their honour that they comply with this rule.

Humanitas is indexed at Web of Science (Thomson Reuters/ESCI), Latindex, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS), Directory of Open Access Journals (DOAJ), EBSCO, Scientific Journal Impact Factor and BIBP (Base d'Information Bibliographique en Patristique).

Open Access & Subscriptions

This journal provides immediate open access to its content, in line with the principle of free availability of scientific knowledge, which furthers the cause of knowledge democracy and promotes knowledge internationally.

ÍNDICE

Artigos

**Apontamentos sobre a imagética animal na *Hécuba* de Eurípides:
a caracterização do herói e o símbolo transversal
da cadela e do lobo**

Some notes on animal imagery in Euripides' *Hecuba*:
the characterization of the hero and the transversal
symbols of the bitch and the wolf

Nelson Henriques Ferreira 9

**O tratado pseudo-hipocrático *Sobre as Carnes*
e o testemunho do *Fédon***

The pseudo-hippocratic treatise *On Flesh* and the testimony of *Phaedo*
Sussumo Matsui e Gabriele Cornelli 25

**Tradicón analística y elaboración literaria en la estructura del libro V
de las *Antigüedades romanas* de Dionisio de Halicarnaso**

Analistic tradition and literary elaboration in the structure of the fifth
book of Dionysius of Halicarnassus' *Roman Antiquities*

Miguel Ángel Rodríguez Horrillo 37

Plutarco en las *Noctes Atticae* de Aulo Gelio

Plutarch in *Noctes Atticae* by Aulus Gellius

Ramiro González Delgado 61

**A *epipolesis* – receção de um discurso de origem homérica
pela historiografia portuguesa de Quinhentos**

Epipolesis – the reception of a discourse of homeric origin
by the Portuguese historiography of the sixteenth century

Luís Henriques 87

**O Conto da *Ilha Desconhecida* de José Saramago
e a simbologia da viagem**

José Saramago's *The Tale of The Unknown Island*
and the voyage simbology

Maria Luísa de Castro Soares 109

Recensões

- Ana Teresa Peixinho,
BILRO, Sherley, Vinho, Genebra e Champanhe.
Diz-me o que bebes, dir-te-ei quem és. 129
- María de los Ángeles Pérez Samper,
BRAGA, Isabel Drumond, Sabores e segredos.
Receituários conventuais portugueses da Época Moderna. 132
- Maria Isabel Miguens de Carvalho Homem,
MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, Contributos para a História
da Alimentação Algarvia a partir das atas de vereação de Loulé
(1384-1488) 135
- Maria José Lopes,
MILLER, Olivier e Sanchi, Luigi-Alberto,
Paris, carrefour culturel autour de 1500. 139
- Maria de Fátima Silva,
NANCY, Claire, Euripide et le parti des femmes. 142
- Joaquim Pinheiro,
VAN NOORDEN, Helen, Playing Hesiod:
The 'Myth of the Races' in Classical Antiquity 144

Notícias

- Maria José Araújo,
3.ª Conferência Internacional de História e Culturas
da Alimentação, promovida pelo Institut Européen d' Histoire
et des Cultures de l'Alimentation (IEHCA), na Universidade
François Rabelais de Tours, nos dias 1 e 2 de junho de 2017. 151

- Permutas activas. Compras. Ofertas.** 153

ARTIGOS

(Página deixada propositadamente em branco)

**APONTAMENTOS SOBRE A IMAGÉTICA ANIMAL NA *HÉCUBA*
DE EURÍPIDES: A CARACTERIZAÇÃO DO HERÓI E O SÍMBOLO
TRANSVERSAL DA CADELA E DO LOBO¹**

**SOME NOTES ON ANIMAL IMAGERY IN EURIPIDES' *HECUBA*:
THE CHARACTERIZATION OF THE HERO AND THE TRANSVERSAL
SYMBOLS OF THE BITCH AND THE WOLF[?]**

NELSON HENRIQUES FERREIRA

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
nelsonhenriquecechuc@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-2637-3211>

Artigo recebido a 23-05-2016 e aprovado a 01-02-2017

Resumo

Seja pela excelência em combate, solução de enigmas, edificação de cidades ou mesmo limpeza de estábulos, ao herói associava-se o extraordinário, a condição social ou etiológica especial, a capacidade de superar provas que só a imaginação poderia conceber. Por tal, a memória narrativa do herói antigo sobrevive à passagem do tempo e até ao desaparecimento da cultura que lhe deu origem, através da tradição popular ou pela cristalização da arte de expressão. Ora, pretende-se com este breve ensaio identificar alguns dos mecanismos usados no processo da criação do herói no imaginário coletivo, mais precisamente aqueles que envolvem a imagética animal e a significação simbólica a ela associada, no contexto das culturas do mediterrâneo – tomando essencialmente as fontes literárias

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito da Bolsa de Doutoramento FCT SFRH/BD/93806/201.

como fundamento. Nesse sentido, o nosso objetivo será debater o modo como a imagética animal potenciou e singularizou a concepção do herói e, ao mesmo tempo, explorar o meio e o motivo pelos quais a simbologia animal se cristalizou de forma quase universal.

Palavras-chave: Imagética animal; lobo, cão, herói, tradição popular, etiologia

Abstract

Being it for excellence on war, puzzle solving, cities' building or even cleaning stables, the hero was associated with the extraordinary, with a social or special aetiological condition, with the ability to overcome hardships that only the imagination could conceive. The narrative memory of the ancient hero survives the passage of time and the disappearance of its original culture through tradition or crystallization of artistic expression. With this short essay, we intend to identify some of the mechanisms in conception process of the image of the hero and its repercussions in the collective imagination, specifically those involving animal imagery and symbolic meaning. We aim to discuss how animal imagery potentiated the design of the hero and at the same time, explore the means for its universalization.

Keywords: animal imagery; wolf, dog, hero, popular tradition, aetiology.

Seja pela excelência em combate, solução de enigmas, edificação de cidades ou mesmo limpeza de estábulos², ao herói associava-se o extraordinário, a condição social ou etiológica especial, a capacidade de superar provas que só a imaginação poderia conceber. Por tal, a memória narrativa do herói antigo sobrevive à passagem do tempo e até ao desaparecimento da cultura que lhe deu origem, através da tradição popular ou pela cristalização da arte de expressão. A propósito e no contexto cultural do mediterrâneo, poder-se-iam notar várias ‘personagens tipo’³, que transcendem culturas e períodos históricos. Teseu seria um perfeito exemplo do arquétipo grego e teria paralelo com Gilgamesh, o mais célebre herói no contexto da antiga mesopotâmia. Poder-se-á até considerar a possibilidade da existência proto-heróis que tivessem servido de esboço para a construção de figuras heroicas com origens e perfis similares, moldadas em função do povo que lhes prestava culto. Neste aspeto remetemos para uma a reflexão acerca do

² Considerado o quinto trabalho de Hércules: “Os estábulos de Augias”.

³ O poderoso guerreiro – cuja arrogância gera infortúnio quer ao herói quer aqueles que o rodeiam – é um dos exemplos mais famosos e encontra em Gilgamesh e Aquiles os seus mais famosos protótipos literários.

super-homem e de modelos associados a este conceito, como seja o célebre passo de *Also sprach Zarathustra* de Friederich Nietzsche.⁴

De modo a estimular a conceptualização de uma imagem concreta e imediata do valor do herói para determinado público – e entenda-se por público todos aqueles com acesso à transmissão do mito, independentemente da via pela qual esta era feita –, a constatação das faculdades do personagem heroico beneficiou muitas vezes de paralelismos e comparações, implícitas ou explícitas.

Pretende-se com este breve ensaio identificar alguns dos mecanismos usados no processo da criação do herói no imaginário coletivo, mais precisamente aqueles que envolvem a imagética animal e a significação simbólica a ela associada, no contexto das culturas do mediterrâneo, tomando essencialmente as fontes literárias como fundamento. Nesse sentido, o nosso objetivo será debater o modo como a imagética animal potenciou e singularizou a conceção do herói e, ao mesmo tempo, explorar o meio e o motivo pelos quais a simbologia animal se cristalizou de forma quase universal, ao ponto de conter em si um valor semântico próprio e de difícil mutabilidade, extensível no tempo e com reflexo nos nossos dias em códigos linguísticos, na literatura, cinema, arte e cultura popular.⁵ Nesse sentido, não abordaremos a simbologia animal enquanto entidade literária com uma génese concreta, ou seja, traçando a evolução dos signos que se lhe associam em função da maior antiguidade cronológica de determinada ocorrência textual. Isto porque tal abordagem partiria sempre do princípio que um determinado texto ou tradição marca uma fase da construção do símbolo, algo que contraria a nossa tese de que o símbolo antecede a linguagem literária, mais ainda quando a literatura a que temos acesso surge já numa fase bastante avançada do psicossocial, como seria o caso da literatura grega por oposição às literaturas mesopotâmicas.⁶

A definição de Herói no espaço do mediterrâneo antigo não obedeceu a um rígido código, estruturado por convenções de carácter artístico ou religioso, antes seguiu algumas linhas orientadoras que permitiriam atestar a sua condição. Sublinhe-se a ênfase dada a este espaço geográfico, pois

⁴ Vide Cap.3-4; *Übermensch* é o termo utilizado na exposição do conceito.

⁵ A propósito da transversalidade dos arquétipos e estereótipos da simbologia animal na linguagem abstrata e a sua transversalidade cultural, geográfica e cronológica, vide Ferreira 2012.

⁶ Cf. Ferreira 2012.

além de uma proto-cultura comum, também é caracterizável pela idêntica fauna em praticamente todo o território. Na verdade, relativamente à questão geográfica e ambiental, poder-se-á considerar uma matriz do ecossistema mediterrâneo.

Na cultura grega antiga, o herói épico distinguiu-se dos demais pela *aretê* (excelência) resultante da distinção deste numa determinada qualidade ou valor moral. Na *Iliada* de Homero esse estatuto é alcançado essencialmente através dos feitos bélicos e etiologia; já na *Odisseia*, o uso do intelecto mostra-se como um meio importante para a manifestação da excelência heroica. O herói helénico poderia enquadrar-se tanto no plano divino, como (super)humano – ainda que em narrativas épicas ou fabulares o seu estatuto implicasse uma experiência obtida em ambos os domínios. A personagem heroica podia estar associada ao mundo natural selvagem, tratando-se de um animal ou de um humano dotado de características animais. A propósito, lembre-se o exemplo de Pégaso, que em certa medida surge como um herói mítico ou, fazendo novamente um paralelo com a cultura mesopotâmica, o célebre companheiro de Gilgamesh, Enkidu, herói de natureza selvagem.⁷

O referido aspeto animal assume grande importância na definição do herói, dado que permite a atribuição de características imediatamente identificáveis através da imagem e sugestão ao mundo natural, independentemente da tradição mítica em que se enquadre. Neste aspecto, é a tradição popular e o contacto com o mundo natural o definidor das características simbólicas do animal.⁸ Repare-se no exemplo da *Hécuba* de Eurípides e na metamorfose da personagem homónima, que a dada altura seria anunciada pelo ‘vilão’ da tragédia, Polimestor.⁹ A rainha de Troia transformar-se-á numa cadela, forçada por um ambiente perverso e um sentimento de vingança pela ninhada perdida.¹⁰ Tal processo de transformação psicológica, mais do que uma metafórica mutação física, contém em si o símbolo de desumanização. De modo a contextualizar a ação, lembramos que Hécuba havia perdido todos os filhos, o último dos quais, a derradeira esperança da heroína e

⁷ Cf. George 2013.

⁸ A propósito da relação, intervenção e recepção simbólica do animal no espaço do mediterrâneo antigo vide Collins 2002.

⁹ Eur. *Hec.* 1261.

¹⁰ Para um estudo da metáfora da cadela na literatura à luz da condição feminina, vide Aguiar 2001.

da sua casa, seria assassinado de forma traiçoeira e inesperada, algo que transportaria a heroína para o limiar do desespero.

Hécuba trama um embuste contra Polimestor, assassino do filho, atraindo-o pela cobiça. Ludibria-o graças ao uso de uma retórica malévola, leccionada pelas circunstâncias a que foi sujeita. A heroína ter-se-ia apercebido do poder da retórica e do seu potencial maligno à medida que ia contactando com Ulisses, o qual, através de um hábil e mal intencionado uso, vai conseguindo atingir os seus intentos, à maneira do tradicional ‘lobo matreiro’ da fábula (vide infra). Essa circunstância identifica a contemporaneidade da obra, isto é, lembra as teses retóricas defendidas pelos Sofistas e as suas atividades na Atenas dos finais do século V a.C.

A transformação de Hécuba é consequência de um ato selvagem e desmesurado: uma vez em posição favorável, as suas cúmplices tratam de atacar os filhos de rei trácio ao mesmo tempo que este é agarrado e impedido de lhes prestar auxílio. Portanto, e seguindo as pistas do poeta, após o atentado contra Polimestor e os seus filhos, a rainha troiana é um ser bravo, pois os seus atos parecem desprovidos de racionalidade moral, dado ter tomado a liberdade de exercer um castigo que é em tudo desmedido relativamente à falta cometida pelo castigado. O elemento humano é o catalisador do enredo da vingança; já a concretização desta é uma agressão que pretende a dor do visado e a sua anulação enquanto indivíduo. Este olvido é algo sumamente superior à própria morte: o ataque vingativo de Hécuba cega Polimestor e os filhos deste são mortos na presença do pai, sem que este os possa defender.

Pela cegueira, interdita-se a Polimestor o contacto com o mundano; com a morte dos filhos, é-lhe amputada qualquer possibilidade de existência, já que, na velhice, se vê impedido de viver em função de um futuro por ele gerado. Resumindo, é incapaz de actuar no presente devido à sua debilidade e impossibilitado de possuir uma “casa” que lhe assegure a continuidade e um lugar na memória. Portanto, a ‘pegada’ deste perde-se com a sua semente. Dessa forma, deixa de haver um propósito para a existência, pelo que morre sem que lhe seja dada a morte. Na verdade, Hécuba vinga-se num único acto de todas circunstâncias a que foi sujeita por diferentes intervenientes, nos vários momentos da sua narrativa pessoal e mitológica. Recorde-se que a rainha de Troia se viu reduzida à escravatura, a filha foi sujeita ao concubinato pelos chefes dos destruidores de Troia e perdeu todos os filhos varões, a esperança de refazer a casa dos governantes de Príamo.

O ataque motivado pela perda da prole justifica a classificação da heroína troiana como κύων (vv. 1265 e 1273)¹¹. É conhecido o forte instinto maternal desta espécie da família dos canídeos. O cão seria uma presença comum no quotidiano da Grécia clássica, uma vez que compartia o próprio espaço doméstico. Desse modo, o sentido protector de uma cadela para com a prole seria de senso comum na Atenas da segunda metade do século v a.C., e a ainda incompleta metamorfose de Hécuba neste animal – justificável para o público da época, pois tal corresponderia uma associação natural: um instinto maternal, levado à bestialidade –, transformaria um acto humano num comportamento típico de uma cadela.¹²

A propósito da tradição do símbolo deste animal na Grécia clássica, devemos sublinhar que os signos que o compõem e o conhecimento popular dos mesmos remontam a períodos pré-históricos para os quais é impossível traçar qualquer cronologia ou idealizar um evolução concreta. Isto porque a domesticação deste animal antecede em muito a formação das primeiras sociedades complexas. O mesmo será dizer que os códigos cristalizados na linguagem de pensamento abstracto são muito anteriores à literatura, pelo que muito provavelmente a forma mais pura do símbolo, a comparação de características básicas, antecede não só a literatura homérica como a própria mitologia ou mesmo construção da sociedade grega.¹³

A metáfora da cadela, concretizada posteriormente na premonição de Polimestor (v. 1259), não é mais do que a aquisição de uma característica animal por parte de um humano. Apesar de conhecida no ambiente doméstico, a cadela não deixa de ter uma conotação bravia, não só porque na época este animal também vivia em estado selvagem, mas porque não é dotada de espírito racional (*logos*). Nesse sentido, ainda que domesticada, é selvagem por natureza, dada a ausência de um *logos* que lhe oriente a conduta.

A selvajaria permite identificar o expoente do grau de loucura. Isto é, a metamorfose do homem-demente em besta: alguém que já não obedece a

¹¹ (...) κύων γενήσῃ πύρσ' ἔχουσα δέργματα (...) “Irás tornar-te numa cadela de olhos de fogo”. Eur. *Hec.* 1265; (...) κυνὸς ταλαίνης σῆμα, ναυτίλοις τέκμαρ. “(...) de túmulo de cadela desgraçada e será um ponto de referência para os marinheiros.” Eur. *Hec.* 1273.

¹² Para o símbolo da cadela e do cão na literatura vide também Ferber 2007, pp. 59-60.

¹³ Para exemplos da antiguidade do símbolo da cadela na literatura vejam-se os exemplos sumério e acádicos apresentados por Alster (1979) e a comparação com o mesmo símbolo em provérbios gregos.

qualquer código moral, que desrespeita o espaço social que lhe está destinado e o poder divino. Distingue-se dos demais e desvia-se do conceito de justiça, ao viver numa realidade onde não exista homem, cidadão ou deuses, pelo que a consciência dos seus actos equivale a uma relação sentimento/corpo. Ou seja, sem qualquer filtro de uma racionalidade humana. A injustiça leva o indivíduo a reger-se em função de si próprio, perdendo-se assim o conceito de cidadão, o fundamento da sociedade grega. De modo que, ainda que na essência permaneça homem, este faz-se selvagem.¹⁴ Quer isto dizer que os signos úteis para uma descrição do seu comportamento apenas podem obedecer às regras do mundo natural, tal e qual este é concebido pelo sentido comum popular.

Contudo, há uma outra possibilidade de interpretação. O termo κῶν poderia funcionar como simples insulto, dado que a cadela traz associada a si não só a selvajaria, mas também a devassidão. Esta conotação teria que ver com os vários parceiros sexuais a que uma cadela se submete – hábito que em contexto cultural grego, machista e patriarcal, seria antropológicamente anómalo. Esta leitura poderia encontrar paralelo com o lamento de Helena de Troia na *Iliada*¹⁵, que parece insultar-se a si mesma ao apelidar-se de ‘cadela’. Tal consideração, além de indicar a sua situação desgraçada, pelo mal que causou e pelas perdas que inevitavelmente sofrerá; também pode remeter para o facto da mesma ter abandonado Menelau e fugido com Páris para Troia, naquilo que seria uma traição de cariz sexual, pois abandona ‘a casa’ por outro parceiro.

Lembre-se que a imagética animal e a construção do símbolo derivam de uma ancestral relação do homem com a natureza e do enraizamento na linguagem de conceitos obtidos pela observação (senso-comum). Seguindo o modelo da ‘interpretação sexual/moral’, o crime de Hécuba seria considerado tão hediondo por Polimestor, que esta se faria um ser abjecto para a sociedade pelo seu comportamento desviante. Porém, sublinhe-se o facto de ainda assim ser um elemento integrante da sociedade e, embora marginalizado pela sua conduta, associa-se a esta como exemplo negativo. Portanto e seguindo esta interpretação, não estaria tanto em causa um ser selvagem, mas sim um indivíduo transgressor no seu espaço social. Nesse sentido, Hécuba seria tão repugnante socialmente como uma qualquer mulher

¹⁴ Esta questão remete para a *hybris*, insolência, frequentemente associada ao herói grego, que esquece a sua condição de homem, excedendo-se na medida do acto.

¹⁵ *Il.* 6.344.

numa sociedade de carácter machista e patriarcal que transgredisse a moral do espaço doméstico por causa de necessidades sexuais.

Em resumo, a rainha troiana define-se através de um simples atributo: a mãe selvagem e vingadora, expressa na imagem de uma cadela. O herói, antes homem de excelência, faz-se besta, não pela metamorfose do corpo, mas da *phren* (alma).

O herói que tem ou procura uma capacidade desmesurada, incongruente com a sua natureza, ascende também a um estado selvagem, imbuído de um instinto de auto preservação ou busca por um poder ainda maior¹⁶. É nesse aspecto que reside o limite moderno entre o herói e o vilão. A dicotomia parece definir-se pelo uso do poder em função de uma determinada sociedade ou para a controlar ou para a dominar/destruir. A antiguidade parece não prever a ideia de vilão (némesis do herói), pelo menos relativamente a capacidades extraordinárias usadas única e exclusivamente para a prática do mal. Na verdade, o herói grego – sublinhe-se o herói da tragédia – desvia-se da excelência do sua natureza cometendo *hybris*. Todavia, existe um exemplo contraditório que parece confirmar a regra, não fosse o herói em questão o representante de um determinado grupo, os Sofistas. Seria esse herói o Ulisses da *Hécuba* de Eurípides. Ainda assim, esta exceção não deriva tanto da construção do herói Ulisses ‘per se’, mas da perspectiva da própria Hécuba.

Nesta obra, Ulisses surge também associado a um animal, ainda que não sofra qualquer metamorfose. Contém, isso sim, elementos que evocam o lobo (v. 90), quando Hécuba lembra o sonho em que a filha Ihe é arrebatada do colo pelas garras de um lobo (λύκος)¹⁷. A semelhança de Ulisses com este animal é apresentada a dois tempos: quando Ulisses vem buscar Políxena e à medida que vai usando uma retórica que a rainha troiana toma por maliciosa, por permitir ao herói grego a recusa dos deveres de hospitalidade¹⁸. O uso

¹⁶ Tomem-se os exemplos contidos em algumas obras cinematográficas contemporâneas, baseadas nos *comics* da editora Marvel.

¹⁷ [εἶδον γὰρ βαλιάν ἔλαφον λύκου αἴμονι χαλᾷ σφαζομένην (...)] “Eu vi uma corça de pele mosqueada nas garras sangrentas de um lobo que a chacinava (...)” Eur. *Hec.* 90-91. Neste passo, Políxena tem correspondência simbólica com a corça, animal frágil e vítima natural dos grandes predadores. Cf. Ferreira 2012, pp. 28-58. Cf. com símbolo da ovelha na literatura (vide Ferber 2007, pp. 191-193)

¹⁸ Recorde-se que Ulisses foi salvo por Hécuba aquando de uma expedição a Troia, estando em dívida para com a rainha por esta ter atendido à sua condição de suplicante. Ora, os deveres de hospitalidade pressupõem não só a prestação de auxílio ao suplicante

da palavra como adúlterador de factos lembra o animal da fábula esópica e, da mesma maneira, evoca os embustes do Lobo que tenta convencer o frágil cordeiro a tomar determinado procedimento para finalmente cair nas garras do predador¹⁹. O motivo do engano é relacionável com o lobo pela própria aparência fisionómica que este tem com o cão, o fiel companheiro do homem²⁰. A semelhança é enganosa porque aquilo que aparenta ser um nobre animal, de carácter submisso e protector, na verdade, é um animal selvagem, que tenta a todo custo buscar a sua subsistência nas presas mais acessíveis. Provavelmente, o lobo falante da fábula não seria ignorado por Eurípides quando construiu a personagem do governante de Ítaca que oculta a malícia num suposto sentido de justiça. Isto, claro está, partindo da perspectiva analítica da própria Hécuba. Ainda assim convém notar que a simbologia linguística associada ao lobo antecede a personagem da fábula, pelo que o arquétipo literário seguido e expandido pela literatura parte dos signos que constituem a imagem cristalizada na cultura popular.²¹ O mesmo é dizer que o símbolo não deriva da literatura, pelo menos naquilo que são os seus constituintes mais simples com origem na observação do mundo natural.

Será necessário pensar o lobo enquanto elemento integrante de uma proto-história humana. De resto, a figura do lobo na tradição popular indicia uma característica malévola, falsa e destrutiva. Esta imagem remonta a tempos bastante recuados em que o contacto com a natureza era próximo e quotidiano. O lobo é uma figura negativa nas várias culturas mediterrâneas, numa tradição ancestral e que se pretende comum. Isto porque representava uma ameaça constante quer para a pecuária, quer para a pastorícia; logo era uma elemento disruptivo do equilíbrio necessário para a subsistência da sociedade e do homem. Mais uma vez, tenha-se em conta a fábula

que cumpra o ritual, mas também o retorno de um favor antigo. Vide *Gabriel Herman* (1987).

¹⁹ Note-se o seguinte passo da *Ilíada* como exemplo: “Cada um dos chefes dos Dânaos matou um homem. Tal como os lobos ladrões que se atiram aos cordeiros, escolhendo-os de entre os rebanhos, quando por causa da negligência do pastor estão dispersos nos montes.” Οὔτοι ἄρ’ ἠγεμόνες Δαναῶν ἔλον ἄνδρα ἕκαστος./ὥς δὲ λύκοι ἄρνεσσιν ἐπέχραον ἢ ἐρίφοισι/σίνται ὑπ’ ἕκ μῆλων αἰρέυμενοι, αἳ τ’ ἐν ὄρεσσι/ ποιμένος ἀφραδίῃσι διέτμαγεν/ οἱ δὲ ἰδόντες (*Il.* 16. 351-354).

²⁰ Recorde-se a propósito a morte do velho cão de Ulisses, Argo, ao perceber o regresso do dono. Cf. Ferreira 2012, pp.34-66.

²¹ Para o símbolo do lobo na literatura vide também Ferber 2007, pp. 240-241.

esópica como veículo de transporte da imagética animal popular e a carga negativa associada ao símbolo do lobo. Tome-se a fábula esópica *O Lobo e O Cordeiro* como exemplo²².

Contudo, deve ter-se em consideração um aspecto importante: a tradição não atribui variações às características do lobo. Esta imutabilidade não se mostra como condicionante, antes permite que, dependendo das circunstâncias, esses atributos tenham uma carga positiva ou negativa. Na *Ilíada* ocorre ser feita uma comparação entre o guerreiro e o lobo. Neste caso, exacerba-se a capacidade bélica do soldado, equiparável à de um lobo selvagem.

Ulisses é de facto um lobo e o uso da retórica como atributo desta personagem, obedecendo à mecânica de linguagem da imagética animal, é ao mesmo tempo a pele de nobre cão e as perigosas garras de lobo²³. Pelo discurso, tenta mostrar-se como um justo, que está obrigado a cumprir os desígnios de outros chefes gregos. No entanto, enquanto constrói todo um argumento, aparentemente válido, para os seus atos, está a desrespeitar leis divinas. Lembre-se o problema trazido pela assistência devida aos suplicantes (vide supra), pois havendo uma lei moral que obriga à reciprocidade de um anterior suplicante, esta é violada por uma lógica pragmática, mas ao mesmo tempo imoral. Este é o Ulisses que Hécuba vai identificando ao longo do texto euripídiano; ainda que a real imagem se materialize antes da heroína sofrer as consequências do encontro: através do referido sonho profético (vide supra), pelo que a marca simbólica do lobo é objectivamente identificável.

A retórica e o cunho negativo que esta carrega na tragédia terá presente uma crítica aos sofistas, elementos considerados nocivos à *polis* pela exploração negativa da retórica argumentativa capaz de tornar o verdadeiro em falso e o falso em verdadeiro. Tal remete para um exemplo apresentado por Demóstenes num dos seus discursos, *Contra Aristogíton*. Aí, o orador ático acusa Aristogíton de ser um lobo disfarçado de cão, usando um jogo

²² Note-se que não existe variação no valor simbólico assumido por este animal na fábula esópica. Vide Ferreira 2013, f. 155, p. 174.

²³ Note-se como um passo da *Ilíada*, paralelo a este caso, é exemplo da figuração da ferocidade do lobo na violência da actividade humana: ἀργαλέον Τρώων καὶ Ἀχαιῶν· οἱ δὲ λύκοι ὡς ἀλλήλοισι ἐπόρουσαν, “Troianos e Aqueus, como lobos lançavam-se uns contra os outros” (*Il.* 4. 471); e repete-se em Ἴσας δ’ ὑσμίνῃ κεφαλᾶς ἔχεν, οἱ δὲ λύκοι ὡς θῦνον· “Iguais cabeças tinha a batalha e lançavam-se uns contra os outros como lobos.” (*Il.* 11. 72).

de inversão de valores semânticos.²⁴ Isto porque, enquanto se apresenta como um defensor da polis, é nocivo para a mesma; ataca o rebanho que se compromete a defender²⁵, imputando crimes a outros cidadãos.²⁶

Partindo da mesma mecânica de conversão da imagem em símbolo linguístico, na *Iliada* Posídon introduz a simbólica animal no seu discurso com o intuito de tornar mais objectiva a ideia que pretende passar aos aqueus: a extrema e ilógica alteração de espírito dos troianos:

*“Os Troianos avançam contra as nossas naus, eles que
Antes pareciam corças amedrontadas, que na floresta
Se tornam presa de chacais, panteras e lobos,
Enquanto vagueiam impotentes, sem espírito combativo.”²⁷*

Neste passo, o poeta da *Iliada* caracteriza a força, bravura e ferocidade dos troianos por simples comparação ao chacal, pantera e lobo, enfatizando-a através do contraste criado pela imagem da corsa, ser débil e por isso assustadiço.

O paralelo com o mundo natural, como já referido, permite a realização imediata da imagem e consequentemente um efeito objectivo no espírito do receptor do discurso. Deste modo as hostes dos aqueus compreenderiam que tal metamorfose não seria possível – de presa para predador – e que o seu temor deveria ser suprimido, pois a corsa não pode caçar o lobo. A corsa é um animal perseguido na natureza por quantos predadores há. Se anteriormente os troianos eram temerosos, novamente deviam ser levados a esse estado, pois fora o enfraquecimento dos atacantes gregos que lhes havia inflamado o espírito. A percepção do desnível entre o predador e a corsa avivaria o sentido da sua própria condição enquanto atacantes e do povo troiano enquanto vítimas. Desta feita, não é um herói que se define através de elementos animais, mas dois povos, podendo estes alternar entre o mais fraco e o mais forte. Esta variação reflecte a inconstância do espírito

²⁴ A referência ao disfarce terá que ver com o epíteto de cão da assembleia, atribuído a Aristogítton, segundo o orador ateniense (*Aris.* 1. 40).

²⁵ “ (...) ποδαπός; οἷος οὐς μὲν αἰτιᾶται λύκους εἶναι μὴ δάκνειν, ἃ δὲ φησι φυλάττειν πρόβατ’ αὐτὸς κατεσθίειν.” “(...) que espécie [de cão]? Aquele que não ataca os que considera ser lobos, mas que devora o rebanho que afirma proteger” (*Aris.* 1. 40).

²⁶ Veja-se o processo movido por Aristogítton contra Hémenon, referido pelo orador no mesmo discurso (*Aris.* 1. 1-12). Cf. Ferreira 2011.

²⁷ *Il.* 13. 101-104. Trad. Frederico Lourenço.

humano, pois a referência a estes animais não parte das suas características físicas, mas do seu comportamento no meio natural.

Outro exemplo será o passo onde é feita uma nova comparação de um colectivo humano ao lobo, de forma a exacerbar as capacidades destrutivas dos guerreiros Mirmidões:

*“(...) e eles como lobos
Carnívoros, em cujo espírito existe uma fúria inominável –
Lobos que nas montanhas mataram um grande veado chifrado
E o devoraram, todos eles com as bocas vermelhas de sangue;
Avançam em matilha (...)” Il.16. 156*²⁸

Também o discurso de Aquiles dirigido a Heitor (*Il. 22. 261-264*) poderá ser tomado como exemplo do potencial da imagética animal na retórica. Neste caso, em vez de se evocarem características animais, evocam-se as relações destes no meio natural:

*“Heitor, não me fales, ó louco! De acordos,
Tal como entre leões e homens não há feis juramentos,
Nem entre lobos e ovelhas existe concordância,
Mas sempre estão mal uns com os outros.”*²⁹

Pretende Aquiles sublinhar a condição de inimigos como inerente à própria existência de ambos os heróis. Da mesma forma que é contra a natureza a amizade do lobo e do cordeiro, também o entendimento dos guerreiros se faz surreal e inconcebível. Portanto, são inimigos naturais e, tal como o lobo e o cordeiro, a sobrevivência de um depende da morte do outro.

A própria pele do lobo ou de outros animais tem a capacidade de sugerir o símbolo ao provocar a identificação da imagem que lhe dá sentido. A pele parece ser transmissora dos atributos do animal para quem a enverga. Nesse sentido, quando Dólon, guerreiro troiano que aceita espiar o acampamento dos aqueus,

²⁸ Trad. Frederico Lourenço.

²⁹ Trad. Frederico Lourenço.

“... pôs aos ombros o arco recurvo e se cobriu com a pele de um lobo cinzento, na cabeça pôs um Elmo de pele de doninha...”³⁰,

este pretende adquirir, de forma simbólica, as capacidades aguerridas e furtivas do lobo e da doninha – desse modo, procura fazer-se rápido, ágil e silencioso, escapando à vigília dos aqueus.

Ao vestir a pele do animal, o herói ora pretende encarnar o poder associado à besta, ora sugerir ao inimigo que enfrenta mais do que um simples homem, alguém que supera as limitações humanas. Portanto, o herói é o equivalente ao que se poderia considerar um super-homem. Esta é a concretização da influência do factor psicológico num combate, enquanto elemento de desequilíbrio. Não são raros os casos históricos ou mitológicos em que o guerreiro pretende vencer o adversário antes do confronto propriamente dito, tentando aparentar um poder que o faça temível. A imagética animal desempenha um papel preponderante, pois a imagem tem o valor que a cultura de origem do intérprete lhe atribui.

Se um soldado teme o touro por lhe saber a força bestial, ver num campo de batalha um adversário que se dirige para si furiosamente, envergando uma indumentária alusiva a este animal, provocará um temor relativamente ao valor do animal e não ao homem, bem mais fraco. Tal resulta do choque da associação imediata e espontânea ao mundo natural e das construções de sentido montadas a partir deste na tradição.

Seja pelo discurso, pela imagética tradicional ou pela sugestão física, as características animais, quando associadas ao herói, promovem a fuga aos limites impostos à espécie humana. Sabe o ouvinte, leitor ou espectador que uma determinada característica do herói excede aquilo que a condição natural deste permitiria alcançar. Sendo que só os exemplos da natureza possibilitam um meio de comparação que se faça concebível para uma compreensão comum. De facto, a definição pela sugestão da imagem promove um entendimento espontâneo de realidades que não têm existência na experiência de vida quotidiana do indivíduo. Ou seja, o fantástico como realidade concebível.

³⁰ ἔσσατο δ' ἔκτοσθεν ῥινὸν πολιοῖο λύκοιο, > κρατὶ δ' ἐπὶ κτιδέην κυνέην (II. 10. 334).

Bibliografia

Edições e traduções:

- Altenmüller, H., B. Arouda, A. Levine, R. S. O’Fahey, K. R. Veenhof, C. H. M. (eds Collard, Christopher (1991), *Euripides: Hecuba*. Warminster.
- Ferreira, N. (2013), *Aesopica. A fábula esópica e a tradição fabular grega*. Coimbra.
- George, A. R. (2013), *The babylonian Gilgamesh Epic. Introduction, critical edition and cuneiforme texts*. Vol. 1-2. Oxford.
- Homero, (2005), *Iliada* (Frederico Lourenço, Trad.). Lisboa.
- Homero, (2006), *Odisseia* (Frederico Lourenço, Trad.). Lisboa.
- Page, T. E. (1986), *Demóstenes. Against Aristogeiton*. London.
- Perry, B. E. (2007), *Aesopica. A series of texts relating to Aesop or Ascribed to him*. Chicago.
- Virgílio (2003), *Eneida* (L. Cerqueira; A. Alves de Sousa; C. Guerreiro, trad.). Lisboa.

Estudos:

- Adrados, F. Rodríguez (1986), *Historia de la fábula greco-latina I-II-III*. Madrid.
- Aguiar, S. (2001), *The Bitch is Back. Wicked Women in Literature*. Carbondale and Edwardsville.
- Alster, B. (1979), “An Akkadian and a Greek Proverb: A Comparative Study”, *Die Welt des Orients* 10: 1-5.
- Collins, B. (2002), *A History of the Animal World in the Ancient Near East*. Leiden.
- Derrida, J. (2003), *Políticas da Amizade* (Fernanda Bernardo, trad.). Porto.
- Ferber, M. (2007), *A Dictionary of Literary Symbols*. Cambridge.
- Ferreira, N. (2011), “A imagética animal no discurso político: a tradição popular em Demóstenes – *Contra Aristogiton*”, in *Memória & Sabedoria*. Lisboa, 523-532.
- Ferreira, N. (2012), *A imagética animal e a concepção popular: Um paralelo entre a literatura egípcia e a fábula esópica*. Coimbra.
- Fialho, M. (2005) “Crise Política e Perversão da Retórica no Teatro de Eurípidés”, *História da Teoria das Ideias* 26: 47-69.
- Gellie, G. H. (1980) “Hecuba and Tragedy”, *ANTICHTHON* 14: 30-44.
- Herman, G. (1987), *Ritualised Friendship & the Greek City*. New York.

- López Eire, A. (2007), “Rhetoric and Language”, in *A Companion to Greek Rhetoric*. Oxford.
- Meridor, R. (1978), “Some observations on Euripides Hecuba” *AJPh* 99. 1: 28-35.
- Ober, J. (1994), *Power and Oratory in Democratic Athens: Demosthenes 21, Against Meidias*. In *Persuasion: Greek Rhetoric in Action*. London.
- Rabinswiz, N. (2008), *Greek Tragedy*. Oxford.
- Seaford, R. (1995), *Reciprocity and Ritual: Homer and Tragedy in the Developing City-State*. Oxford.
- Segal, C. (1990a), “Golden Armor and Servile Robes: Heroism and Metamorphosis in Hecuba of Euripides”, *AJPh* 111. 3: 304-317.
- Segal, C. (1990b) “Violence and the other: Greek, Female and Barbarian in Euripides’ Hecuba”, *AJPh* 120: 109-131.
- Willner, D. (1982), “The Oedipus Complex, Antigone, and Electra: The Woman as Hero and Victim”, *American Anthropologist* 84. 1: 58-78.
- Winter, I. (2010), *On Art in the Ancient Near East*. Vol. II. Boston.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O TRATADO PSEUDO-HIPOCRÁTICO *SOBRE AS CARNES* E O
TESTEMUNHO DO *FÉDON***

**THE PSEUDO-HIPPOCRATIC TREATISE *ON FLESH* AND THE
TESTIMONY OF *PHAEDO***

SUSSUMO MATSUI

UnB – Brasília

flaviaesussumo@gmail.com

orcid.org/0000-0002-0211-8534

GABRIELE CORNELLI

UnB – Brasília

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

gabriele.cornelli@gmail.com

orcid.org/0000-0002-5588-7898

Artigo recebido a 01-04-2016 e aprovado a 06-06-2017

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a investigação da natureza que Sócrates desenvolve no trecho de *Fédon* 96b-d. A descrição do texto platônico foi, por vezes, relacionada, em conteúdo e em estrutura, com o escrito médico *Sobre as carnes*. Quanto à estrutura, o tratado hipocrático começa explanando sobre a criação dos diversos órgãos do corpo humano através do calor e do frio. Ele detalha sobre os fenômenos da putrefação e da alimentação. Ele ressalta a importância de se obter provas sobre as sensações do corpo humano. Contudo, esta aproximação pode ser perigosa, pois não há provas suficientes para afirmar que Platão leu este tratado. Então, este ensaio se propõe aproximar as duas obras através de uma temática que lhes era comum: o impacto das filosofias naturais sobre a medicina e sobre

os debates dos séculos V e IV a.C. O resultado deste exercício historiográfico e filológico é revelar que Platão estaria polemizando, direta ou indiretamente, com os hipocráticos.

Palavras-Chave: Platão, Fédon, Sobre as carnes, medicina, cosmologia, causa.

Abstract

This paper analyzes the relationship between the pseudo-Hippocratic treatise *On flesh* and the passage of the *Phaedo* 96b-d. The description of the Platonic text is very similar in content and structure, with the signed physician. The author starts explaining about the creation of the various organs of the human body through heat and cold. He details on the phenomena of putrefaction and food. He stresses the importance of obtaining evidence of the sensations of the body. Although it is not sufficient evidence to claim that Plato read this treaty, we can make a connection between the two works through a theme that was common to them, the impact of natural philosophy on medicine and on the discussions of the centuries V and IV BCE.

Keywords: Plato, *Phaedo*, *On the Flesh*, medicine, cosmology, cause.

Introdução

A tradição, através de Galeno (*UP* 1.8), nos legou uma ideia que Platão estaria trazendo os conceitos e o vocabulário da medicina hipocrática para sua filosofia. Segundo Galeno, ele copiou de Hipócrates até mesmo a tripartição da alma. Platão foi um grande admirador de Hipócrates, e ele teceu um grande elogio ao método hipocrático no *Fedro* 270b-e.

Estas ideias passaram pela Idade Média e chegaram até os dias de hoje. Isso levou os classicistas¹ a procurarem o verdadeiro Hipócrates nos escritos de Platão, dando origem a um debate conhecido como *Questão Hipocrática*. Este debate permaneceu em aberto² e Hipócrates é considerado hoje, nas palavras de Vegetti³, um “nome sem obras”.

Por outro lado, os estudiosos de Platão do início do século xx procuraram nos diálogos uma palavra ou expressão que remetesse a Hipócrates, seus

¹ Joly (1961: 69-92) fez uma reconstituição da Questão Hipocrática desde Littré. Lloyd (1991: 194-223) colocou um ponto final neste debate, defendendo a impossibilidade de conhecer quem foi o verdadeiro Hipócrates pelos textos de Platão.

² Lloyd 1991: 194-223.

³ Vegetti 1995: 15.

ipsissima verba, por assim dizer, Werner Jaeger⁴, por exemplo, exaltando a medicina antiga diz: “podemos afirmar sem exagero que sem o modelo da Medicina seria inconcebível a ciência ética de Sócrates, a qual ocupa o lugar central nos diálogos de Platão.”

Esta procura e as conclusões às quais chegou a *scholarship* do século xx soam, todavia estranhas quando visitamos alguns diálogos. No *Fédon*, a medicina não parece ser o modelo, mas o alvo de um ataque violento. É certamente o caso da passagem 96b-d, à qual dedicaremos mais precisamente as páginas a seguir. Na passagem Sócrates faz uma descrição tida por muitos, como semelhante ao tratado pseudo-hipocrático *Sobre as carnes*.

O tratado *Sobre as carnes* é o único exemplo inteiramente conservado que dá uma ideia do que os gregos dos séculos V e IV chamavam *peri physeos*⁵. Muito se debateu sobre o seu título, pois ele não se ajusta ao conteúdo do livro. Segundo Jouanna⁶, Zwinger levanta a hipótese que os antigos confundiram *peri sarchon* com *peri archon*. Esta discussão não é fundamental para nossos propósitos, mas parece que o essencial da obra corresponde ao título que Deichgräber⁷ deu à sua tradução: *über Entstehung und Aufbau des menschlichen Körpers*, ou seja, sobre a gênese e a estrutura do corpo humano.

Jouanna⁸ e Villa Polo⁹ notaram que o texto apresenta vários traços arcaicos em seu conteúdo e forma, por isso eles dataram o tratado no fim do século V a.C. Deve-se notar que, hoje, esta datação é quase que consenso entre os filólogos e historiadores da medicina¹⁰.

⁴ Jaeger 2001: 1001.

⁵ Jouanna 1992: 532.

⁶ Jouanna 1978: 182-183.

⁷ Ver a resenha de Oliver (1939: 281-282) sobre o texto e a tradução de Deichgräber.

⁸ Jouanna 1978: 182-183.

⁹ Villa Polo 2008: 145.

¹⁰ Mansfeld (1971: 54-65) defende que a alusão à teoria do número sete no *Sobre as Semanas* pode ser tardia. O tratado *Sobre as carnes* faz menção a esta teoria dizendo que o período de crescimento do homem se divide em sete. Isso pode nos levar a pensar que o tratado *Sobre as carnes* é tardio. Porém, tendo em vista que a medicina sempre buscava descobertas mais recentes, Jouanna (1978: 182-183) questiona se realmente havia uma “arcaização” intencional por meio dos autores hipocráticos, voltando às cosmologias do século v a.C. Acrescenta-se que o texto do tratado *Sobre as semanas* é todo fragmentado, pois não há um texto original em grego. Ele foi reconstituído através do texto em latim e

Há um ponto de encontro, ou melhor, confronto entre as ideias do tratado *Sobre as carnes* e o *Fédon*. Este ponto nos faz refletir sobre a posição da filosofia platônica em relação, não só às teorias cosmológicas, mas à própria medicina hipocrática.

A “história” de Sócrates

Depois de fazer uma investigação sobre a harmonia da alma com o corpo, Sócrates fez uma longa pausa que tem como intenção delinear aquela que é amplamente conhecida como sua biografia intelectual. Durante sua juventude ele teve um vivo interesse pela filosofia natural, mas sua mente sempre se mantinha instável com os questionamentos dos *physiologoi* (96a-b):

“Ouve então, pois é uma narração longa. O fato, Cebes, é que, na minha juventude, me senti extraordinariamente atraído para esse ramo do saber chamado de “Ciência da Natureza”. Que interessante não será (pensava eu) conhecer as causas de cada coisa, a razão por que cada uma surge, por que cada uma desaparece ou existe! E muitas vezes encontrava-me a examinar, antes de mais nada, questões deste teor: será realmente, como alguns dizem, a partir de um estado de putrefação, em que entram o quente e o frio, que os seres vivos se constituem? E é graças ao sangue que pensamos, ou ao ar ou ao fogo? Ou nada disso conta, e é sim o cérebro que nos permite as sensações do ouvido, da vista e do olfato, sensações estas que estarão na base da memória e da opinião, dando origem, uma vez consolidadas, a conhecimentos correspondentes?”¹¹

Vlastos¹² acredita que esta “autobiografia” é um grande ponto de virada no pensamento ocidental. Gallop¹³ nota várias semelhanças entre o itinerário de Sócrates e de Descartes.

dos comentários de Galeno. Por isso, acreditamos que se deve ter cautela ao aproximar o *Sobre as carnes* com o texto do tratado *Sobre as semanas*.

¹¹ Tradução de Schiappa.

¹² Vlastos 1969: 297.

¹³ Gallop 1975: 169.

Muito se tem discutido sobre o verdadeiro Sócrates. Alguns¹⁴ chegaram a questionar se este relato é verdadeiro ou uma ficção de Platão, ou ainda uma descrição do caminho intelectual do próprio Platão. No *Banquete* ele professa que nada sabia (*Smp.* 216d) e aqui ele confessa que ele tinha um vivo e extraordinário interesse pelas investigações sobre a natureza. Tais discussões têm perdido força nas últimas décadas; seja qual for a conclusão, ela não alterará o foco da nossa análise.

Sócrates diz que tinha um enorme interesse pelas investigações da natureza (*peri physeos historian*). Estas investigações tinham como objeto as causas de cada uma das coisas (*tas aítias hekastou*): o porquê do vir-a-ser, do perecimento e da existência das coisas (*dia ti gignetai hekaston kai dia ti apollytai kai dia ti esti*).

Ele fala que estes estudos trouxeram uma instabilidade em sua mente, e algumas questões pairavam em sua cabeça:

a) Como o calor e o frio produzem os animais graças a uma espécie de putrefação¹⁵ (*sepedona*)?

b) Qual é o instrumento do nosso pensar? Será o sangue, o ar, o fogo, o cérebro ou nenhum deles?

c) Será o cérebro o que produz as sensações da audição, da visão e do olfato? E será que dele originam-se a memória e a opinião das sensações?

d) Será que o conhecimento provém da memória e da opinião?

A primeira pergunta lembra a teoria de Arquelau de Atenas, discípulo de Anaxágoras. De acordo com a teoria de Arquelau, existem duas causas para o devir: o calor e o frio. Os seres vivos foram gerados no momento em que a terra se aqueceu e formou um lodo, daí surgiram os homens (*DL.* 2.16-17; *DK* 60 A 1).

Cambiano¹⁶ identifica as demais questões como uma suma, um resumo sobre as teorias correntes do pensamento. A primeira referência pode estar

¹⁴ Cf. Vlastos (1991: 72); Penner (2013: 147-199); Gallop (1975: 169).

¹⁵ A palavra *sepedona* foi traduzida como putrefação no texto de Azevedo (2000), de Robin (1926), de Gallop (1975) e de Cambiano (1970). *Sepedona* pode ser traduzido como deterioração, corrupção, putrefação, se tornar podre. Segundo Liddell-Scott (1840), este vocábulo faz parte de um processo de digestão, a putrefação é o processo de rejeição do alimento pelo corpo. Parece que no uso cosmológico a putrefação não tem uma conotação de apodrecimento, mas de uma espécie de deterioração ou fermentação da terra pelo calor.

¹⁶ Cambiano 1970: 571-572.

ligada a Empédocles¹⁷, pois este dizia que o pensamento reside no sangue e percorre todo o corpo. Disso decorre que o coração é o centro mais importante para as funções sensíveis e pensantes do homem (*DK 31 B 105*). Outra alusão pode estar relacionada com a teoria de Anaxímenes ou Diógenes de Apolônia. O primeiro dizia que (*DK 13 A 22,23; DK 13 B 2*) a alma era constituída de ar, esta teoria foi desenvolvida no século V por Diógenes de Apolônia (*DK 64 A 19,20; DK 64 B 4,5*). O fogo era uma possível alusão a Heráclito¹⁸. Por fim, Alcmeon de Crotona (*DK 24 A 5,8*) seria o alvo na afirmação que o cérebro é o centro das percepções e das sensações.

Em seguida, Sócrates continua dizendo que ele buscou a causa da destruição das coisas (*tas phthoras*), e pesquisou como ocorriam as coisas no céu e na terra (*kai ta peri ton ouranon te kai tem gen pathe*). Sócrates diz que enquanto estava estudando o crescimento humano, tinha por evidente que o crescimento se dava pelo comer e pelo beber, porque o alimento adiciona carne a carne e ossos aos ossos (*sarksi sarkes prosgeontai, tois de ostois osta*). Mas ele começou a questionar a causa de alguns crescerem mais que outros.

A cosmologia do *Sobre as carnes*

O tratado *Sobre as carnes* é uma obra de medicina, e não um estudioso que está oferecendo uma teoria cosmológica arrebatadora¹⁹. O autor começa dizendo (*Carn. 1*) que a arte médica (*tes technes tes iatrikes*) deve ser bem fundamentada, por isso ele utilizou várias opiniões dos que o precederam, além de suas próprias opiniões. Estas opiniões são facilmente identificáveis. Encontramos no tratado uma síntese do pensamento de alguns *physiologoi*

¹⁷ Para detalhes sobre a teoria de Empédocles ver Casertano (2011: 113-139); Kirk, Raven, Schofield (1994: 292-337).

¹⁸ Sobre Heráclito e o fogo ver Kirk, Raven, Schofield (1994: 187-273); Robin (1926: 66-7).

¹⁹ Agradeço à contribuição do prof. Edrisi Fernandes que me aconselhou a buscar as origens orientais desta cosmologia. Também, foi extremamente útil o diálogo que tive com o prof. Gábor Betegh sobre esta cosmologia. O professor Betegh, também vê traços orientais desta cosmologia, mas defende que o que está em discussão aqui é uma teoria cosmológica mais próxima, ou seja, algo que estava sendo debatido nos círculos intelectuais no século V a.C.

como Alcmeon, Empédocles, Heráclito, Diógenes de Apolônia, Arquelau de Atenas e Anaxágoras²⁰.

Logo abaixo encontramos o objetivo do livro (*Carn.* 1.2):

“Eu não tenho necessidade de falar de coisas celestes, a não ser para mostrar acerca do homem e dos seres vivos, como eles nascem e são formados, e o que é a alma, o que é a saúde e a doença, o que é o mal e o bem no homem, e por qual razão ele morre”²¹.

O tema lembra alguns temas encontrados no *Corpus* de diálogos e também no *Fédon*.

Em seguida, o autor descreve a formação do Universo, através do calor, em três estágios: éter, ar e terra (*Carn.* 2). A terra foi secando por causa do calor (*Carn.* 3) e com isso criou-se uma decomposição (*sepedona*) ao redor da terra parecida como uma capa que envolve o corpo. Esta decomposição era gordurosa e, ao secar-se, produziu os ossos. Pela ação do frio algumas partes do corpo se solidificaram. Os mais recentes estudos de medicina antiga vêem aqui uma grande semelhança com o relato de Sócrates²². Ele continua sua anatomia declarando que o cérebro é a “metropolis” do frio e do viscoso, de onde parte a medula.

Depois disto o autor passa a descrever cada um dos órgãos: coração (*Carn.* 5-6), pulmão (7), fígado (8), baço, rins e as carnes (9), as articulações (10), as unhas (11), os dentes (12-13), os cabelos (14), em seguida ele fala do modo e do lugar que se originam os principais sentidos: a audição (15), o olfato (16), a visão (17) e a fala (18). Todos estes capítulos seguem a mesma estrutura:

a) O enunciado. Seguem o mesmo modelo: “o órgão x se forma do modo seguinte...”

b) A explicação.

c) A comprovação. Sempre seguido das expressões: a razão, a causa, a prova.

²⁰ Jouanna 1978: 182.

²¹ Tradução minha seguindo Jouanna e Villa Polo. Orig.: Περί δὲ τῶν μετεώρων οὐδὲν δεῖμαι λέγειν, ἢν μὴ τοσοῦτον ἐς ἄνθρωπον ἀποδείξω καὶ τὰ ἄλλα ζῶα, ὅπως ἔρῃ καὶ ἐγένετο, καὶ ὅ τι ψυχὴ ἐστὶ, καὶ ὅ τι τὸ ὑγιαίνειν, καὶ ὅ τι τὸ κάμνειν, καὶ ὅ τι τὸ ἐν ἀνωρώπῳ κακὸν καὶ ἀγαθόν, καὶ ὅθεν ἀποθνήσκει.

²² Schiefsky 2005: 22.

Finalmente o autor explica o processo de alimentação. O alimento é distribuído às diversas partes do corpo, levando a cada órgão aquilo que lhe é semelhante: osso com osso, carne com carne. Nutrido pelo alimento, tudo que faz parte do corpo humano cresce.

Sócrates leu o tratado *Sobre as carnes*?

Então parece que temos as condições para afirmar que Sócrates leu o tratado *Sobre as carnes* (Tabela 1). Contudo, isso não é tão simples assim. No estudo de Platão e a medicina, a afinidade teórica não permite, por si só, inferir qual terá sido o sentido do influxo. Qualquer tentativa de relacionar uma obra do *Corpus hippocraticum* em conexão de influência com o texto platônico esbarra na insolúvel aporia de perceber exatamente quem foi o primeiro a introduzir uma determinada doutrina e quando o terá feito. Para isso, é necessário que se saiba com precisão a datação das duas obras comparadas. Ora, a edição (*ekdosis*) não é um conceito unívoco²³, o que dificulta a datação da maioria das obras.

Tabela 1: Existem semelhanças entre o texto do *Fédon* e o tratado *Sobre as carnes* como podemos ver abaixo:

Fédon

[96β] ἔμειπτον ἄνω κάτω μετέβαλλον σκοπῶν πρῶτον τὰ τοιάδε: ἄρ' ἐπειδὴν τὸ θερμὸν καὶ τὸ ψυχρὸν σηπεδόνα τινὰ λάβη, ὥς τινες ἔλεγον, τότε δὴ τὰ ζῶα συντρέφεται;

[96β] ὁ δ' ἐγκέφαλος ἐστὶν ὁ τὰς αἰσθήσεις παρέχων τοῦ ἀκούειν καὶ ὁρᾶν καὶ ὀσφραίνεσθαι,

Sobre as carnes

3. 1: τοῦ θερμοῦ ξηρανομήνης τῆς γῆς, ταῦτα καταλειφθέντα περὶ αὐτὰ σηπεδόνας ποιῶ ὅσον περ χιτῶνας.

15. 1: Ἀκούει δὲ διὰ τὸδὲ (...) γὰρ ὁ ἐγκέφαλος

16. 1: Ὄσφραίνεται δ' ὁ ἐγκέφαλος

17. 1: Ὅρῃ δὲ διὰ τοῦτο ἄπο τοῦ ἐγκεφάλου

²³ Untersteiner 1980: 37-40.

[96ξ] περι ἄλλων τε πολλῶν καὶ διὰ τί ἄνθρωπος αὐξάνεται. τοῦτο γὰρ ὥμην πρὸ τοῦ παντὶ δῆλον εἶναι, ὅτι διὰ τὸ ἐσθίειν καὶ πίνειν· [96δ] ἐπειδὴν γὰρ ἐκ τῶν σιτίων ταῖς μὲν σαρκῶν σάρκες προσγέγονται, τοῖς δὲ ὀστοῖς ὀστᾶ

13. 3: ἡ δὲ τροφή, ἐπειδὴν ἀφίκεται ἐς ἕκαστον, τοιαύτην ἀπέδωκε τῆν ἰδέην ἐκάστου ὁποῖά περ ἦν · ἀρδόμενα γὰρ ὑπὸ τῆς τροφῆς αὐξέθαι ἕκαστα

Outro problema é a escassez de material textual desses temas, bem como a tradição oral na difusão de conhecimentos médicos. Algumas ideias e conceitos da medicina eram propagados pelo teatro. Além disso, os médicos se valiam das técnicas retóricas para *epideixeis*, para debates públicos e exposição de ideias²⁴. A oralidade era um fator importante na divulgação das inovações médicas. Neste contexto é difícil relacionar duas obras pelo vocabulário utilizado. Mesmo que o vocábulo seja semelhante, estas aproximações, por meio de um glossário comum, confundem a afinidade da língua com a afinidade do pensamento²⁵ e pressupõem que uma deriva da outra. Quando lidamos com o pensamento grego antigo é sempre difícil ter certeza de quem primeiro utilizou uma determinada palavra com um determinado sentido²⁶. Além disso, algumas palavras da filosofia, da matemática, da medicina e da história começaram a assumir a função de termos técnicos a partir dos séculos v e iv a.C. Mesmo que estes termos tenham assumido um caráter técnico, ainda continuavam carregados de um alto grau de polissemia

Acrescenta-se ainda que Platão colheu informações de fontes variadas: das especulações médicas e biológicas dos filósofos da natureza, dos autores dos tratados do *Corpus hippocraticum*, da medicina popular e da tradição oral. Tudo isso foi feito de diversas maneiras, em diferentes perspectivas, sempre relacionadas com a temática e com o contexto dialógico em que estão inseridas.

Então como poderemos aproximar a passagem do *Fédon* com o tratado pseudo-hipocrático *Sobre as carnes*?

Podemos fazer algumas aproximações conceituais importantes:

a) As investigações sobre a natureza possuíam um papel central nos debates do século v a.C.

²⁴ Jouanna 1992: 109.

²⁵ Schiefsky 2005: 2.

²⁶ Lloyd 1968: 89.

b) Não faltavam médicos que se baseavam nos *physiologi*. Aliás, Littré²⁷ vê semelhanças entre os pressupostos cosmológicos deste tratado com inúmeras obras do *Corpus hippocraticum*.

c) Estas especulações sobre a natureza são o alvo da crítica platônica. Provavelmente, Platão não está citando diretamente o tratado *Sobre as carnes*, mas fazendo alusão a uma obra ou ideia que lhes era comum.

O ataque socrático a estas teorias se desenvolve em duas frentes: conceitual e causal. No plano conceitual, ele afirma que tais teorias da natureza deixam a mente instável (*Phaed.* 96b) devido à pluralidade das opiniões. Estas investigações também provocam cegueira a ponto de desaprender o que já se tinha aprendido (96c), além disso, os seus métodos são confusos (97b). No plano causal, Sócrates irá criticar a ideia de uma “causa²⁸” estritamente biológica. Ele dirá que estas investigações naturais (como as de Anaxágoras) não mencionam as verdadeiras causas. Elas dizem que o motivo de Sócrates estar sentado com as pernas dobradas esperando a sua execução, constitui em uma série de fatores biológicos que envolvem os ossos, as articulações e os músculos (98c-d). Mas se os ossos e os nervos fossem a verdadeira causa, argumenta Sócrates, ele estaria em Mégara ou na Beócia.

Sócrates parece entrar em completo desacordo com a teoria de Anaxágoras, mas juntamente com ela, toda a medicina hipocrática de inspiração *physiologica*²⁹, como o *Sobre as carnes*. A etiologia do *Sobre as carnes* girava em torno de uma explicação biológica para os fenômenos da vida, da morte e da alma. Tal explanação se torna insuficiente para explicar as decisões que o homem toma (99a-d).

Conclusão

O tratado pseudo-hipocrático *Sobre as carnes* se aproxima da passagem do *Fédon* 96a-b, tanto no seu conteúdo como no seu vocabulário. Sócrates diz que teve um enorme interesse pelas filosofias da natureza, elas investigavam

²⁷ Littré 1853: 576-583.

²⁸ Devido ao propósito do tema e à extensão do trabalho, não há como se deter no conceito de causa, *aitia*, no *Fédon*. O tratado *Sobre as carnes* não utiliza a palavra *aitia*, para causas, mas *prophasis*. Para um estudo detalhado do uso do vocábulo *aitia*, ver Vlastos (1969: 291-325) e Vegetti (2008: 345-364)

²⁹ Esta medicina hipocrática de inspiração dos pré-socráticos é amplamente discutida em Vegetti (1965: 91-118).

sobre temas que se assemelham às teorias de Empédocles, Anaxímenes, Diógenes de Apolônia, Heráclito e Alcmeon de Crotona. Estes *physiologoi* parecem ter sido os mesmos que inspiraram o *Sobre as carnes*. Também a descrição de Sócrates (sobre a cosmologia do quente e o frio, o efeito da decomposição na formação dos seres vivos e a teoria da alimentação) segue a mesma ordem do tratado pseudo-hipocrático. Contudo, devido à escassez das fontes e da espinhosa problemática da datação, não podemos afirmar que Sócrates tenha lido este tratado. É provável que ambos os textos estejam fazendo uma referência a uma obra ou às ideias que circulavam de maneira mais geral entre os intelectuais do século v a.C.

Apesar do fio condutor do diálogo ser a alma, podemos concluir que Platão está travando, em 96a-c, uma polêmica contra este pano de fundo que permeou a medicina e a “biologia” dos séculos v e iv a.C. Ele declara que, no plano conceitual, estas teorias trazem confusão e possuem um método inadequado. Além disso, elas não tratam da verdadeira causa, antes reduzem tudo às explicações naturais e biológicas.

Disto decorre que se Platão realmente tinha a medicina como um modelo, é pouco provável que ele esteja se referindo à medicina hipocrática, como nos foi legado pelos textos de Galeno. Resta a hipótese que, contra Galeno, Platão não esteja utilizando os métodos da medicina hipocrática, mas apropriando de seu vocabulário, de seus conceitos e de suas ideias para atacá-los.

Por fim, não se pode ocultar o fato que houve uma reação contra esta corrente da medicina dentro da própria medicina. Isso é atestado no tratado *Da medicina antiga*. O autor se declara contra toda a influência da filosofia na medicina. Ele (*VM* 20) afirma que a medicina é a única que pode compreender a *physis*, o homem e sua existência. Mas tal afirmação dificilmente poderia encontrar acolhida no seio das investigações platônicas.

Bibliografia

- Cambiano, G. (1970), *Fedone*. Torino: Unione Tipografico Editrice Torinese.
- Casertano, G. (2011), *Os Pré-socráticos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Daremberg, C (1994), Galen. *Oeuvres médicales choisies I: de l'utilité des parties du corps humain*. Paris: Gallimard.
- Gallop, D. (1975), *Phaedon*. Oxford: Clarendon Press.
- Jaeger, W. (2001), *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes.

- Jouanna, J. (1992), *Hippocrate*. Paris: Fayard.
- Jouanna, J. (1978), *Hippocrate. Chairs*. Belles Lettres, 1978.
- Joly, R. (1961), “La question hippocratique et le témoignage du Phèdre”, *REG*, 74: 69-92.
- Kury, M. G. (2014 2.^a ed.), *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: Editora UnB.
- Littré, E. (ed.) (1853), *Hippocrate. Ouvres Complètes*. Paris: Baillière.
- Lloyd, G. E. R. (1991), *Methods and Problems in Greek Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lloyd, G. E. R. (1968), “Plato as a natural scientist”, *JHS*, 88: 78-92.
- Kirk, G.S., Raven, J. E., Schofield, M. (1994), *Os filósofos Pré-socráticos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mansfeld, J. (1971), *The Pseudo-Hippocratic Tract Peri Hebdomadon Ch. 1-11 and Greek Philosophy*. Asser: Netherlands.
- Oliver, J. R. (1939), “Hippokrates: Über Entstehung und Aufbau des menschlichen Körpers by Karl Diechgräber”, *CPh*, 34: 281-282.
- Penner, T. (2013), “Sócrates e os primeiros diálogos”, in: Kraut, R. (ed.) *Platão*. São Paulo: Ideias e letras, 147-199.
- Robin, L. (1926), *Phédon*. Paris: Belles Lettres.
- Schiappa, M. T. (2000), *Fédon*. Brasília: UnB.
- Schiefsky, M. J. (2005), *On ancient medicine*. Boston: Brill.
- Untersteiner, M. (1980), *Problemi di filologia filosofica*. Milão: Istituto Editoriale Cisalpino.
- Vegetti, M. (2008), “Culpabilidade, responsabilidade e causa: filosofia, historiografia e medicina no século V a.C.”, in: Long, A.A.(ed.) *Primórdios da filosofia grega*. São Paulo: Ideias e Letras, 345-364.
- Vegetti, M. (2005), *La Medicina in Platone*. Venezia: Il Cardo.
- Vegetti, M. (1965), *Opere di Ippocrate*. Torino: Tipografico Editrice Torinese.
- Villa Polo, J. (2008), *Tratados Hipocráticos. Sobre as carnes*. Madri: Editorial Gredos.
- Vlastos, G. (1994), *Socrate: ironie et philosophie morale*. Paris: Aubier.
- Vlastos, G. (1969), “Reasons and causes in the Phaedo.”, *PhR*, 78: 291-325.

**TRADICIÓN ANALÍSTICA Y ELABORACIÓN LITERARIA EN LA
ESTRUCTURA DEL LIBRO V DE LAS *ANTIGÜEDADES ROMANAS* DE
DIONISIO DE HALICARNASO**

**ANALISTIC TRADITION AND LITERARY ELABORATION IN
THE STRUCTURE OF THE FIFTH BOOK OF DIONYSIUS OF
HALICARNASSUS' *ROMAN ANTIQUITIES***

MIGUEL ÁNGEL RODRÍGUEZ HERRILLO

Universidad de Zaragoza

herrillo@unizar.es

Artigo recibido a 15-09-2016 e aprobado a 09-02-2017

Resumen

El libro quinto de las *Antigüedades romanas* presenta una unidad asegurada por la presencia de las intervenciones del autor y de los conceptos que caracterizan su pensamiento historiográfico. Esto puede observarse principalmente en las escenas de mayor elaboración, en las que Dionisio hace un uso sistemático de esos recursos, alejándose de la tradición analística y dando a los acontecimientos su perspectiva personal.

Palabras clave: Dionisio de Halicarnaso, *Antigüedades romanas*, Analística romana.

Abstract

The unity of the fifth book of Dionysius of Halicarnassus' *Roman Antiquities* becomes clear thanks to the authorial interventions and the presence of proemial concepts in the narrative. We can observe this development chiefly in the more elaborated scenes. This reinterpretation of the facts also separates them from the Annalistic and gives the book a new perspective.

Keywords: Dionysius of Halicarnassus, *Roman Antiquities*, Roman Annalistic.

Introducción

El interés por la obra historiográfica de Dionisio de Halicarnaso en los últimos años ha contribuido a mejorar no solo nuestro conocimiento, sino también nuestra consideración de la misma.¹ Durante siglos, fue estimada y apreciada por los estudiosos de la historia de Roma, pero con la llegada del siglo XIX, la opinión cambió por completo, y la monumental obra empezó a ser considerada como de valía menor.² La tendencia a presentar largos discursos y a la excesiva elaboración literaria fueron algunos de los argumentos que minaron por completo el prestigio de la obra y de Dionisio como historiador.³

La labor editorial y de estudio de las *Antigüedades romanas* realizada en los últimos años nos ha permitido afrontar con mayor seguridad el estudio de las cuestiones meramente formales de la obra de Dionisio, complementando así el análisis realizado en etapas anteriores desde una perspectiva, si se quiere, más histórica y cultural. Este esfuerzo ha hecho que la opinión respecto a la obra haya cambiado, y que se valoren las cualidades que posee. Es precisamente en este marco en el que abordaremos el análisis de la estructura del libro quinto de las *Antigüedades romanas*, cuyo contenido es probablemente el más rico y variado de entre los libros conservados, dado que acoge un elevado número de consulados y una gran diversidad de acontecimientos.⁴ Estos dos factores hacen que los recursos organizativos y de cohesión que el autor emplea para organizar su obra se encuentren desarrollados al máximo, y que el libro sea un buen ejemplo del quehacer de Dionisio en el plano formal, teniendo en cuenta además el reto que suponen los acontecimientos expuestos, dado que responden a algunas de las leyendas más famosas de la antigua Roma.

¹ Estudio realizado en el marco del proyecto JIUZ-2015-HUM-03 Ibercaja: “Estudio sobre las *Antigüedades romanas* de Dionisio de Halicarnaso”.

² Evitamos al lector una exposición detallada de estos aspectos, que se puede consultar en Pittia 2005: 21-26.

³ Un análisis de la perspectiva del más influyente de los críticos de la obra, E. Schwartz 1959: 319-360, puede verse en Gabba 1995: 229-232.

⁴ Kefallonitis 2008: 197; el libro presenta un total de doce años, la mitad de los que contiene, por otra parte, el libro noveno. Respecto al libro quinto, Kefallonitis habla de diez años, contando hasta el año 498, si bien el libro sexto se abre con el segundo año de la septuagésimo primera olimpiada, esto es, el año 495, y no el 497, como indica esta autora.

Abordaremos en primer lugar los aspectos generales que determinan la organización de la narrativa, como la estructura cronológica y la organización de las diferentes escenas, para valorar en segundo lugar la aplicación práctica de esos aspectos en el caso del libro quinto. Tradicionalmente, la crítica ha considerado que la obra estaba privada de continuidad en su narrativa, presentando una sucesión de escenas y discursos sin una fuerte conexión.⁵ Además, no hay, como parecería lógico por el tema escogido, un desarrollo orgánico del plano político y legal,⁶ y en ocasiones personajes que ya habían sido presentados no mucho antes vuelven a serlo sin aparente justificación.⁷

Frente a estos sinsentidos, creemos que la unidad del libro viene asegurada por la interpretación general que Dionisio da a los acontecimientos. De este modo, consideramos que, tal y como afirma Fox,⁸ la argumentación presentada en el proemio está desarrollada en la narrativa, y son estos argumentos los que dan continuidad al libro.⁹ Por ello, en nuestro análisis partiremos de una serie de recursos evidenciados en el proemio y en la narrativa para comprender mejor la obra de Dionisio, y dejaremos aparte los juicios contenidos en los tratados retóricos del propio autor y la comparación con Tito Livio, estrategias habituales en el estudio de las *Antigüedades romanas*. Con ello queremos que la obra quede en el centro de nuestro objetivo, evitando así imágenes negativas de la misma y complementando en cierta manera esas otras dos formas de analizar la obra.¹⁰

⁵ Cf. la dura crítica a la capacidad narrativa de Dionisio por parte de Schwartz 1959: 342; más moderada es la postura de Usher 1982: 830. En el plano de las actuaciones bélicas se manifiesta en este sentido Saulnier 1972: 292.

⁶ Para la concepción estática del derecho de Dionisio, cf. Ducos 1989: 181.

⁷ Como es el caso de Publícola (D. H., 4.67.3; 5.7.4; 12.3; 21.1) y Coriolano (D. H., 6.92.3; 7.19.3 y 8.1. 2); para este último caso, Freyburger 2001: 28-31, defiende la existencia de tres visiones diferentes de Coriolano, lo que no es aplicable al caso de Publícola.

⁸ Fox 1993: 35.

⁹ Esta perspectiva reduciría el peso del pensamiento de los analistas en la obra que señalaba Gabba 1982: 804.

¹⁰ Para estas perspectivas puede verse, sobre todo, Burck 1964, y Sacks 1983: 383-395.

1. Aspectos generales: esquema cronológico y organización de las escenas

Una de las principales características de la narrativa de Dionisio de Halicarnaso es su fuerte organización cronológica. Además del esperado uso de consulados, el historiador emplea un sistema múltiple de datación, por medio de olimpiadas y arcontes atenienses, en una secuencia en la que, cada cuatro años, se desarrolla un comentario cronológico complejo que alterna con la indicación sistemática de los consulados. Estamos ante un sistema cronológico que podemos observar también en la obra de Diodoro de Sicilia¹¹ y que, en el marco de los intentos por parte de Dionisio de encuadrar a Roma en el mundo griego adquiere gran trascendencia,¹² dado que refuerza los vínculos entre uno y otro mundo.¹³ Esta precisa sucesión cronológica de consulados y olimpiadas se mantiene con cierta regularidad a lo largo de los libros conservados, lo que viene a confirmar que estamos ante un esquema elaborado previamente y después aplicado a la obra.¹⁴

Partiendo de este esquema, el material de los primeros pasos de la República es organizado con mayor rigurosidad que en el caso de Tito Livio, y además con una diferencia importante, como es el hecho de tomar el año 751 a. C. como el de la fundación de la ciudad, frente a la fecha varroniana del 753 a. C., lo que generará un desfase sistemático de dos años y los consiguientes desajustes entre las dos versiones.¹⁵

En lo que se refiere al libro quinto, la narración se distribuye a lo largo de esta estructura tan marcada de manera poco proporcional. Partiendo de lo que podrían ser unas breves anotaciones analíticas, podemos observar cómo la trama fijada por estos indicadores cronológicos se desarrolla de una

¹¹ Sobre las virtudes de este sistema doble a la hora de impedir errores cronológicos, cf. Schultze 1995: 195. Dionisio de Halicarnaso fue autor de una obra cronológica, para la cual puede verse Delcourt 2005: 57-58, y los propios fragmentos recogidos por Jacoby, FGrHist 251, F1-4.

¹² Para la importancia de este encuadre de Roma en el mundo griego cf. Gabba 1996: 167-169.

¹³ Sautel 2016: XVI.

¹⁴ Schultze 1995: 193. Completamos el listado de olimpiadas propuesto por Sautel 2016: XVI, nota 26: D. H., 5.1.1; 50.1; 71.6; 6.1.1; 34.1; 49.1; 8.1.1; 71.1; 9.15.1; 37.1; 56.1; 61.1; 10.53.1; 11.1.1.

¹⁵ Sautel 2016: XVIII. el propio Dionisio de Halicarnaso da cuenta de las variantes cronológicas en D. H., 1.74, un pasaje editado como fragmento de su obra cronológica, cf. FGrHist 251, F2.

manera estudiada, en lo que creemos que responde a una elección personal por parte de Dionisio: una simple lectura comparada de las narrativas de Tito Livio y de nuestro autor demuestra diferencias que no responden simplemente a una diferente elección de fuentes, sino al desarrollo de escenas esquemáticas comunes provenientes de esa tradición analítica.¹⁶

En líneas generales, la narrativa del libro quinto se mueve desde consulados de mayor extensión y elaboración hasta años cuyo desarrollo es más breve, en algunos casos, un simple capítulo. La crítica decimonónica consideraba que el sentido de esas variaciones pasaba por la influencia de las fuentes analíticas de las que se nutre la obra de Dionisio: los analistas proporcionarían escenas más o menos desarrolladas, y esas variaciones quedarían reflejadas en la narración de Dionisio.¹⁷ Incluso tomando unidades relativamente variables como son el capítulo o la línea, podemos observar esas variaciones, que evidencian la tensión existente en la estructura analítica del libro, en la que alternan años de gran brevedad narrativa con secciones más complejas, que conllevan el desarrollo no solo de los acontecimientos, sino de discursos e incluso reflexiones personales del autor, responsables en gran medida de esa descompensación. Estamos por tanto ante un núcleo inicial de acontecimientos casi esquemático, que en ocasiones no se desarrolla, y da lugar a años consulares muy breves (506, 504-499 y 497), pero que en otros casos presenta una mayor extensión, sin que ello suponga que los acontecimientos hayan sido más numerosos en esos años. Así, los acontecimientos del inicio de la República (año 507), las escenas de la guerra con Porsena (año 505) y, finalmente, el inicio del posterior conflicto de clases (años 498 y 496), presentan un mayor desarrollo que, por ejemplo, las campañas bélicas del año 500, que podrían verse desarrolladas también de manera extensa por medio de los recursos antes señalados. De este modo, cuatro años concentran más del setenta y cinco por ciento del libro, siendo que representan solo la cuarta parte de los años tratados en el mismo. Además, esas secciones más desarrolladas se concentran en la parte inicial y final del libro, lo que refuerza la sensación de unidad narrativa del libro:

¹⁶ Saulnier 1972: 292-293, exploró, en el ámbito de las escenas bélicas, la existencia de estructuras simples que podían ser desarrolladas por Dionisio.

¹⁷ Como señalaba Bocksch 1895: 241-242, para D. H., 5.20 y Gabba 1982: 807.

Año	507	506	505	504	503	502	501	500	499	498	497	496
Capítulos	1-19	20	21-35	36	37-39	40-43	44-48	49	50-51	52-57	58	59-77
Líneas	724	12	535	40	110	159	220	39	82	269	37	789
%	24	0,3	17,7	1,3	3,6	5,2	7,2	1,2	2,7	8,9	1,2	26,1

Con esta evidencia presente, nos proponemos analizar la continuidad del pensamiento del historiador a lo largo del libro que, como decimos, alcanza precisamente su unidad gracias a la continuidad de una serie de rasgos que son propios del pensamiento de Dionisio, lo que nos aleja de esa supuesta dependencia por parte del autor de sus fuentes analísticas.

A este respecto, el estudio de las fuentes de Dionisio es algo que se abandonó hace décadas, básicamente por la tendencia a caer en argumentos circulares y por la escasez de material.¹⁸ La opinión general de la crítica decimonónica se sustentaba en el estudio comparado de la obra de Dionisio y Tito Livio, partiendo de la norma enunciada por Nissen en su estudio de la obra de Tito Livio, que apuntaba al empleo de una sola fuente para cada sección de la narración. Así, para Tito Livio y en el caso de los acontecimientos que nos ocupan, sería una fuente particularmente arcaica y simple.¹⁹ Por su parte, la narración de Dionisio, más compleja y elaborada, provendría de una fuente mucho más reciente, en concreto Valerio Antias, que además estaría “contaminada” con otra fuente de mayor antigüedad.²⁰

La visión positiva de Tito Livio en la reelaboración de sus fuentes conllevó un juicio negativo respecto a Dionisio. Burck, en su importante estudio sobre el arte narrativo de Tito Livio, dejó a Dionisio desprovisto de

¹⁸ Cf. Oakley 2013: 365. Gabba 1966: 138, alertaba de la escasez de testimonios de los analistas precisamente para el momento histórico narrado en este libro.

¹⁹ Cf. Nitzsch 1873: 29.

²⁰ Cf. Nitzsch 1873: 48, y Bocksch 1895: 178, para el empleo de más de una fuente para un mismo pasaje; Bocksch proponía a Licinio Macro, en particular para los pasajes con juicios políticos. Cf. también Münzer 1891: 13 y 18, para la imagen de Valerio Publicola y su empleo para aislar la manipulación de la narración por parte de Valerio Antias. A este respecto, la *Vida de Publicola* de Plutarco parece compartir fuente con Dionisio de Halicarnaso, cf. Affortunati y Scardigli 1992: 109, nota 6, y pp. 111-112, para un resumen de las divergencias respecto a la obra de Dionisio de Halicarnaso. En todo caso, parece asegurada la ausencia de fuentes griegas para este periodo, cf. Gabba 1960: 163.

un sentido narrativo profundo que reivindicó para el romano, acentuando esa sensación de falta de unidad y objetivos de la narración del griego.²¹ En esta misma línea, y desde la perspectiva del manejo de fuentes, se expresó Klotz, quien tenía en cuenta, no obstante, la amplificación del material heredado por parte de Dionisio.²² Esa amplificación llevó a Klotz a eliminar como posible fuente a Fabio Pictor y Cincio Alimento, precisamente porque su brevedad impediría ese desarrollo de los materiales.²³ Con todo, estas propuestas no supusieron un avance respecto al estudio de Kiessling, que proponía principalmente a Fabio Píctor para los orígenes de Roma, y a Valerio Antias para la sección de la obra que nos ocupa.²⁴ Para ello se basaba en la visión positiva de Públicola, que debe ser insertada en el marco de ensalzamiento de la familia Valeria llevado a cabo por Antias,²⁵ así como por la proverbial manipulación de los números por parte de este autor de la que nos informa Tito Livio.²⁶

En definitiva, de toda esta maraña de datos poco es lo que se puede extraer, tanto por la ausencia clara de referencias a las fuentes empleadas a partir del segundo libro de las *Antigüedades romanas*,²⁷ como por el hecho de que hoy somos menos reacios a la hora de admitir la posible elaboración independiente del material por parte de Dionisio de Halicarnaso.²⁸ Con todo, no se puede negar el fuerte sustrato analístico que tiene el libro, y es particularmente interesante advertir que, a diferencia de lo que habitualmente

²¹ Cf. Burck 1964: 54-55 para el libro quinto de las *Antigüedades romanas*.

²² Cf. Klotz 1964: 220, y 1938: 35.

²³ Cf. Klotz 1938: 36.

²⁴ Valerio Antias sería el responsable de las diferencias entre Tito Livio y Dionisio, y Tuberón la fuente común responsable de las coincidencias, cf. Musti 1970: 101, y Wiseman 2003: 125, quien atribuye a Tuberón la versión favorable a la *Gens Claudia*.

²⁵ Kiessling 1858: 21, en general Münzer 1891: 11-16, y recientemente Wiseman 2003: 117-135. Respecto a la manipulación del triunfo de Públicola, cf. Richard 1994: 414-420.

²⁶ Kiessling 1858: 22, Badian 1966: 21, y Liv. 26.41. Una reciente y ajustada exposición con amplia bibliografía puede verse en Rich 2013: 293-304.

²⁷ Cf. Schultze 2000: 23. la misma autora proporciona una lista de autores citados, pp. 22-23.

²⁸ Schultze 2000: 32-33. A todo ello se ha de añadir que solo contamos con trece fragmentos de los analistas para el periodo que nos ocupa, cf. Cornell 2013: 670: Pisón 9, F20; Tanusio Gémino 44, F4; Hémina 6, F20; Pisón, 9, F22; Valerio Antias 25, F21; Higinio 63, F1; Valerio Antias 25, F22; Macer 26, F14; Catón 5, F36; Pisón 9, F23; Gelio 14, F24; Macer 27, F16 y F15.

defendió la crítica, la obra de Dionisio presenta también secciones que son poco más que breves apuntes analísticos, al modo de los que siempre se defendieron para Tito Livio.²⁹

A nuestro entender, en esta dualidad entre consulados breves y otros más desarrollados se sitúa la clave estructural del libro quinto que, como ocurre con todos los de las *Antigüedades romanas*, tiene unida propia.³⁰ Las escenas amplificadas responden a narraciones de especial predicamento dentro de la historiografía y la cultura romana, pero presentan un tratamiento tan propio que es difícil no asumir como razonable que su diseño se deba al propio Dionisio de Halicarnaso. A ello hemos de sumar un detalle antes mencionado, y con el que no contaba la crítica decimonónica, como es el hecho de que Dionisio trabajaba con una tabla cronológica que combina diferentes sistemas de cómputo y que aplica al material que le ofrecen sus fuentes.³¹ La propia superposición de esa cronología sobre el material fuerza una reorganización del mismo, y conlleva una mayor claridad analística respecto a lo que podemos ver en la parte correspondiente de la obra de Tito Livio.³² Un examen comparado del libro quinto de Dionisio y de Tito Livio, 2.1-21 permite ver, dentro de la relativa igualdad de las dos versiones, desajustes que encajan sobre todo en las dos secciones de mayor desarrollo del libro quinto que antes señalábamos, el primer y el último consulado.³³

Esos dos consulados situados en los extremos de la narración desarrollan y condensan las que serán las líneas maestras de todo el libro, creando una estructura que debemos a Dionisio, y que viene a materializar alguna de las ideas expuestas en el proemio de la obra. El binomio tiranía-libertad será desarrollado de manera sutil desde la caída de la monarquía hasta la instauración de la dictadura, cerrando así en un solo libro los primeros pasos de la urbe hasta la primera gran crisis política de la joven República.

²⁹ Cf. Nitzsch 1873: 26.

³⁰ Cf. Sautel 2016: VII.

³¹ La generación de Nitzsch 1873: 27, consideraba que la presencia de los *cognomina* en las indicaciones consulares de Dionisio frente a su ausencia en Livio se debían al empleo de otra fuente: a nuestro entender se trata de algo derivado del empleo de ese sistema cronológico.

³² Para la dificultad del manejo de datos en este periodo, cf. Bessone 1981: 17. El propio Bessone (p. 20), señala la mayor claridad de la versión de Dionisio frente a la narrativa liviana.

³³ Cf. Klotz 1964: 232-233, para un cuadro comparativo.

La propuesta interpretativa que ofrece Dionisio a sus lectores es simple: el éxito de Roma reside no tanto en su sistema político como en la valía de sus gobernantes, tal y como expone en el proemio:³⁴

...μαθοῦσί γε δὴ παρὰ τῆς ἱστορίας, ὅτι μυρίας ἤνεγκεν ἀνδρῶν ἀρετὰς εὐθύς ἔξ ἀρχῆς μετὰ τὸν οἰκισμὸν, ὧν οὔτ' εὐσεβεστέρους οὔτε δικαιοτέρους οὔτε σωφροσύνη πλείονι παρὰ πάντα τὸν βίον χρησαμένους οὐδέ γε τὰ πολέμια κρείττους ἀγωνιστάς οὐδεμίᾳ πόλις ἤνεγκεν οὔτε Ἑλλάς οὔτε βάρβαρος, εἰ δὴ ἀπέσται τοῦ λόγου τὸ ἐπίφθονον· ἔχει γάρ τι καὶ τοιοῦτον ἢ τῶν παραδόξων καὶ θαυμαστῶν ὑπόσχεσις. (D. H., 1.5.3-4)

Para conseguir este objetivo pedagógico,³⁵ Dionisio emplea en cada una de las escenas de mayor desarrollo del libro una serie de recursos, que aparecen sistemáticamente y que responden a la actuación deliberada por parte de Dionisio sobre su material. Nos referimos a los comentarios autoriales, a la *πρόνοια* divina y a los discursos.

En primer lugar, las valoraciones del autor sobre los hechos narrados aparecen en todas y cada una de estas escenas (D. H., 5.8.1; 12.3; 25.4; 35.2; 56.1; 60.2; 75.1, y 77.2), y faltan de las demás. En esas declaraciones autoriales, Dionisio persigue dos objetivos: por una parte suele enlazar y vincular las escenas que componen el libro, dando mayor unidad al mismo y, sobre todo, favoreciendo el mantenimiento de ese tono instructivo de una escena a otra. En segundo lugar, Dionisio persigue reforzar el sentido de los *exempla* aportados por la historia, destacando la valía de esos grandes hombres.³⁶ En el plano formal, estas declaraciones tienen una pátina de carácter herodoteo que aporta de manera indirecta el tono heroico a la narración, lo que supone, en cierta medida, una variante de la modelación de las escenas bajos prismas herodoteos:³⁷ no se trata de imitar escenas herodoteas, sino que en este caso es la voz autorial la que da esa

³⁴ Wiater 2011: 203-205, señala la importancia de esta idea, que no conlleva aparejada una concepción decadente del presente, sino la posibilidad de mantener siempre el ejemplo de los antepasados.

³⁵ La obra tiene como objetivo declarado formar a los hombres implicados en la cosa pública, cf. D. H., 11.1.5, Verdin 1974: 300, y Luraghi 2003: 273.

³⁶ La importancia de los *exempla* en las *Antigüedades romanas* es abiertamente señalada por Dionisio en el libro que nos ocupa, cf. D. H., 5.56.1, y 75.1, y Verdin 1974: 298.

³⁷ Ek 1945: 207, señalaba la aparición de estas fórmulas herodoteas en pasajes de tono moral elevado, reforzando ese sentido casi heroico de los mismos.

interpretación al texto, guardando un elegante equilibrio entre el carácter propio del material romano y su adaptación a la óptica griega.

Otro de los vectores que dan continuidad al libro es la aparición de la *πρόνοια* divina como garante de la suerte de Roma. Se trata de un concepto de raigambre estoica que desempeñó un papel fundamental en la comprensión de la hegemonía romana, dado que, desde una perspectiva divina, garantizaba y justificaba la posición de Roma como dueña del mundo.³⁸ Estamos ante un concepto que aparece presentado de manera clara desde el proemio mismo:

...καὶ δόξαι τινὲς οὐκ ἀληθεῖς, ἀλλ' ἐκ τῶν ἐπιτυχόντων ἀκουσμάτων τὴν ἀρχὴν λαβοῦσαι τοὺς πολλοὺς ἐξηπατήκασιν, ὡς ἀνεστίους μὲν τινὰς καὶ πλάνητας καὶ βαρβάρους καὶ οὐδὲ τούτους ἐλευθέρους οἰκιστὰς εὐχομένης, οὐ δι' εὐσέβειαν δὲ καὶ δικαιοσύνην καὶ τὴν ἄλλην ἀρετὴν ἐπὶ τὴν ἀπάντων ἡγεμονίαν σὺν χρόνῳ παρελθούσης, ἀλλὰ δι' αὐτοματισμὸν τινα καὶ τύχην ἄδικον εἰκῆ δωρουμένην τὰ μέγιστα τῶν ἀγαθῶν τοῖς ἀνεπιτηδαιοτάτοις. (D. H., 1.4.2)

El papel de esta fuerza divina se inserta a la perfección en el ideario desarrollado por Dionisio de Halicarnaso. Más que ante una fuerza ciega, estamos ante un apoyo fundamental a la actuación positiva de los grandes hombres de la historia de Roma,³⁹ siendo particularmente visible este sentido en las dos escenas de conspiraciones presentes en el libro que nos ocupa (D. H., 5.7.1 y 54.1).

Finalmente, Dionisio emplea como recurso para cohesionar el libro discursos directos, siempre incidiendo en un motivo concreto como es el del

³⁸ El concepto de *πρόνοια* desempeña un papel realmente importante en los historiadores de finales de la República. La filosofía de Panecio y Posidonio tendrá en Cicerón a su divulgador en ámbito latino, y será con autores como Diodoro (para el cual cf. Sacks 1990: 36-37, y sobre todo Camacho Rojo 1990: 262-263) con el que veamos claramente la adaptación de este concepto al ámbito historiográfico del momento. Estamos ante una idea que recuerda al uso de *τύχη* por parte de Polibio, y que tiene gran trascendencia en el ideario estoico del momento, dado que justifica y refuerza la posición hegemónica de Roma, como concepto que garantiza, desde una dimensión divina, el orden de las cosas, cf. Pohlenz: 2005: 193-195 y 396-399, y Reinhardt 1926: 184-186. En todo caso, y respecto a los planteamientos de Reinhardt, ha de notarse que hoy no se considera que el proemio de Diodoro remonte sin más a Posidonio: cf. en el marco del estudio de estos conceptos las reflexiones al respecto de Camacho Rojo 1994: 264.

³⁹ Fromentin 2002: 224.

servicio a la ciudad,⁴⁰ que es esgrimido en los argumentos desarrollados por los oradores (D.H., 5.5; 10; 27-28; 54 y 72) y que añaden detalles respecto a la forma de entender los acontecimientos por parte de Dioniso.⁴¹ Son, en definitiva, un complemento a la actuación de los personajes, dando cuenta de los valores permanentes que los mismos representan. La permanencia de esos valores es lo que hace que estos discursos aporten una gran monotonía, dado que no añaden razonamientos o ideas nuevas, sino que inciden en los principios que Dionisio cree fundamentales en el sostenimiento y desarrollo de Roma.

En definitiva, aunque Dionisio siga a sus fuentes en el trazado de la narrativa del libro quinto, el autor desarrolla todo un abanico de recursos que favorecen, en ocasiones de manera indirecta, la adaptación de los materiales a sus objetivos como historiador. Un examen de las diferentes escenas permitirá comprender la sutileza de esos mecanismos, que son precisamente los que aseguran la unidad del libro.

2. Las grandes escenas del libro quinto

Antes de pasar a analizar las escenas de mayor elaboración de los años 507, 505, 498 y 496, procede valorar la naturaleza de las de menor enjundia. Los años 506, 504-499 y 497 suponen ejemplos de un desarrollo escaso de los acontecimientos históricos. A grandes rasgos corresponden con los años en los que Tito Livio tampoco aporta una narración desarrollada, salvo precisamente el año inicial, el final y el 498, en los que el romano no desarrolla la narrativa y Dionisio sí. En líneas generales, la factura de estos años es realmente simple, en ocasiones con la famosa fórmula *nihil dignum memoria actum* (ἄλλο μὲν οὐδὲν ἄξιον λόγου ἐπράχθη, D. H., 5.21.1), o con referencias temporales que superan un periodo consular (D. H., 5.37.1), lo que evidencia la ausencia de acciones claras en ese año.

⁴⁰ Para la importancia de este concepto en el marco de la crisis política narrada en estos libros, cf. Noe 1979: 46.

⁴¹ Gärtner 1989: 217. Esta idea suaviza la visión negativa que de los discursos tuvo la crítica de principios de siglo, cf. Halbfas 1910: 29, quien habla de discursos que no representan a los romanos y que no responden a personajes definidos, sino a simples sombras. Nuestra perspectiva supone replantear la propuesta de Gabba 1982: 810, quien proponía ver en los discursos contenido e ideas de los autores analíticos y elaboración literaria de Dionisio.

En otros casos, las acciones bélicas se reducen a la expresión desnuda de los hechos, casi con naturaleza analística,⁴² o a un desarrollo no muy extenso de los acontecimientos, en ambos casos evidenciando que Dionisio tenía material para, en caso necesario, realizar escenas de cierta complejidad. En todos los casos estamos ante años en los cuales hay total ausencia de comentarios autoriales, discursos y, en definitiva, de cualquier intervención por parte de Dionisio. En claro contraste con esta formulación, las escenas que a continuación abordaremos presentan una fuerte impronta del autor bajo los postulados antes indicados.

El primer consulado, que nos lleva desde el capítulo primero hasta el 19, está marcado por la conjura contra la recién creada República. Casi la práctica totalidad de esta sección (capítulos 3-12) recoge una versión diferente respecto a la que podemos ver en Tito Livio, con una mayor elaboración por parte del autor griego que fue atribuida a una fuente perteneciente a la analística tardía.⁴³ En todo caso, creemos que la elaboración del material por parte de Dionisio es clara. El adelanto de los datos accesorios de la conjuración (capítulos 2-5) permite a Dionisio centrarse en los aspectos más humanos de la conjura, que estará regida por dos ideas fundamentales: la altura y dedicación de los gobernantes de Roma y la buena disposición de la *πρόνοια* divina,⁴⁴ en el primer caso con reminiscencias claras del pasaje proemial antes indicado, en concreto en la declaración autorial anterior a la actuación ejemplar de Bruto, en la que el resabio herodoteo es contundente (*μεγάλα καὶ θαυμαστά*):

Τὰ δὲ μετὰ ταῦτα ἔργα θατέρου τῶν ὑπάτων Βρούτου μεγάλα καὶ θαυμαστά λέγειν ἔχων, ἐφ' οἷς μέγιστα φρονοῦσι Ῥωμαῖοι, δέδοικα μὴ σκληρὰ καὶ ἄπιστα τοῖς Ἑλλησι δόξω λέγειν, ἐπειδὴ πεφύκασιν ἅπαντες ἀπὸ τῶν ἰδίων παθῶν τὰ περὶ τῶν ἄλλων λεγόμενα κρίνειν καὶ τὸ πιστὸν ἄπιστον ἐφ' ἑαυτοῦ ποιεῖν· ἐρῶ δ' οὖν ὅμως. (D. H., 5.8.1)

⁴² D. H., 5.49.1, Σπόριος Κάσσιος Οὐκελλῖνος ἐπικαλούμενος καὶ Ὀπίτωρ Οὐεργίνιος Τρικᾶτος. ἐφ' ὧν ὁ πρὸς Σαβίνους πόλεμος ὑπὸ θατέρου τῶν ὑπάτων Σπορίου κατελύθη μάχης ἰσχυρᾶς γενομένης οὐ μακρὰν τῆς Κυριτῶν πόλεως· ἐξ ἧς ἀπέθανον μὲν ἀμφὶ τοὺς μυρίους καὶ τριακοσίους Σαβίνων, αἰχμάλωτοι δ' ἔλήφθησαν ὀλίγον ἀποδέοντες τετρακισχιλίων.

⁴³ Cf. Bessone 1981: 23-24, y el análisis de las diferentes versiones en Ogilvie 1970: 242-243.

⁴⁴ D. H., 5.7.1: Ἐκ πολλῶν μὲν οὖν καὶ ἄλλων ἔδοξέ μοι τὰ Ῥωμαίων πράγματα προνοῖα θεῶν εἰς τοσαύτην προελθεῖν εὐδαιμονίαν, οὐχ ἥκιστα δὲ καὶ ἐκ τῶν τότε γενομένων. τοσαύτη γὰρ ἄνοια καὶ θεοβλάβεια τοὺς δυστήνους ἐκείνους κατέσχευε...

El sentido profundo de esta escena será desarrollado por medio del discurso en estilo directo de Bruto, que vemos menos desarrollado en Tito Livio, quien señala que Colatino debía abandonar la ciudad en pro de la libertad simplemente por su nombre.⁴⁵ Dionisio, frente a esta versión, vincula por completo el destino de Colatino con la conjura,⁴⁶ recapitulando algunas de las ideas con las que la presentó,⁴⁷ e insistiendo en la εὐνοία πρὸς τὴν πόλιν como idea fundamental del pasaje.⁴⁸ El resultado final, con el destierro de Colatino, conlleva el acceso al consulado de Públicola, que en el caso de Dionisio, y a diferencia de lo que ocurre en la restante tradición, aparece por primera vez en este libro un poco antes en la escena de la conjura, y lo hace de manera anónima, como colaborador necesario para el descubrimiento del complot. Como ya señalábamos, este tipo de referencias cruzadas será una tendencia general en la construcción del libro.⁴⁹

Los restantes capítulos de este consulado (12-18) desarrollan las medidas del cónsul, la muerte de Bruto de manera heroica y, sobre todo, las reflexiones de Dionisio sobre la Oración fúnebre romana. En ella tenemos una vez más la misma idea de la grandeza de los individuos en su actuación pública:⁵⁰

εἰ δέ τις ἐάσας σκοπεῖν, οἳ τινες ἦσαν οἱ πρῶτοι τοὺς ἐπιταφίους ἐπαίνους καταστησάμενοι, τὸν νόμον αὐτὸν ἐφ' ἑαυτοῦ βουλευθεῖη καταμαθεῖν, παρ' ὁποτέρους ἄμεινον ἔχει, τοσούτω φρονιμώτερον εὐρήσει παρὰ τοῖσδε κείμενον αὐτὸν ἢ παρ' ἐκείνοις, ὅσω γ' Ἀθηναῖοι μὲν ἐπὶ τοῖς ἐκ τῶν πολέμων θαπτομένοις καταστήσασθαι τοὺς ἐπιταφίους ἀγορεύεσθαι λόγους δοκοῦσιν ἐκ μιᾶς τῆς περὶ τὸν θάνατον ἀρετῆς, κἂν τᾶλλα φαῦλος γένηται

⁴⁵ Ogilvie 1970: 239, y Liv. 2.2.3.

⁴⁶ Musti 1970: 102.

⁴⁷ Así puede verse D. H., 5.7.1 (citado en nota anterior) y D. H., 5.10.3-4: ἐπιστολάς τε περὶ τούτων γράψαντες αὐτογράφους καὶ ταῖς ἑαυτῶν σφραγῖσι κατασημηνάμενοι πέμπειν πρὸς τοὺς φυγάδας ἔμελλον. ταῦθ' ἡμῖν θεῶν τιнос εὐνοία καταφανῆ γέγονεν ὑπὸ τοῦδε μνηυθέντα τοῦ ἀνδρός...

⁴⁸ D. H., 5.10.2, καὶ ἀντὶ τῶν κοινῆ συμφερόντων τὸ ἑαυτοῦ σκοπῶν λυσιτελέσ... 5.10.5: ...πότερα τῆς πρὸς τὴν πόλιν εὐνοίας ἢ τῶν πρὸς τοὺς τυράννους διαλλαγῶν.

⁴⁹ Referencias que pueden esconder un intento por desdibujar el fuerte tono favorable a la *Gens Valeria* de Valerio Antias. Es verdad que, como señala Musti 1970: 103, esta escena es fuertemente favorable a Públicola, pero también es innegable que la presentación del personaje, con ser positiva, es algo errática a lo largo del libro.

⁵⁰ Cf. Schultze 2011: 83, para la importancia dentro de la oración fúnebre del servicio a la patria, incluso en el plano civil.

τις, ἐξετάζειν οἰόμενοι δεῖν τοὺς ἀγαθοὺς· Ῥωμαῖοι δὲ πᾶσι τοῖς ἐνδόξοις ἀνδράσιν, ἐάν τε πολέμων ἡγεμονίας λαβόντες ἐάν τε πολιτικῶν ἔργων προστασίας συνετὰ βουλευόμενα καὶ πράξεις ἀποδείξωνται καλάς, ταύτην ἔταξαν εἶναι τὴν τιμὴν, οὐ μόνον τοῖς κατὰ πόλεμον ἀποθανοῦσιν, ἀλλὰ καὶ τοῖς ὁποιαδήποτε χρησαμένοις τοῦ βίου τελευτῆ, ἐξ ἀπάσης τῆς περὶ τὸν βίον ἀρετῆς οἰόμενοι δεῖν ἐπαινεῖσθαι τοὺς ἀγαθοὺς, οὐκ ἐκ μιᾶς τῆς περὶ τὸν θάνατον εὐκλείας. (D. H., 5.17.5-6)

Como indicaba Schultze, no hay en las *Antigüedades romanas* ningún discurso fúnebre, a pesar de la importancia que Dionisio da a la costumbre.⁵¹ La posibilidad de que esa ausencia se deba al deseo por parte de Dionisio de dar él mismo el último juicio sobre sus personajes es sugerente, y encaja con ese interés por subrayar el tono pedagógico de la obra. Lo que es innegable es la capacidad de Dionisio para transmitir su ideario por medio de esa combinación de acciones e intervención autoral.

El segundo consulado con desarrollo narrativo nos lleva al año 505, y a los capítulos 21 a 35, con los sucesos que rodean la leyenda de Porsena.⁵² La cercanía de la versión de Dionisio con la presente en otros autores ya ha sido señalada y, aunque en menor medida, también en este caso tenemos detalles que orientan la narración en el sentido y objetivos que Dionisio persigue con este libro, algo que podemos ver especialmente en las reflexiones del autor sobre Horacio Cocles.⁵³ Dionisio las une con las de Mucio, que aparecerán un poco después, dando todavía mayor unidad a estas dos leyendas. Como en el caso anterior, no falta el tono herodoteo (θαυμαστὸν ἔργον ἀποδειξάμενος):

οὗτός τε δὴ θαυμαστὸν ἔργον ἀποδειξάμενος ἐν τῷ τότε ἀγῶνι Ῥωμαίοις ἄξιος εἶπερ τις καὶ ἄλλος τῶν ἐπ' ἀνδρεία διονομασθέντων ἐπαινεῖσθαι, καὶ ἔτι πρὸς τούτῳ Γάιος Μούκιος, ᾧ Κόρδος ἐπωνύμιον ἦν, ἀνὴρ ἐξ ἐπιφανῶν πατέρων καὶ αὐτὸς ἐχειρήματι ἐπιβαλόμενος μεγάλῳ, περὶ οὗ μικρὸν ὕστερον ἐρῶ διηγησάμενος πρῶτον, ἐν οἷσιν ἢ πόλιν ἦν τότε συμφοραῖς. (D. H., 5.2.4)

Μουκίῳ δὲ τῷ προελομένῳ περὶ τῆς πατρίδος ἀποθανεῖν αἰτιωτάτῳ δόξαντι γεγονέναι τῆς καταλύσεως τοῦ πολέμου χώραν ἐκ τῆς δημοσίας δοθῆναι

⁵¹ Schultze 2011: 81-83.

⁵² Para un examen de los mismos, cf. Ogilvie 1970: 255.

⁵³ Un estudio de las versiones que poseemos sobre esta leyenda puede verse en Delcourt 1957: 170-171. No entramos a valorar, por llevamos muy lejos de nuestro objetivo, el sentido de esta leyenda.

πέραν τοῦ Τεβέριος ποταμοῦ, τὸν αὐτὸν τρόπον, ὄνπερ Ὅρατίω τῷ πρὸ τῆς γεφύρας ἀγωνισαμένω πρότερον, ὄσσην ἂν ἀρότρῳ περιλαβεῖν ἐν ἡμέρᾳ μιᾷ δύνηται. (D. H., 5.35.1)

El sentido de servicio a la patria de la acción de Mucio es claro, y ello justifica la presencia en la versión de Dionisio del debate sobre la estratagema en el Senado, que quizá prive de sorpresa a la acción,⁵⁴ pero permite insertarla en el ámbito político de la urbe, dejando la hazaña bajo la protección de la patria. De igual modo, en el discurso directo de Mucio ante Porsena tenemos la idea de servicio a la urbe de manera muy marcada:

οὐκ ἀγνοῶν μὲν, ὅτι καὶ κατορθώσαντι καὶ διαμαρτόντι τῆς ἐλπίδος ἀποθανεῖν ὑπάρχει μοι, χαρίσασθαι δὲ τῇ γειναμένη τὴν ἑμαυτοῦ ψυχὴν προαιρούμενος καὶ ἀντὶ τοῦ θνητοῦ σώματος ἀθάνατον δόξαν καταλιπεῖν. (D. H., 5.29.1)

En tercer lugar, el año 498 (capítulos 52-57) estará marcado por una conspiración que prolongará los enfrentamientos con los tarquinios y los enlazará con el comienzo del conflicto de las deudas, facilitando la continuidad narrativa en un modo que seguramente debemos a Dionisio, dado que no tenemos esta escena en Tito Livio, quien para ese consulado indica únicamente *nihil dignum memoria actum* (Liv. 2.19.1). Habitualmente, se asume que detrás de esa afirmación de Tito Livio se esconde todo lo narrado por Dionisio de Halicarnaso en los capítulos 53 a 57,⁵⁵ lo que puede ser correcto si asumimos que el historiador griego puede estar expandiendo una nota analística para subrayar precisamente los temas y objetivos que venimos señalando para este libro.

Esta escena de conspiración arranca con una referencia a la situación cada vez más compleja del pueblo por las deudas, que lo alejan del bien común, uno de los motivos que hemos venido señalando:

ἤδη δ' ὑπεκίνει τὸ πολὺ τοῦ δημοτικοῦ μέρος καὶ ἐνόσει, μάλιστα δὲ τὸ ἄπορον καὶ ὑπὸ δανείων ἠναγκασμένον μηκέτι τὰ κράτιστα τῷ κοινῷ φρονεῖν· οὐ γὰρ ἐμετρίαζον ἐν ταῖς ἐξουσίαις οἱ δανείζοντες, ἀλλ' εἰς δεσμούς τὰ τῶν ὑποχρέων ἀπῆγον σώματα καὶ ὥσπερ ἀργυρωνήτοις αὐτοῖς. (D. H., 5.53.2)

⁵⁴ Como señala Ogilvie 1970: 263.

⁵⁵ Cf. para ello Klotz 1964: 227, y Pabst 1969: 64.

Al igual que ocurría con la anterior conspiración, y como se había señalado en el proemio, el papel de la providencia divina es fundamental en el desarrollo de los acontecimientos:

Ἡ δ' ἐν παντὶ καιρῷ σώζουσα τὴν πόλιν καὶ μέχρι τῶν κατ' ἐμὲ χρόνων παραμένουσα θεῖα πρόνοια διεκάλυψεν αὐτῶν τὰ βουλευόμενα... (D. H., 5.54.1)

En esa misma línea, podemos observar que, en el discurso que pronuncia el cónsul en estilo directo, aparece una síntesis de lo acaecido hasta el momento en este mismo libro (D. H., 5.54.5), justo antes de pasar a narrar el plan para detener la conspiración, una exposición que se ve interrumpida por un comentario autorial que condensa los objetivos que venimos defendiendo para este libro, con el añadido de cuestiones de carácter metodológico:⁵⁶

Ἄλλος μὲν οὖν ἂν τις ἀποχρῆν ὑπέλαβεν αὐτὸ τὸ κεφάλαιον εἰπεῖν, ὅτι συλλαβὼν τοὺς μετασχόντας τῶν ἀπορρήτων βουλευμάτων ἀπέκτεινεν, ὡς ὀλίγῃς τοῖς πράγμασι δηλώσεως δέον· ἐγὼ δὲ καὶ τὸν τρόπον τῆς συλλήψεως τῶν ἀνδρῶν ἱστορίας ἄξιον εἶναι νομίσας ἔκρινα μὴ παρελθεῖν, ἐνθυμούμενος ὅτι τοῖς ἀναγινώσκουσι τὰς ἱστορίας οὐχ ἱκανόν ἐστιν εἰς ὠφέλειαν τὸ τέλος αὐτὸ τῶνπραχθέντων ἀκοῦσαι, ἀπαιτεῖ δ' ἕκαστος καὶ τὰς αἰτίας ἱστορῆσαι τῶν γινομένων καὶ τοὺς τρόπους τῶν πράξεων καὶ τὰς διανοίας τῶνπραξάντων καὶ τὰ παρὰ τοῦ δαιμονίου συγκυρήσαντα, καὶ μηδενὸς ἀνήκοος γενέσθαι τῶν πεφυκότων τοῖς πράγμασι παρακολουθεῖν· τοῖς δὲ πολιτικοῖς καὶ πάνυ ἀναγκαίαν ὑπάρχουσαν ὁρῶν τῆν τούτων μάθησιν, ἵνα παραδείγμασιν ἔχοιεν πρὸς τὰ συμβαίνοντα χρῆσθαι. (D. H. 5.56.1)

Finalmente, la escena más compleja de todas las que componen el libro quinto se sitúa precisamente al final del mismo,⁵⁷ y contempla uno de los retos más importantes – al menos en la perspectiva de Dionisio – de la primitiva República, como es la dictadura. La factura de estos catorce capítulos está perfectamente medida, iniciándose con la revuelta de los pobres, un tema que había quedado en suspenso desde la conspiración que acabamos de indicar, y que supone una suerte de escena preparatoria. Los capítulos siguientes (64-68) recogen dos largos discursos indirectos bastante

⁵⁶ Sobre la ἀκριβεία en Dionisio cf. Verdin 1974: 301.

⁵⁷ Esa riqueza de la escena es señalada por Gabba 1996: 124.

diferentes a los hasta ahora vistos.⁵⁸ El primero de ellos, pronunciado por Marco Valerio, se inicia con una referencia a Publicola, y se articula en dos mitades: la primera de ellas retoma el concepto de servicio a la patria⁵⁹ –en este caso con ciertos tonos de concordia entre patricios y plebeyos–, y la segunda, además de presentar una referencia a Solón (D. H., 5.65.1),⁶⁰ recupera, una vez más, algunos de los sucesos acaecidos en este mismo libro (D. H., 5.65.3-4). Por su parte, el discurso de Apio Claudio aborda la influencia de las cuestiones externas en el seno de la ciudad (D. H., 5.66.2-3), dando una nueva perspectiva al conflicto de las deudas, enlazando la vertiente externa e interna de lo hasta ahora presentado en el libro quinto, todo ello en la perspectiva del bien común.⁶¹ Esta continua tendencia a resumir en los diferentes discursos los acontecimientos acaecidos en este libro es, a nuestro entender, buena prueba de la importancia estratégica de las escenas reelaboradas.

La dictadura es caracterizada como un engaño por Dionisio (D. H., 5.70.3-5) y como un mal menor en situaciones excepcionales (D. H., 5.74.3),⁶² y la viabilidad de la misma queda depositada en la valía personal de quien la ostenta, en clara vinculación con el pensamiento que recorre todo el libro:⁶³

ἔδοκει γὰρ αὐτοῖς δραστηρίου τ' ἀνδρὸς εἰς τὰ πράγματα δεῖν καὶ πολλὴν τῶν πολεμικῶν ἀγώνων ἐμπειρίαν ἔχοντος, πρὸς δὲ τούτοις φρονίμου τε

⁵⁸ Cf. Wiseman 2003: 113, para el examen de estos discursos en el marco de la oposición de las *gentes* de los claudios y los valerios. Su carácter antitético –casi tucidídeo– fue señalado por Stuveras 1964: 296.

⁵⁹ Ha de notarse que el discurso de Marco Valerio evidencia esa independencia de la plebe respecto al bien común a la ciudad, con lo que el concepto es reorientado en este sentido. Para esa falta de compromiso con la República por parte de la plebe, cf. Pabst 1969: 69, y Stuveras 1964: 297.

⁶⁰ Para la interpretación de esta alusión dentro de la *interpretatio graeca* de las magistraturas romanas, cf. Luraghi 2003: 278-279.

⁶¹ D. H., 5.68.3, ...δεινόν τι καὶ οὐκ ἀνεκτὸν εἶναι Ῥωμαίοις τῆς ἡγεμονίας ἀντιποιουμένοις, ἦν διὰ πολλῶν πόνων οἱ πατέρες αὐτῶν κτησάμενοι τοῖς ἐγγόνιοις κατέλιπον, μὴ κατὰ προαίρεσιν μηδὲ πεισθέντας μηδ' ἐν ᾧ προσήκει καιρῷ τὰ βέλτιστα καὶ τῷ κοινῷ συμφέροντα πράττειν.

⁶² Cf. Noe 1979: 62.

⁶³ Sobre la importancia del juicio sobre la dictadura para los lectores de Dionisio, cf. Gabba 1996: 126.

καὶ σώφρονος καὶ μηδὲν ὑπὸ τοῦ μεγέθους τῆς ἐξουσίας ἐπὶ τὸ ἀνόητον παραχθισομένου. (D. H., 5.71.1)

“Ὅν δὲ τρόπον ὁ Λάρκιος ἐχρήσατο τοῖς πράγμασι δικτάτωρ πρῶτος ἀποδειχθεὶς καὶ κόσμον, οἷον περιέθηκε τῇ ἀρχῇ, συντόμως πειράσομαι διεξελεθεῖν, ταῦτα ἡγούμενος εἶναι χρησιμώτατα τοῖς ἀναγνωσομένοις, ἃ πολλὴν εὐπορίαν παρέξει καλῶν καὶ συμφερόντων παραδειγμάτων νομοθέταις τε καὶ δημαγωγοῖς καὶ τοῖς ἄλλοις ἅπασι τοῖς πολιτεύεσθαί τε καὶ τὰ κοινὰ πράττειν βουλομένοις. (D. H., 5.75.1)

La actuación de Espurio Laricio consigue calmar la guerra externa (D. H., 5.76), algo que Dionisio nos cuenta antes de cerrar el libro con la famosa reflexión sobre los dictadores romanos, en la que precisamente señala que la viabilidad de esta magistratura residía en el buen uso que hicieron de ella sus ostentadores:⁶⁴

οὗτος ὁ ζήλος ἀπ’ ἐκείνου τοῦ ἀνδρὸς ἀρξάμενος ἅπασι παρέμεινε τοῖς λαμβάνουσι τὴν αὐτὴν ἐξουσίαν ἄχρι τῆς τρίτης πρὸ ἡμῶν γενεᾶς, οὐθένα γοῦν ἐκ τῆς ἱστορίας παρειλήφαμεν, ὃς οὐ μετρίως αὐτῇ καὶ πολιτικῶς ἐχρήσατο, πολλάκις ἀναγκασθείσης τῆς πόλεως καταλῦσαι τὰς νομίμους ἀρχὰς καὶ πάντα ποιῆσαι τὰ πράγματα ὑφ’ ἐνί. (D. H., 5.77. 2)

Conclusiones

Nuestro análisis del libro, necesariamente selectivo pero que da cuenta de los aspectos fundamentales del mismo, permite ver cómo Dionisio procesó el material a su disposición para conseguir sus objetivos historiográficos.⁶⁵ A partir de una estructura analística muy marcada, reforzada por el empleo de un esquema cronológico múltiple, el historiador amplifica y desarrolla aquellas escenas que pueden resultar útiles para su cometido en los casos que es posible – como en la segunda conjura –,⁶⁶ reorganiza otras – como quizá pueda ser el caso de la primera escena analizada – y explora las posibilidades de aquellas cuya fama es seguramente tan amplia que admiten

⁶⁴ Gabba 1996: 126: “Questo comportamento irreprensibile dei dittatori aveva creato l’opinione che la dittatura rappresentasse l’ultima possibilità di salvezza in caso di crisi dello stato.”

⁶⁵ La importancia de la utilidad en el proyecto historiográfico de Dionisio es algo que ya señaló Verdin 1974: 297.

⁶⁶ Para este proceso y su repercusión en la naturaleza histórica de la narración, cf. Stuveras 1965: 39.

una modificación limitada.⁶⁷ Además, deja en un estadio intermedio entre ese desarrollo y la escasez analística otras (D. H., 5.37-39). La aparición de intervenciones del autor y de ideas que guardan relación con el proemio asegura que esa modificación no se debe a las fuentes de Dionisio –en particular a Valerio Antias– sino a los objetivos historiográficos del autor.

La crítica decimonónica definía habitualmente la obra de Dionisio como la obra de un rétor, y por tanto como un mero ejercicio retórico.⁶⁸ Sin embargo, ha de tenerse en cuenta que esa habilidad formal tiene su complemento en el desarrollo de un pensamiento historiográfico completo y con implicaciones en el momento histórico de Dionisio de Halicarnaso.⁶⁹ El material a su disposición es procesado asumiendo el legado estructural de la analística romana y codificándolo bajo una nueva interpretación. En este proceso se selecciona el material y se centra la atención en aquellos aspectos que pueden dar más posibilidades de desarrollar los objetivos de la obra, dando lugar a esa estructura poco uniforme de los diferentes consulados. Ese desajuste no debe ser asumido como un simple uso retórico sin más, sino como un recurso que refuerza el sentido de la narración. Schultze señalaba sugestivamente que esas modificaciones o readaptaciones de la historia, de unas narraciones muy conocidas para el público culto, podían abrir la puerta a un sentido mucho más complejo y rico de lo que el lector moderno puede percibir,⁷⁰ siendo incluso uno de los factores fundamentales que orientarían la selección del material historiográfico,⁷¹ o simplemente su manipulación.⁷² Es precisamente este juego de sutilezas el que mueve los acontecimientos narrados en este libro, y el que le da unidad. Es cierto que una lectura del mismo depara a primera vista una sensación de aislamiento de las diferentes escenas, con aparentes repeticiones o incongruencias, pero la unidad de la obra no viene asegurada por la continuidad de los

⁶⁷ Esta actualización del material fue duramente criticada, desde criterios ajenos al universo de Dionisio, por Liers 1886: 11: Dionisio hacía de los personajes de su obra individuos propios de su tiempo. Stuveras 1965: 38, aporta una valoración más ajustada de este aspecto.

⁶⁸ Halbfas 1910: 15, y Schwartz 1959: 319.

⁶⁹ Para la idea de la actualización del pasado romano, cf. Wiater 2011: 189.

⁷⁰ Schultze 2000: 33. Una idea semejante para los aspectos puramente políticos puede verse en Gabba 1996: 20.

⁷¹ Wiater 2011: 135, “The criterion by which the historian has to decide whether to preserve an event or whether to consign it to oblivion is the effect which the account of that event will have upon the recipients.”

⁷² Schultze 1986: 129.

acontecimientos narrados, con un desarrollo orgánico y progresivo de los mismos, sino por su sutil interpretación, con unas escenas autónomas que cobran sentido dentro del mensaje global de la obra.

En definitiva, hemos de valorar el reto que suponía narrar los acontecimientos iniciales de la República aplicando una estructura cronológica incluso más rigurosa si cabe que la que presentaba la analística, dando a acontecimientos en muchos casos ya fijados en sus aspectos fundamentales una interpretación global. Con ello, el libro presenta una clara unidad, y además permite lecturas parciales muy sugestivas precisamente por tratarse de escenas muy conocidas, que solamente podrían aportar a los lectores de Dionisio algo nuevo gracias a la reelaboración que realiza el autor. Solo el acercamiento a las *Antigüedades romanas* desde una perspectiva que combine los objetivos de su autor, el manejo de los materiales y la recepción de la misma por parte de sus lectores podrá acercarnos a su sentido último.

Bibliografía

- Affortunati, M., y Scardigli, B. (1992), “Aspects of Plutarch’s Life of Publicola”, en P. A. Stadter (ed.), *Plutarch and the historical tradition*. Londres-Nueva York: Routledge, 109-132.
- Badian, E. (1966), “The early Historians”, en T. A. Dorey (ed.), *Latin historians*. Londres: Routledge, 1-38.
- Bessone, L. (1981), “Valerio Publicola e i primi consoli della Repubblica”, *GFF* 4: 13-24; 53-61, y 89-98.
- Bocksch, O. (1895), “De fontibus libri V et VI Antiquitatum romanarum Dionysii Halicarnassensis quaestiones variae”, *Leipziger Studien* 17: 167-274.
- Burck, E. (1964 2º ed.), *Die Erzählungskunst des T. Livius*. Berlín-Zúrich: Weidmann.
- Camacho Rojo, J. M. (1990), “La noción de destino (περρωμένη) en Diodoro de Sicilia”, en J. Lens Tuero (ed.), *Estudios sobre Diodoro de Sicilia*. Granada: Universidad de Granada, 261-278 (=Florilib 3: 83-100).
- Cornell, T. J. (2013), “Chronological table of historical events recorded in fragments”, en T. J. Cornell (ed.), *The fragments of the Roman Historians, volume III, commentary*. Oxford: Clarendon Press, 667-680.
- Delcourt, M. (1957), “Horatius Cocles et Mucius Scaevola”, en *Hommages à Waldemar Deonna*. Bruselas: Latomus, 169-180.
- Delcourt, A. (2005), *Lecture des Antiquités romaines de Denys d’Halicarnasse, un historien entre deux mondes*. Bruselas: Académie Royal de Belgique.

- Ducos, M. (1989), “Denys d’Halicarnasse et le droit”, *MEFRA* 101: 175-186.
- Ek, S. (1945), “Eine Stiltendenz in der Römischen Archäologie des Dionysios von Halikarnass”, *Eranos* 43: 198-214.
- Fox, M. (1993), “History and rhetoric in Dionysius of Halicarnassus”, *JRS* 83: 31-47.
- Freyburger, M.-L. (2001), “Coriolan chez les historiens grecs de Rome”, en M. Coudry y T. Späth (eds.), *L’invention des grands hommes de la Rome Antique*. París: de Boccard, 27-46.
- Fromentin, V. (2002), *Denys d’Halicarnasse, Antiquités romaines, tome I, introduction générale, livre I, texte établi et traduit par V. Fromentin*. París: Les Belles Lettres.
- Gabba, E. (1966), “Considerazioni sulla tradizione letteraria sulle origini della Repubblica”, en O. Reverdin (ed.), *Les origines de la République romaine, neuf exposés suivis de discussions*. Ginebra: Fondation Hardt, 133-169.
- Gabba, E. (1982), “La Storia di Roma arcaica di Dionigi d’Alicarnasso”, en H. Temporini y W. Haase (eds.), *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt II.30.1*. Berlín: De Gruyter, 799-816.
- Gabba, E. (1995), “Eduard Schwartz e la storiografia greca dell’età imperiale”, en E. Gabba, *Cultura classica e storiografia moderna*. Milán: Il Mulino, 219-235.
- Gabba, E. (1996), *Dionigi e la storia di Roma arcaica*. Bari: Edipuglia (= California, 1991).
- Gärtner, H. A. (1989), “Des discours chez Denys d’Halicarnasse et Tite-Live: rhetor graecus et orator romanus”, *Ktéma* 14: 217-225.
- Halbfas, F. J. (1910), *Theorie und Praxis in der Geschichtsschreibung bei Dionys von Halikarnass*. Münster: Druck der westfälischen Vereinsdruckerei.
- Kefallonitis, S. (2008), “Unité du livre VII des Antiquités romaines de Denys d’Halicarnasse”, *REA* 110: 195-214.
- Kiessling, A. (1858), *De Dionysi Halicarnasei Antiquitatum auctoribus latinis*. Leipzig: Teubner.
- Klotz, A. (1938), “Zu den Quellen der Archaiologia des Dionysios von Halikarnassos”, *RhM* 87: 32-50.
- Klotz, A. (1964), *Livius und seine Vorgänger*. Ámsterdam: Hakkert (= Leipzig, 1940-1941).
- Liers, H. (1886), *Die Theorie der Geschichtsschreibung des Dionys von Halikarnass*. Waldenburg: Schmidt’s Druckerei.

- Luraghi, N. (2003), “Dionysios von Halikarnassos zwischen Griechen und Römern”, en U. Eigler, N. Luraghi y U. Walter (eds.), *Formen römischer Geschichtsschreibung von den Anfängen bis Livius*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 268-286.
- Münzer, F. (1891), *De gente Valeria*. Oppeln: Erdmann Rabe.
- Musti, D. (1970), *Tendenze nella storiografia romana e greca su Roma arcaica. Studi su Livio e Dionigi d’Alicarnasso*. Roma: Edizioni dell’Ateneo.
- Nitzsch, K. W. (1873), *Die römischen Annalistik*. Berlín: Borntraeger.
- Noe, E. (1979), “Ricerche su Dionigi d’Alicarnasso: la prima stasis a Roma e l’episodio di Coriolano”, en *Ricerche di Storiografia antica 1*. Pisa: Giardini, 21-116.
- Oakley, S. (2013), “L. and Q. Aelius Tubero”, en T. J. Cornell (ed.), *The fragments of the Roman Historians, volume I, introduction*. Oxford: Clarendon Press, 361-367.
- Ogilvie, R. M. (1970 2.^a ed.), *A commentary on Livy, books 1-5*. Oxford: Clarendon Press.
- Pabst, W. (1969), *Quellenkritische Studien zur inneren römische Geschichte der älteren Zeit bei T. Livius und Dionys von Halikarnass*. Innsbruck: Tesis doctoral.
- Pittia, S. (2005 2.^a ed.), *Denys d’Halicarnasse, Rome et la conquête de l’Italie aux IV^e et III^e s. avant J.-C., textes traduits et commentés sous la direction de Sylvie Pittia*. París: Les Belles Lettres.
- Pohlenz, M. (2005), *La Stoa. Storia di un movimento spirituale*, Milán: Bompiani (=Gotinga, 1959).
- Reinhardt, K. (1926), *Kosmos und Sympathie. Neue Untersuchungen über Posidonios*, Múnich: Beck.
- Rich, J. W. (2013), “Valerius Antias”, en T. J. Cornell (ed.), *The fragments of the Roman Historians, volume I, introduction*. Oxford: Clarendon Press, 293-304.
- Richard, J. C. (1994), “A propos du premier triomphe de Publicola”, *MEFRA* 106: 403-422.
- Sacks, K. S. (1983), “Historiography in the Rhetorical Works of Dionysius of Halicarnassus”, *Athenaeum* 64: 383-395.
- Sacks, K. S. (1990), *Diodorus Siculus and the First Century*, Princeton: Princeton University Press.
- Saulnier, C. (1972), “L’histoire militaire de la Rome archaïque chez Denys d’Halicarnasse”, *BAGB* 3: 283-295.

- Sautel, J. H. (2016), *Denys d'Halicarnasse, Antiquités romaines, tome VI, livre VI, texte établi et traduit par J. H. Sautel*. Paris: Les Belles Lettres.
- Schultze, C. (1986), "Dionysius of Halicarnassus and his audience", en I. S. Moxon, J. D. Smart y A. J. Woodman (eds.), *Past perspectives. Studies in Greek and Roman Historical Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 121-141.
- Schultze, C. (1995), "Dionysius of Halicarnassus and Roman chronology", *PCPhS* 41: 192-214.
- Schultze, C. (2000), "Authority, originality and competence in the Roman archaeology of Dionysius of Halicarnassus", *Histos* 4: 6-49.
- Schultze, C. (2011), "The sole glory of death. Dying and commemoration in Dionysius of Halicarnassus", en V. M. Hope y J. Huskinson (eds.), *Memory and mourning. Studies on Roman death*. Oxford: Oxbow, 78-92.
- Schwartz, E. (1959) "Dionysius von Halikarnassos", en E. Schwartz, *Griechische Geschichtschreiber*. Leipzig: Koehler und Amelang, 319-360 (=RE V, 1905: 934-961).
- Stuveras, R. (1964), "La vie politique au premier siècle de la République romaine à travers la tradition littéraire", *MEFRA* 76: 295-342.
- Stuveras, R. (1965), "La vie politique au premier siècle de la République romaine à travers la tradition littéraire (suite)", *MEFRA* 77: 35-67.
- Tränkle, H. (1965), "Der Anfang des römischen Freistaats in der Darstellung des Livius", *Hermes* 93: 314-337.
- Usher, S. (1982). "The Style of Dionysius of Halicarnassus in the Antiquitates Romanae", en H. Temporini y W. Haase (eds.), *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt, II.30.1*. Berlin: De Gruyter, 817-838.
- Verdin, H. (1974), "La fonction de l'Histoire selon Denys d'Halicarnasse", *AnSoc* 5: 289-307.
- Wiater, N. (2011), *The ideology of Classicism, language, history and identity in Dionysius of Halicarnassus*. Berlin-Nueva York: De Gruyter.
- Wiseman, T. P. (2003), *Clio's cosmetics, three studies in Greco-Roman literature*. Bristol: Phoenix Press (= Leicester, 1979).

(Página deixada propositadamente em branco)

PLUTARCO EN LAS *NOCTES ATTICAE* DE AULO GELIO¹

PLUTARCH IN *NOCTES ATTICAE* BY AULUS GELLIUS

RAMIRO GONZÁLEZ DELGADO

Universidad de Extremadura

rgondel@unex.es

orcid.org/0000-0001-5633-5625

Artigo recibido a 07-04-2016 e aprobado a 18-04-2017

Resumen

En este trabajo se analizan las citas de Plutarco en las *Noches áticas* de Aulo Gelio bajo un triple prisma: su aspecto formal, su contenido y la función que cumplen. Con ello trataremos de establecer la valoración de Plutarco y su obra en la literatura latina del siglo II.

Palabras clave: Plutarco, Aulo Gelio, Intertextualidad, cita literaria.

Abstract

This paper analyses literary quotations of Plutarch in the *Attic Nights* by Aulus Gellius under a triple viewpoint: their formal aspect, their subject-matter and their role in the literary work. We try to establish the valuation of Plutarch and his work in Latin literature of the second Century.

Keywords: Plutarch, Aulus Gellius, Intertextuality, literary quotation.

Aulo Gelio compuso sus *Noches áticas* (*NA*) en época de Marco Aurelio. El título hace referencia a que comenzó a escribirla en el Ática, durante las largas noches de invierno, aunque la terminará posteriormente

¹ Este trabajo se adscribe a los proyectos de investigación FFI2013-41976-P y FFI2014-55220-R del MINECO y a los grupos de investigación LAPAR (HUMOOZ) de la Junta de Extremadura y “Grecia y su tradición” de la UEX.

en Roma. En ella fue anotando todo tipo de curiosidades que oía o leía en otros libros². Debido especialmente a este método de trabajo, en *NA* se citan muchos autores: la previa y atenta lectura de obras por las que mostraba algún tipo de interés le permitía tomar breves notas con las que podía después localizar el pasaje en cuestión. Del mismo modo que sus anotaciones carecen de orden, ese desorden reinó en la composición de su obra, que aglutina distintos capítulos sin una disposición predeterminada. Esas notas se completan con conversaciones y experiencias que mantuvo con maestros y amigos, por lo que el resultado fue una obra erudita y enciclopédica (amalgama la compilación y la divulgación), en la que no hay cabida para aquello que no contribuya a la formación del lector y que abarca temas de filosofía, ciencia natural, historia, literatura, gramática, política, religión, jurisprudencia... Su intención didáctica también se deja entrever en la dedicatoria a su hijo que figura en la *praefatio* de la obra.

Uno de esos autores en los que nos vamos a fijar, que Gelio leyó, anotó y recurrió a él, es Plutarco. Según Stadter, Plutarco fue un autor griego, pero también romano, ya que, a diferencia de otros miembros de la segunda sofística como Crisóstomo o Aristides, muestra una mayor familiaridad con la historia, la religión y las tradiciones de Roma, por lo que su público, como se aprecia bien en las *Vidas* (y también, como vamos a ver a lo largo de este trabajo, en *Moralia*), no era exclusivamente griego³. El polígrafo de Queronea es un autor que está bien presente en las *NA* de Aulo Gelio y es reiteradamente citado a lo largo de sus veinte libros⁴. Su nombre ya figura en la primera línea del libro I de la obra (*Plutarchus dixerit*) y también en uno de los capítulos finales del último libro. En este trabajo se analizarán dichas citas bajo un triple prisma: su aspecto formal (su fidelidad o desvío), su contenido (el tema que desarrollan y las obras de Plutarco que se toman como referencia) y la función que cumplen. Tras el análisis de cada una, trataremos de establecer tanto la valoración que Gelio hace de Plutarco y

² Como bien deduce Arana 2002: 18: “Las fuentes de donde su autor extrae temas, discusiones, noticias y críticas son principalmente dos: la cultura libresco y sus relaciones con personas cultas de su tiempo. El aspecto más personal de su interés por el saber se refleja en el papel confiado a la memoria y también en los datos que le proporciona el oído atento”.

³ En este sentido Stok 1998 señala el impacto inmediato de Plutarco en la cultura de su época, como se puede ver en la obra de los autores latinos Gelio, Frontón y Apuleyo.

⁴ De esta magna obra se han perdido el comienzo de la *Praefatio* y todo el libro VIII, del que sólo se conservan los quince lemas que indicaban los temas tratados en él.

su obra, como el papel que juegan los textos del autor de Queronea en la literatura latina del siglo II⁵.

Todas las citas se pueden agrupar en torno a doce pasajes, que aparecen en los libros I (con tres referencias), II (dos), III (dos), IV, XI, XV, XVII y XX. Pasaremos a ver cada una de estas citas para proceder después a su análisis en conjunto.

1. Gel. 1.1.1

Podemos decir que Aulo Gelio comienza las *NA* citando a Plutarco. En concreto, alude a una obra perdida del autor, *Sobre la vida de Heracles*, que el mismo Plutarco menciona en sus escritos⁶ y que figura en el controvertido *Catálogo de Lamprias* (catálogo de una biblioteca de los siglos III-IV que menciona 227 obras del autor, de las que tan sólo nos han llegado 83). En el lema del primer capítulo del libro primero, Gelio convierte al autor griego en una fuente de autoridad:

Quali proportione quibusque collectionibus Plutarchus ratiocinatum esse Pythagoram philosophum dixerit de comprehendenda corporis proceritate, qua fuit Hercules, cum uitam inter homines uiueret⁷.

Ya este pequeño resumen indica que Plutarco tomó los cálculos del filósofo Pitágoras para conocer el tamaño corporal del conocido héroe griego. Así, Gelio relata:

⁵ Ya García Jurado 2015 aplica la teoría del intertexto al análisis de la relación entre Plutarco y Gelio, señalando que *NA* no constituyen un texto marginal en sí mismo, sino en función de lo que debemos considerar el texto plutarquiano, desarrollando la distinción de Genette entre dos tipos de paratexto: ‘epitexto’ (paráfrasis o citas) y ‘peritexto’ (los *fragmenta* de las ediciones plutarquianas).

⁶ *Thes.* 29.5: ὅτι δ’ Ἡρακλῆς πρῶτος ἀπέδωκε νεκροὺς τοῖς πολεμίοις, ἐν τοῖς περὶ Ἡρακλέους γέγραπται. Jakoby, *F. Gr. Hist.* III B 328, F 112 considera esta frase interpolada de un fragmento correspondiente a Filócoro, al que Plutarco acababa de mencionar. También Arnobio 4.144 señala que Plutarco narró que Heracles quedó reducido a cenizas en el monte Eta, tras sufrir un ataque epiléptico. Sandbach mantiene la ordenación de las *Vidas* que aparecen en el *Catálogo de Lamprias*; la *Vida de Heracles* sería la n° 34, fr. 6-8 (con pasajes de Plutarco, Gelio y Arnobio).

⁷ Para *NA* reproducimos la edición de Marshall 1968 y la traducción de López Moreda 2009: “De qué razón y argumentos dijo Plutarco que se sirvió el filósofo Pitágoras para calcular las dimensiones del cuerpo de Hércules cuando vivía entre los hombres”.

Plutarchus in libro, quem de Herculis, quamdiu inter homines fuit, animi corporisque ingenio atque uirtutibus conscripsit, scite subtiliterque ratiocinatum Pythagoram philosophum dicit in reperienda modulandaque status longitudinisque eius praestantia⁸.

Esta cita es importante porque nos ofrece datos de esta obra perdida, que se va a convertir en la única de las *Vidas* de Plutarco citadas por Gelio, ya que todos los testimonios posteriores serán de *Moralia*. En primer lugar, se habla de un libro dedicado a la naturaleza y virtudes de Hércules, pero el autor latino precisa más: a cuando el héroe “vivió entre los hombres”. No vamos a elucubrar ante la falta de datos, pero se puede plantear la duda de si esta vida hubiera podido tener más libros o únicamente refiere la parte de la biografía del héroe en que se detiene Plutarco. Como curiosidad textual, en las ediciones antiguas anteriores a la gronoviana (1706), el título aparece escrito en griego, que no es del todo exacto con la traducción latina que vemos en las ediciones recientes: Ὀπόση ψυχῶν καὶ σωμάτων ἀνθρώποις περὶ εὐφύϊαν καὶ ἀρετὴν διαφορά⁹.

Al menos, sabemos que para Plutarco los cálculos de Pitágoras eran verosímiles, razón suficiente para incluirlos en su obra. Gelio, a su vez, también los da por buenos y los explica: como Hércules había medido con sus pies la pista del estadio que hay en Pisa junto al templo de Júpiter (600 pies) y otros estadios construidos después en Grecia tenían 600 pies, pero eran ligeramente más pequeños, calculó proporcionalmente el pie de Hércules y después la proporción natural de los miembros, concluyendo lógicamente que el cuerpo de Hércules era más grande que la media humana. Hoy sabemos que la medida del estadio en la antigua Grecia era diferente y que aproximadamente equivalía a unos 185 m. (con una variación de \pm 30 m.). El estadio de Olimpia mide 192,5 m. y si, según Vitrubio 3.1, la proporción entre el pie y la estatura de un hombre era de 1 a 6 (cálculo que tampoco resulta unánime), Hércules mediría, al menos, 1,92 metros.

En lo referente a la cita, Gelio nos transmite el título de una obra de Plutarco (hoy perdida, pero conocida en su época a tenor de su inclusión

⁸ “Plutarco, en el libro que escribió sobre la naturaleza y las virtudes de Hércules cuando vivió entre los hombres, dice que el filósofo Pitágoras razonó con destreza y agudeza a la hora de hallar y calcular la prestancia de su altura y dimensiones”.

⁹ García Jurado 2015: 36-37 señala que Luis Carrión se decantó por el título latino, que aparecía en el *codex Buslidianus*, del siglo XII y hoy perdido. Tal vez por esto, en la edición de Sandbach esta variante textual no aparece recogida.

en el *Catálogo de Lamprias* y por las referencias que también a ella se encuentran en Arnobio y en el propio Plutarco), el contenido o tema de dicha vida (que, por lo que vemos, también afecta a cuestiones morales), además de aludir a un pasaje único y, por ello, incluido en el *corpus fragmentorum* (7 Sand.) de las ediciones modernas.

2. Gel. 1.3.31

Esta cita también se corresponde con otra obra perdida del autor y es precisamente este pasaje de Gelio el que aparece de nuevo en la obra fragmentaria del de Queronea (174 Sand.):

Super hoc eodem Chilone Plutarchus philosophus in libro περι ψυχῆς primo uerbis his ita scripsit: Χείλων ὁ παλαιὸς ἀκούσας τινὸς λέγοντος μηδένα ἔχειν ἐχθρὸν ἠρώτησεν, εἰ μηδένα φίλον ἔχει, νομίζων ἐξ ἀνάγκης ἐπακολουθεῖν καὶ συνεμπλέκεσθαι φιλίαις ἀπεχθείας¹⁰.

En esta referencia el autor latino no sólo cita, en griego, el título de la obra de Plutarco, sino que también ofrece el texto literal¹¹ de este tratado hoy perdido para hablar del filósofo lacedemonio Quilón, en un contexto en que se discuten las decisiones contradictorias para salvar a un amigo. Gelio también menciona las observaciones que a este personaje hicieron Teofrasto y Cicerón. Aunque estos dos autores figuran en el lema del capítulo, Plutarco no. No obstante, cierra con esta referencia el capítulo dedicado a Quilón, a modo de conclusión, como autoridad erudita, a diferencia de otros autores que se citan, como por ejemplo Favorino, y que no figuran tampoco en el lema.

¹⁰ «Sobre este mismo Quilón el filósofo (*sic*), Plutarco en el libro primero de su tratado *Sobre el alma* se pronunció en los siguientes términos: “El viejo Quilón, oyendo a alguien decir que no tenía ningún enemigo, le preguntó si tenía algún amigo, dando a entender que la amistad y el odio se siguen e implican necesariamente”».

¹¹ Señala el propio Gelio (praef. 2.1): “Nam proinde ut librum quemque in manus ceperam seu Graecum seu Latinum uel quid memoratu dignum audieram, ita quae libitum erat, cuius generis cumque erant, indistincte atque promisce annotabam eaque mihi ad subsidium memoriae quasi quoddam litterarum penus recondebam, ut, quando usus uenisset aut rei aut uerbi, cuius me repens forte obliuio tenuisset, et libri, ex quibus ea sumpseram, non adessent, facile inde nobis inuentu atque depromptu foret”. Para la lectura que Gelio hace de Plutarco, Holford-Strevens 2003: 283. Cf. Arana 2002: 18.

La obra que se menciona es un perdido tratado *Sobre el alma* que comprendería más de un libro, ya que Quilón aparece citado en el primero. Otros autores que hablan de esta obra son Orígenes (*Cels.*5.57), Eusebio (*PE* 11.36.1) y Estobeo (4.52.48-49)¹². Gelio la citará más adelante (15.10), como veremos y comentaremos.

3. Gel. 1.26.4-9

En la tercera y última cita de Plutarco que aparece en el libro I de *NA*, Gelio nos muestra, a través de las palabras del filósofo platónico Calvisio Tauro, discípulo de Plutarco, la opinión que tiene del autor griego: *uir doctissimus ac prudentissimus*. Por otro lado, el filósofo también lo denomina, como muestra del cariño y la admiración que le profesa, *Plutarchus noster*. Esta referencia no deja de ser un testimonio de tradición oral, una anécdota que Tauro contó a sus alumnos en el aula y que ahora reproduce Gelio, en torno a la pregunta de si el hombre sabio puede encolerizarse:

sed, quid et Plutarchus noster, uir doctissimus ac prudentissimus, senserit, non ab re est, ut id quoque audias. 5. ‘Plutarchus’ inquit ‘seruo suo, nequam homini et contumaci, sed libris disputationibusque philosophiae aures inbutas habenti, tunicam detrahi ob nescio quod delictum caedique eum loro iussit. 6. Coeperat uerberari et obloquebatur non meruisse, ut uapulet; nihil mali, nihil sceleris admisisse. 7. Postremo uociferari inter uapulandum incipit neque iam querimonias aut gemitus eiulatusque facere, sed uerba seria et obiurgatoria: non ita esse Plutarchum, ut philosophum deceret; irasci turpe esse; saepe eum de malo irae dissertauisse, librum quoque περί ἀοργησίας pulcherrimum conscripsisse; his omnibus, quae in eo libro scripta sint, nequaquam conuenire, quod prouolutus effususque in iram plurimis se plagis multaret. 8. Tum Plutarchus lente et leniter: “quid autem,” inquit “uerbero, nunc ego tibi irasci uideor? ex uultu meo an ex uoce an ex colore an etiam ex uerbis correptum esse me ira intellegis? mihi quidem neque oculi, opinor, truces sunt neque os turbidum, neque inmaniter clamo neque in spumam ruboremue efferuesco neque pudenda dico aut paenitenda neque omnino trepido ira et gestio. 9. Haec enim omnia, si ignoras, signa esse irarum solent.”

¹² Fr. 173-178 Sand. Los dos últimos fragmentos, los de Estobeo, estuvieron adscritos a una obra de Temistio (s. IV d.C.) con el mismo título. Cuatro fragmentos de esta obra de Temistio figuran en Sandbach en los *fr.inc.* (203-206).

Et simul ad eum, qui caedebat, conuersus: “interim,” inquit “dum ego atque hic disputamus, tu hoc age”.¹³

En este caso, no estamos ante una referencia textual, sino ante el testimonio de un personaje que aparece con frecuencia en la obra de Gelio y que, al igual que éste, frecuentaba el círculo de Herodes Ático. Además de mostrarnos el carácter tranquilo de Plutarco, contestando Tauro con este ejemplo a la pregunta de Gelio, este pasaje cita el título de una obra que conocemos: el tratado en un libro *περὶ ἀοργησίας* (*De coh. ira* 452f-464d), *Sobre el refrenamiento de la ira*, citado en lengua griega. Esta obra, una detallada exposición y metodología para la cura de la ira, no figura en el *Catálogo de Lamprias* (aunque se cataloga el ensayo *Περὶ ὀργῆς*, n.º 93, del que poseemos algunos fragmentos) y este testimonio de Gelio no deja de ser el recurso de un esclavo docto para escapar de su castigo, apelando precisamente a la propia obra de quien lo castiga.

En este pasaje ha profundizado Van der Stockt, que señala que no hay razón para dudar de la autenticidad de la anécdota presentada y que la conducta de Plutarco es compatible con lo expuesto en su *De coh. ira*. Como no se proporciona información sobre la naturaleza del delito, asumimos que Plutarco castigó al esclavo por un buen motivo y, *a priori*, el de Queronea no actuó con crueldad (aunque la imagen es caricaturesca),

¹³ «Pero cuál fue la opinión [sobre la ira] de nuestro querido Plutarco, hombre por lo demás muy sabio y prudente, viene también a cuento que lo oigas. 5. Plutarco –dijo– a un esclavo suyo, malvado y testarudo, pero que tenía dos oídos bien impregnados de libros y disputas filosóficas, le ordenó que se quitara la túnica y fuera azotado por no sé qué delito. 6. Habían empezado a azotarle y él por su parte objetaba que no merecía ser azotado y que no había hecho nada malo ni fechoría alguna. 7. Finalmente, mientras le azotaban, empezó a dar voces. Y ya no profería quejas ni gemidos o lamentos, sino palabras serias y subidas de tono: que Plutarco no era tal como convenía que fuese un filósofo; que era vergonzoso encolerizarse, que él mucho hablar de lo mala que era la ira, y que incluso había escrito un libro muy hermoso *Sobre la impasibilidad*, y que todas aquellas cosas que había escrito en aquel libro no eran nada oportunas porque se había dejado llevar por completo de la ira y le estaba propinando demasiados azotes. 8. Entonces Plutarco, con voz pausada y apacible, le dijo: “Sinvergüenza, ¿en qué ves que estoy airado contigo? ¿Acaso en mi semblante o en el tono de voz, o en el color, o en las palabras percibes sea yo presa de la ira? Yo creo que ni tengo los ojos furiosos, ni el semblante osco, ni doy gritos amenazadores, ni echo espuma por la boca, ni enrojezco, ni profiero palabras vergonzosas o de las que arrepentirme, ni tengo temblores convulsivos ni movimientos descontrolados. 9. Todos estos síntomas, por si no lo sabes, suelen ser los síntomas de la ira”. Y volviéndose a su vez al que le azotaba, le dijo: “Mientras éste y yo seguimos discutiendo, tú sigue con lo tuyo”».

dejándose arrastrar en su serenidad por las doctrinas estoicas (en el cálculo racional en la medida del castigo no haya lugar para la compasión). Para el profesor belga, este funcionamiento mecánico del castigo deshumaniza tanto al malhechor como al corrector.

4. Gel. 2.8.1-5

De nuevo Plutarco es citado en el lema del capítulo octavo del libro segundo, en este caso para reprocharle su actitud contra Epicuro a propósito de cierto silogismo:

Quod parum aequa reprehensio Epicuri a Plutarcho facta sit in sylogismi disciplina¹⁴.

En el texto se citan los comentarios perdidos del de Queronea a Homero, con citas en griego, tanto directas como indirectas (Epicuro)¹⁵:

Plutarchus secundo librorum, quos de Homero composuit, imperfecte atque praepostere atque inscite synlogismo esse usum Epicurum dicit uerbaque ipsa Epicuri ponit: 'Ο θάνατος οὐδὲν πρὸς ἡμᾶς· τὸ γὰρ διαλυθὲν ἀναισθητεῖ· τὸ δὲ ἀναισθητοῦν οὐδὲν πρὸς ἡμᾶς. 2. 'Nam praetermisit,' inquit 'quod in prima parte sumere debuit, τὸν θάνατον εἶναι ψυχῆς καὶ σώματος διάλυσιν, 3. tunc deinde eodem ipso, quod omiserat, quasi posito concessoque ad confirmandum aliud utitur. 4. Progredi autem hic' inquit 'synlogismus nisi illo prius posito non potest.' 5. Vere hoc quidem Plutarchus de forma atque ordine synlogismi scripsit. Nam si, ut in disciplinis traditur, ita colligere et ratiocinari uelis, sic dici oportet: ὁ θάνατος ψυχῆς καὶ σώματος διάλυσιν· τὸ δὲ διαλυθὲν ἀναισθητεῖ· τὸ δὲ ἀναισθητοῦν οὐδὲν πρὸς ἡμᾶς¹⁶.

¹⁴ “El reproche a Epicuro hecho por Plutarco sobre las reglas de un silogismo es poco justo”.

¹⁵ Roskam 2006-2007: 79, a propósito del uso de estas citas literales de Epicuro por parte de Plutarco, señala que normalmente son breves, están tomadas fuera de su contexto original y su uso es sumamente funcional. Aunque este estudio no tiene en cuenta el corpus fragmentario, sus conclusiones siguen siendo válidas.

¹⁶ «Plutarco, en el libro segundo de los que escribió sobre Homero, dice que Epicuro se sirvió de un silogismo incompleto, mal construido y torpe, y pone las propias palabras de Epicuro: “La muerte nada tiene que ver con nosotros; en efecto, lo que ya está disuelto, nada siente; lo que es insensible, nada tiene que ver con nosotros”. Añade Plutarco: “Pues omitió lo que debía afirmar en la primera parte del silogismo: que la muerte es disolución

Esta cita de Gelio es importante, pues la obra no se conserva y es precisamente este pasaje el que aparece en su obra fragmentaria (123 Sand.), perteneciendo a sus *Estudios homéricos*, que sí figuran en el *Catálogo de Lamprias* (n.º 42: Ὀμηρικαῖς μελέταις, en cuatro libros). La crítica cree que Plutarco, en esta obra, interpreta teorías filosóficas a partir de citas homéricas¹⁷. En concreto, Gelio nos dice que esta cita pertenece al libro segundo. Con la máxima de Epicuro que se menciona (*Sent.* 2), el fundador del epicureísmo trataba de quitar el miedo humano a la muerte. Plutarco critica este silogismo, señalando que no es correcto, y Gelio está de acuerdo con él, al omitir una premisa, que Plutarco reconstruye y Gelio nos permite conocerla¹⁸.

5. Gel. 2.9.1-5

El siguiente pasaje está en relación con el anterior y aparece en el mismo libro. El nombre del de Queronea vuelve a figurar en un lema que incide en la falta de sintonía entre Plutarco y Epicuro¹⁹:

Quod idem Plutarchus euidenti calumnia uerbum ab Epicuro dictum insectatus sit²⁰.

Gelio recurre a la misma obra perdida y al mismo libro del pasaje anterior (124 Sand.), reproduciendo en griego el texto de Plutarco y Epicuro:

In eodem libro idem Plutarchus eundem Epicurum reprehendit, quod uerbo usus sit parum proprio et alienae significationis. 2. Ita enim scripsit Epicurus:

de almas y del cuerpo”. 3. Y a continuación, como si hubiese puesto esta proposición que había omitido, la aprovecha para demostrar otra cosa. 4. “Pues este silogismo –dijo– no puede proseguir si no se admite esta proposición”. 5. Ciertamente, lo que dice Plutarco acerca de la forma y del orden del silogismo es correcto. En efecto, si, como se enseña en las escuelas, quieres concluir y razonar, tienes que decir así: “La muerte es la disolución del alma y del cuerpo; lo disuelto nada siente y lo insensible no nos concierne”».

¹⁷ Morales Ortiz 2004: 315-316 señala las diferencias entre la crítica a la hora de catalogar las diferentes obras de Plutarco relativas a Homero.

¹⁸ También critica este silogismo de Epicuro Cicerón, *fin.* 2.31, 100 y Alejandro de Afrodiasias, *in Top.* 14.7.

¹⁹ Plutarco rechazó el epicureísmo en obras como *Non posse suau.* y *De lat. viv.*

²⁰ “El mismo Plutarco criticó con evidente mala fe una palabra dicha por Epicuro”.

Ὅρος τοῦ μεγέθους τῶν ἡδονῶν ἢ παντὸς τοῦ ἀλγοῦντος ὑπεξάίρεσις. ‘Non’ inquit ‘παντὸς τοῦ ἀλγοῦντος, sed παντὸς τοῦ ἀλγεινοῦ dicere oportuit; 3. detractio enim significanda est doloris,’ inquit ‘non dolentis’. 4. Nimis minute ac prope etiam subfrigide Plutarchus in Epicuro accusando λεξιθηρεῖ. 5. Has enim curas uocum uerborumque elegantias non modo non sectatur Epicurus, sed etiam insectatur²¹.

Se menciona otra máxima de Epicuro (*Sent.* 3) y, a diferencia de la cita anterior, Gelio aquí defiende a Epicuro. Plutarco ataca al filósofo por su falta de precisión en el lenguaje, en concreto al utilizar la forma τοῦ ἀλγοῦντος en lugar de τοῦ ἀλγεινοῦ (no como paciente, sino como agente). Plutarco cita esta máxima de Epicuro en otras obras (*Quaest. Conv.* 635a y *Non posse suau.* 1105a), sin ponerle ninguna objeción desde el punto de vista formal. Para Gelio, Plutarco contesta a Epicuro con ligereza, sin tener en cuenta el contexto y las premisas de la filosofía epicúrea²².

6. Gel. 3.5.1-2

La siguiente referencia a Plutarco, la primera documentada en el libro III, tiene como protagonista al filósofo Arcesilao, que reprochó, en tono jocoso, la ‘pluma’ de un hombre afeminado:

Plutarchus refert Arcesilaum philosophum uehementi uerbo usum esse de quodam nimis delicato diuite, qui incorruptus tamen et a stupro integer dicebatur. 2. Nam cum uocem eius infractam capillumque arte compositum et oculos ludibundos atque inlecebrae uoluptatisque plenos uideret: ‘nihil interest,’ inquit ‘quibus membris cinaedi sitis, posterioribus an prioribus’²³.

²¹ «En el mismo libro Plutarco le reprocha a Epicuro que empleó una palabra poco adecuada y con un significado que no le corresponde. 2. Esto es lo que escribió Epicuro: “El nivel más alto de felicidad es la carencia de todo sufrimiento”. Y añadió: “No de todo el que sufre, sino de todo aquello que produce dolor”. 3. Pues debió decir: “No del que sufre”, sino “del dolor”. 4. Acusando a Epicuro en este punto, Plutarco se comporta de manera quisquillosa y casi incluso con frivolidad. 5. Y es que Epicuro no sólo no buscaba esta exactitud y selección de palabras, sino que incluso las censuraba».

²² Según Schrader 1899: 7, Plutarco ataca a Epicuro acudiendo a un paralelo con Sexto Empírico (*M.*1.13), donde critica al filósofo a propósito de la interpretación de unos versos de Homero.

²³ «Plutarco cuenta que el filósofo Arcesilao zahirió verbalmente de manera violenta a un rico demasiado refinado que sin embargo se tenía por honesto y libre de todo estupro.

Arcesilao de Pítane se formó en el Liceo de Aristóteles y pasó después a la Academia, que dirigió en el año 268 (dando principio al periodo denominado “Academia Media”). La base de su doctrina radica en la dificultad de tener alguna certeza. Aquí no se da ningún título de obra de Plutarco, aunque Gelio traduce sus palabras al latín. Arcesilao es un personaje muy citado en *Quaest. Conv.* (634a, 668a, 705e) y en *De tuenda san.* (126a), destacando por su ingenio. Aunque esta cita aparece incluida dentro de los *fr.inc.* plutarqueos (181 Sand.), creemos que está relacionada con el pasaje de *Quaest. Conv.* 705e: ὄθεν Ἀρκεσίλαος οὐδὲν ἔφη διαφέρειν τοῖς ὀπισθεν εἶναι κίναιδον ἢ τοῖς ἔμπροσθεν, ya que, aunque el contexto en que se presenta la referencia que transmite Gelio no lo es, sí podemos considerar que el autor de *NA* realiza una traducción de las palabras que Arcesilao pronuncia en *Quaest. Conv.* Esta misma fuente es la que sugiere también Teodorsson²⁴.

7. Gel. 3.6.1-3

En la segunda referencia a Plutarco del libro tercero, Gelio nos detalla el pasaje y nos habla del libro octavo de *Quaest. Conv.*, aunque apunta también otra cita de Aristóteles:

Per hercle rem mirandam Aristoteles in septimo problematorum et Plutarchus in octavo symposiacorum dicit. 2. ‘Si super palmae’ inquit ‘arboris lignum magna pondera inponas ac tam grauitur urgeas oneresque, ut magnitudo oneris sustineri non queat, non deorsum palma cedit nec intra flectitur, sed aduersus pondus resurgit et sursum nititur recuraturque’; 3. ‘propterea’ inquit Plutarchus ‘in certaminibus palmam signum esse placuit uictoriae, quoniam ingenium ligni eiusmodi est, ut urgentibus opprimentibusque non cedat’²⁵.

2. Al ver que su voz era lánguida, el cabello peinado con esmero y la mirada juguetona y llena de una seductora voluptuosidad, dijo: “Poca diferencia hay entre que seas afeminado por delante y por detrás”».

²⁴ Teodorsson 1996: 77: “Sandbach suggest that Gellius took it from our passage and invented that setting for it. To me it seems instead that exactly Gellius’ setting may well be the original one. Hubert, *Hermes* 73 (1938) 318 observed that Gellius does not quote the jest from Plut. and assumes that both derived it from a collection of hypomnemata”. Para García Jurado 2015: 39-42, que sigue a Hertz, pertenece a *De tuenda san.*

²⁵ «¡Por Hércules! Aristóteles en el libro séptimo de sus *Problemas*, y Plutarco en el octavo de sus *Simposíacas*, cuentan una cosa maravillosa. 2. Dicen: “Si se colocan grandes pesos sobre la madera de una palmera y la presionan fuertemente con la carga hasta que no

Efectivamente, Gelio refiere las siguientes palabras de Plutarco que aparecen en dicho libro, pronunciadas por el *sympotēs* Cafisias (724e-f):

[ἴδιον δὲ παρὰ ταῦτα πάντα καὶ μηδενὶ συμβεβηκὸς ἐτέρῳ τὸ μέλλον λέγεσθαι·] φοίνικος γὰρ ξύλον ἂν ἄνωθεν ἐπιθεὶς βάρη πιέζης, οὐ κάτω θλιβόμενον ἐνδίδωσιν, ἀλλὰ κυρτοῦται πρὸς τὸναντίον ὥσπερ ἀνθιστάμενον τῷ βιαζομένῳ· τοῦτο δὴ καὶ περὶ τοὺς ἀθλητικὸς ἀγῶνάς ἐστιν· τοὺς μὲν γὰρ ὑπ’ ἀσθενείας καὶ μαλακίας εἴκοντας αὐτοῖς πιέζουσι κάμπτοντες, οἱ δ’ ἐρρωμένως ὑπομένοντες τὴν ἄσκησιν οὐ μόνον τοῖς σώμασιν ἀλλὰ καὶ τοῖς φρονήμασιν ἐπαίρονται καὶ αὐξοῦνται²⁶.

La primera parte, que Gelio atribuye a Aristóteles y Plutarco, es más fiel al texto de Plutarco que la segunda, con un específico *inquit Plutarchus*. Probablemente el romano cita la obra de Plutarco de memoria, pues recoge sus palabras sin ser una traducción fiel y exacta de éstas. A propósito de la cita de Aristóteles, a pesar de indicar Gelio la obra y el libro (dedicado a los problemas derivados del contagio –en el título figura el término *sympatheia*–), se trata de un tratado perdido que figura en el *corpus* fragmentario del estagirita (229 Rose –el testimonio de Gelio, junto al texto de Plutarco–).

No es esta la única explicación de porqué la palma puede figurar como corona en todos los juegos. Al comienzo de esa cuestión cuarta del libro VIII de las *Quaest. Conv.*, se da (por boca de Herodes, otro participante del simposio) una propuesta etimológica (falsa) relacionada

pueda soportarse el peso, la palmera no cede ni se dobla hacia abajo, sino que se levanta contra el peso, empuja hacia arriba y se curva”. “Por esta razón –dice Plutarco– pareció conveniente que en las competiciones la palma fuera el símbolo de la victoria, porque la naturaleza de su madera es tal que no cede ante los que oprimen y quieren vencerla”». Teodorsson 1996: 210 señala que esta característica de las palmeras ya fue mencionada por X. *Cyr.* 7.5.11, Thphr. *HP* 5.6.1 y Plin. *NH* 16.223.

²⁶ Para esta obra, reproducimos la traducción de Martín García 1987: “[Particularmente, aparte de todo esto, a ningún otro árbol le ocurre lo que se va a decir:] pues si colocándole en la parte de arriba un peso, comprimimos la madera de la palmera, no cede abrumada hacia abajo, sino que se encorva hacia el lado opuesto, como oponiéndose a lo que la fuerza; esto, en efecto, ocurre también en los certámenes atléticos, pues doblándolos oprimen a los que por su debilidad y blandura ceden ante ellos, pero los que aguantan fuertemente, elevan y aumentan el adiestramiento, no sólo de sus cuerpos, sino también de sus mentes”.

con esta particularidad del árbol²⁷, al vincular el hecho de que no ceda (μὴ εἶκον) con la victoria (νίκην).

8. Gel. 4.11.11-13

La única referencia que encontramos de Plutarco en el libro IV de Gelio es a propósito de Pitágoras, como ya indica el lema del capítulo 11:

Quae qualiaque sint, quae Aristoxenus quasi magis comperta de Pythagora memoriae mandauit; et quae item Plutarchus in eundem modum de eodem Pythagora scripserit²⁸.

El citado Aristóxeno de Tarento, discípulo de Aristóteles que destacó como teórico de la música, escribió 453 volúmenes sobre diversos temas, entre ellos un libro sobre Pitágoras, según nos informa Gel. 4.11.4. Esta referencia viene a colación de la comida de los pitagóricos y, en lo relativo a la cita de Plutarco, aunque alusiones y referencias a los pitagóricos se encuentran diseminadas por todo el *corpus* plutarqueo, Gelio menciona dos obras (*Estudios homéricos* y *Quaest. Conv.*):

Plutarchus quoque, homo in disciplinis graui auctoritate, in primo librorum, quos de Homero composuit, Aristotelem philosophum scripsit eadem ipsa de Pythagoricis scripsisse, quod non abstinerint edundis animalibus, nisi pauca carne quadam. 12. Verba ipsa Plutarchi, quoniam res inopinata est, subscripsi: Ἀριστοτέλης δὲ μήτρας καὶ καρδίας καὶ ἀκαλήφης καὶ τοιούτων τινῶν ἄλλων ἀπέχεσθαι φησιν τοὺς Πυθαγορικούς, χρῆσθαι δὲ τοῖς ἄλλοις. 13. Ἀκαλήφη

²⁷ *Mor.* 723b: ‘οὐ γὰρ ἐμὲ γοῦν’ ἔφη ‘πεῖθουσιν οἱ τὴν ἰσότητα τῶν φύλλων, οἷον ἀντανισταμένων ἀεὶ καὶ συνεκτρεχόντων, ἀγῶνι καὶ ἀμίλλῃ παραπλήσιόν τι ποιεῖν φάσκοντες αὐτὴν τε τὴν ‘νίκην’ παρὰ τὸ μὴ εἶκον ὠνομάσθαι’ “Pues no me convencen a mí al menos, dijo, los que afirman que la igualdad de sus hojas, por alzarse siempre enfrentadas y crecer simétricas, actúan de modo semejante a un combate y disputa y que ella se llama *nikē* (victoria) por el hecho de no ceder (*mē éikon*)”. Teodorsson 1996: 199 comenta esta problemática etimología y la vincula con el desarrollo que tuvieron en época clásica (cf. *Pl. Cra.*).

²⁸ “Cuáles son los datos sobre Pitágoras que como más fidedignos ha transmitido a la posteridad Aristóxeno; también lo que Plutarco escribió al respecto sobre el mismo Pitágoras”.

autem est animal marinum, quod ‘urtica’ appellatur. Sed et piscibus nullis abstinere Pythagoricos Plutarchus in Symposiacis dicit²⁹.

Estamos, por tanto, ante una cita doble. En la primera, Gelio (4.11.12) nos transmite el texto griego de Plutarco, pasaje que forma parte de su *corpus fragmentorum* (122 Sand.), y a propósito de la ortiga de mar, incluye la otra, que hemos localizado en el libro IV de *Quaest. Conv.* (670c-d): καὶ τί ἄν τις Αἰγυπτίους αἰτιῶτο τῆς τοσαύτης ἀλογίας, ὅπου καὶ τοὺς Πυθαγορικούς ἱστοροῦσιν καὶ ἀλεκτρυόνα λευκὸν σέβεσθαι καὶ τῶν θαλαττίων μάλιστα τρίγλης καὶ ἀκαλήφης ἀπέχεσθαι...³⁰

También en esta obra se menciona en otro pasaje que los pitagóricos no comían pescado pero, aunque previamente menciona el salmonete, no cita el acalefo (730b 10-11): [...] ἤκιστα τῶν ὄψων ἐχρῶντο τοῖς ἰχθύσιν ἢ τὸ παράπαν οὐκ ἐχρῶντο³¹. Creemos, en este caso, que Gelio tenía en mente la primera referencia³², que es la que más parece ajustarse a su testimonio.

9. Gel. 11.16.2-9

Hasta el libro undécimo no volvemos a encontrar a Plutarco citado directamente. Aparece en el capítulo 16, cuando Gelio habla de la dificultad que entraña la traducción de algunos términos griegos al latín, poniendo como ejemplo la palabra *polypragmosynē*. Para Gelio este término no puede

²⁹ «También Plutarco, un hombre de la máxima autoridad en las ciencias, en el libro primero de los que escribió [sobre Homero], sobre él dice que el filósofo Aristóteles escribió esto mismo sobre los pitagóricos, que no se abstienen de comer animales, si bien es cierto que comían poca carne. 12. He transcrito las palabras mismas de Plutarco, puesto que son poco conocidas: “Aristóteles dice que los pitagóricos se abstienen de comer la matriz, el corazón y también la ortiga de mar y otros animales semejantes, pero comían de todo lo demás”. 13. *Akalephe* (ortiga de mar) es un animal marino que se llama ‘ortiga’. Pero Plutarco en las *Simposiacas* dice que los pitagóricos también se abstienen de muchas clases de peces».

³⁰ “¿Por qué acusaría alguien a los egipcios de tanta insensatez, cuando también cuentan que los pitagóricos veneran al gallo blanco y se abstienen de los productos marinos, especialmente del salmonete (τρίγλη) y la ortiga (ἀκαλήφη)...?”. Este pasaje ha sido comentado por Teodorsson 1990: 107-109.

³¹ “[...] fueron los peces el alimento que menos utilizaron, o de ninguna manera lo utilizaron”.

³² También Teodorsson 1990: 109, que omite la referencia al autor latino para 730b 10-11.

ser definido con claridad, necesitando recurrir a una perífrasis. El caso es que Plutarco escribió una obra bajo este término *Περὶ πολυπραγμοσύνης* y el autor de las *NA* no encuentra un término exacto para traducir esta obra (que la tradición posterior titulará *De curiositate*).

Nuper etiam cum adlatus esset ad nos Plutarchi liber et eius libri indicem legissemus, qui erat *περὶ πολυπραγμοσύνης*, percontanti cuiusnam, qui et litterarum et uocum Graecarum expers fuit, cuiusnam liber et qua de re scriptus esset, nomen quidem scriptoris statim diximus, rem, de qua scriptum fuit, dicturi haesimus. [...] ‘Ad multas igitur res adgressio earumque omnium rerum actio *πολυπραγμοσύνη*’ inquam ‘Graece dicitur, de qua hunc librum compositum esse inscriptio ista indicat.’ 7. Tum ille opicus uerbis meis inchoatis et inconditis adductus uirtutemque esse *πολυπραγμοσύνην* ratus: ‘hortatur’ inquit ‘nos profecto nescio quis hic Plutarchus ad negotia capessenda et ad res obeundas plurimas cum industria et celeritate nomenque ipsius uirtutis, de qua locuturus esset, libro ipsi, sicuti dicis, non incommode praescripsit.’ 8. ‘Minime’ inquam ‘uero; neque enim ista omnino uirtus est, cuius Graeco nomine argumentum hoc libri demonstratur, neque id, quod tu opinare, aut ego me dicere sentio aut Plutarchus facit. Deterret enim nos hoc quidem in libro, quam potest maxime, a uaria promiscuaque et non necessaria rerum cuiuscemodi plurimarum et cogitatione et petitione. 9. Sed huius’ inquam ‘tui erroris culpam esse intellego in mea scilicet infacundia, qui ne pluribus quidem uerbis potuerim non obscurissime dicere, quod a Graecis perfectissime uerbo uno et planissime dicitur³³.

³³ «Hace poco, cuando nos llegó un libro de Plutarco y procedimos a leer el índice de dicho libro, que era *Peri polupragmasunes* (*sic*), al preguntarnos alguien, que era buen conocedor de la lengua y literatura griegas, de qué libro se trataba y quién era su autor, al punto le dije el autor, pero dudé un momento en contestarle sobre el contenido. [...] “Abordar muchos asuntos y realizar todos ellos se dice en griego *polupragmasune* (*sic*) –dije yo–, y el título de ese libro es eso lo que indica”. 7. Entonces, el inculto aquel, dejándose llevar por mis palabras sencillamente esbozadas y poco precisas, pensando que la *polupragmasune* (*sic*) era una virtud, dijo: “Ciertamente ese tal Plutarco nos exhorta a emprender negocios y afrontar muchos compromisos con afán y rapidez, y el nombre de esa virtud misma de la que ha de hablar lo prescribe, tal como dices, sin andarse por las ramas, en el título mismo”. 8. “De ningún modo –le dije yo–, más bien al contrario, ni es una virtud el contenido de ese libro con título en griego, ni Plutarco hace lo que tú crees o yo quiero decir. En realidad, nos aparta, en la medida que puede, de abordar y pensar en diferentes asuntos no necesarios, sean del tipo que sean. 9. Pero entiendo que el motivo de tu error radica en mi escasa capacidad de expresarme, ya que ni siquiera con muchas palabras he podido decir con claridad lo que los griegos dicen perfecta y claramente con una sola palabra”».

La mala interpretación que hace un oyente de la traducción del título, pensando que se trataba de una virtud, ratifica a Gelio en el problema de expresar el término griego con exactitud.

En este caso, la referencia del latino alude sólo al título de una obra, y no a un pasaje concreto de ella, que en castellano, siguiendo la traducción latina, ha quedado *Sobre la curiosidad*, desechando la propuesta de Gelio, vertida aquí como *Sobre abordar muchos asuntos y realizar todos ellos*.

10. Gel. 15.10.1-2

En el libro décimo-quinto, Gelio recurre a un testimonio de Plutarco para referir cómo se solucionó el extraño suceso del suicidio de las vírgenes milesias:

Plutarchus in librorum, quos περὶ ψυχῆς inscripsit, primo, cum de morbis dissereret in animos hominum incidentibus, uirgines dixit Milesii nominis fere quot tum in ea ciuitate erant, repente sine ulla euidenti causa uoluntatem cepisse obeundae mortis ac deinde plurimas uitam suspendio amisisse. 2. Id cum accideret in dies crebrius neque animis earum mori perseuerantium medicina adhiberi quiret, decreuisse Milesios, ut uirgines, quae corporibus suspensis demortuae forent, ut hae omnes nudae cum eodem laqueo, qui essent praeuinctae, efferrentur. Post id decretum uirgines uoluntariam mortem non petisse pudore solo deterritas tam inhonesti funeris³⁴.

En el *Catálogo de Lamprias* figura la obra *Περὶ Ψυχῆς* bajo la entrada 209 y, además de Gelio, ya hemos señalado que citan también esta obra Orígenes y Eusebio. La obra no se ha conservado y este testimonio de Gelio figura en el corpus fragmentario del de Queronea (175 Sand.). Parece que la obra es un diálogo, en varios libros, sobre la incorruptibilidad e inmortalidad del alma, donde se relatarían varios sucesos extraordinarios

³⁴ “Plutarco en el libro primero de los que escribió *Sobre el alma*, al hablar de las enfermedades que afectan al alma de los hombres, dijo que las muchachas vírgenes de Mileto, casi todas las que estaban entonces en la ciudad, de repente, sin causa evidente, decidieron suicidarse y a continuación muchas de ellas se ahorcaron. 2. Como los suicidios fuesen en aumento y no encontraran un remedio que aplicar al alma de las que perseveraban en su determinación de morir, los milesios decretaron que las milesias que se ahorcaran, todas sin excepción, fueran enterradas desnudas con el mismo lazo con que se ahorcaran. Tras aquel decreto, las vírgenes muchachas no se suicidaron por el simple pudor de tan deshonesto funeral”.

relacionados con la liberación del alma en el momento de la muerte y su destino en el Más Allá (Plutarco tiene como referente central a Platón)³⁵. En este caso, el de Queronea alude al suicidio de las vírgenes milesias y cómo se puso fin ingeniosamente a esta rara moda entre las jovencitas de Mileto, anécdota que también refiere en *Mul. Virt.* 249b-c.

Gelio, por tanto, en esta referencia da el título, en griego (y por segunda vez), de una de las obras perdidas de Plutarco y realiza el resumen de un pasaje concreto de ella.

11. Gel. 17.11.1-6

Plutarco vuelve a figurar en el lema del capítulo 11 del libro décimo-séptimo:

Quod Plutarchus in libris symposiacis opinionem Platonis de habitu atque natura stomachi fistulaeque eius, quae τραχεῖα dicitur, aduersum Erasistratum medicum tutatus est auctoritate adhibita antiqui medici Hippocratis³⁶.

De nuevo Gelio recurre a *Quaest. Conv.*, en este caso para presentar una cuestión médica:

Et Plutarchus et alii quidam docti uiri reprehensum esse ab Erasistrato, nobili medico, Platonem scripsere, quod potum dixit defluere ad pulmonem eoque satis humectato demanare per eum, quia sit rimosior, et confluere inde in uesicam, errorisque istius fuisse Alcaeum ducem, qui in poematis suis scriberet: τέγγε πνεύμονα οἴνω· τὸ γὰρ ἄστρον περιτέλλεται³⁷.

En la primera charla del libro VII (697f-700b), Plutarco va contra los que critican a Platón por haber dicho (*Ti.* 70C, 91A) que la bebida pasa por

³⁵ Morales Ortiz 2004: 387-390.

³⁶ “Plutarco, en sus *Simposiacas*, defendió la opinión de Platón sobre la estructura y naturaleza del estómago y del tubo llamado ‘tráquea’, en contra del médico Erasístrato y haciendo suya la autoridad del antiguo médico Hipócrates”.

³⁷ Gel. 17.11.1: «Tanto Plutarco como algunos otros hombres sabios escribieron que Platón fue criticado por Erasístrato, un famoso médico, porque dijo que la bebida fluye hasta el pulmón y que una vez que éste está suficientemente húmedo fluye a través de él, porque es bastante esponjoso, y se junta en la vejiga, y que el culpable de este error fue Alceo, que en sus poemas había escrito: “Llena de vino tu pulmón; ya brilla el sol”».

los pulmones, citando también ese verso de Alceo (39 Bergk = 94 Diehl). En ella conversan Nicias de Nicópolis, Protógenes, Floro, un personaje anónimo y el propio Plutarco, que ataca a Erasítrato de Cos, famoso médico helenístico que destacó por sus estudios anatómicos, y que aquí defiende Nicias. Gelio resume esta discusión (17.11.6):

Sed Plutarchus in libro symposiacorum auctorem Platonis sententiae Hippocraten dicit fuisse idemque esse opinatos et Philistiona Locrum et Dioxippum Hippocraticum, ueteres medicos et nobiles, atque illam, de qua Erasistratus dixerat, ἐπιγλωττίδα non idcirco eo in loco constitutam, ne quid ex potu influeret in arteriam, –nam pulmoni quoque fouendo rigandoque utiles necessariosque humores uideri– set adpositam quasi moderatricem quandam et arbitram prohibendi admittendiue, quod ex salutis usu foret, uti edulia quidem omnia defenderet ab arteria depelleretque in stomachum, potum autem partiretur inter stomachum et pulmonem et quod ex eo admitti in pulmonem per arteriam deberet, non rapidum id neque uniuersum, sed quadam quasi obice sustentatum ac repressum sensim paulatimque tramitteret atque omne reliquum in alteram stomachi fistulam deriuaret³⁸.

Este largo y animado pasaje geliano (17.11.1-6), que no hemos reproducido entero, pone en evidencia, como en otros anteriores, que Gelio lee a Plutarco en texto griego, y no en traducción, como lo demuestran los términos científicos griegos que cita a lo largo de todo el capítulo en su lengua original: τραχεῖα, ἡ κάτω κοιλία, κόλον, τραχεῖα ἀρτηρία (dos veces) y ἐπιγλωττίς (tres veces). El caso es que Gelio traduce puntualmente el texto plutarqueo³⁹, por lo que aquí sí parece que el latino tiene a mano

³⁸ “Pero Plutarco en el libro de los *Simposiaca* dice que fue Hipócrates el autor de la opinión de Platón y que lo mismo opinaron Filistión de Locris y el hipocrático Dioxipo, dos médicos antiguos y de prestigio; y que la epiglotis, de la que habló Erasítrato, no está situada en aquel lugar para impedir que los líquidos fluyan hacia la arteria; pues para favorecer el pulmón e irrigarlo los humores parecen útiles y necesarios, sino que está puesta como una especie de moderadora y reguladora para prohibir o admitir lo que es conveniente para la salud, para proteger la arteria de cualquier clase de comida y expulsarla hacia el estómago y a la vez para repartir la bebida entre el estómago y los pulmones, y lo que debía dejarse pasar desde el estómago al pulmón por la arteria, no lo envíe rápido y todo junto, sino que lo haga pasar con cierta dificultad, detenimiento y casi insensiblemente, poco a poco, y todo lo restante lo desvíe hacia el otro conducto del estómago”. Véase el excelente comentario de todo el pasaje (Gel. 17.11.1-6) en Stok 1998: 61-71.

³⁹ Stok 1998: 66 señala que 11.2 traduce 698b y varias partes de 11.4 vierten 698b-c. Por otro lado, señala Teodorsson 1996: 28 que tras “fouendo rigandoque” (17.11.6)

el texto de *Quaest. Conv.* y lo va desarrollando, recreando a su manera y traduciendo algunas oraciones: introduce el tema con una breve síntesis de la teoría de Platón, continúa con la exposición de la teoría de Erasístrato, que va confrontando con la correspondiente exposición de Nicias que leemos en Plutarco (Nicias, tachando a Platón de ignorante, expone dos argumentaciones a favor de la tesis de Erasístrato) y la posición del de Queronea que, en este caso, Gelio modera⁴⁰. La defensa de esta obsoleta teoría platónica debió de ser una discusión de actualidad en la época, como lo demuestra el hecho de que Plutarco la vuelve a argumentar en *De Stoic.* (1047c-d).

12. Gel. 20.8.7

La última referencia de Plutarco en las *NA* aparece en el último libro y alude a otra de sus obras que nos ha llegado en estado fragmentario: el *Comentario a Trabajos y días de Hesíodo*⁴¹. La autenticidad de dicha obra, que no figura en el *Catálogo de Lamprias*, es unánime entre los estudiosos que se han ocupado de ella. Hesíodo es un autor muy citado en todo el *corpus* plutarqueo y sabemos por la *Suda* que Proclo escribió por el siglo V un comentario a este mismo poema de Hesíodo y que tuvo la obra de Plutarco como fuente principal⁴². Cronológicamente, Gelio es el primero en dar noticia de ella, extrayendo información del último libro de la obra.

se conjeturó que Gelio pudo leer χλιαίνουσι, algo probable que muestra la variación de la tradición textual, aunque la lectura del manuscrito διαίνουσι καὶ τέγγουσι (699d) es correcta.

⁴⁰ Stok 1998: 71: “È di un certo interesse il fatto che Gellio attribuisca a Plutarco una posizione non coincidente con quella rilevabile in *Quaest. Conv.*: Gellio, pur rettificando la posizione plutarchea, sembra voler occultare la rettifica operata, presentandosi piuttosto come interprete di Plutarco. È una posizione che ben evidenzia l’atteggiamento di Gellio nei confronti di Plutarco, non acritico ma rispettoso della memoria del personaggio”. Teodorsson 1996: 16-33, que comenta el texto plutarqueo de esta primera charla del libro VII de *Quaest. Conv.*, ya señala que la posición indecisa de Platón inspiró “presumably” a Plutarco para modificar la teoría que expone en 699f-700b.

⁴¹ Sobre esta obra, Morales Ortiz 2004: 223-301. Esta cita de Gelio se incorpora en el *corpus fragmentorum* (102 Sand.).

⁴² Faraggiana di Sarnaza 1978 señala que el comentario de Proclo es una reelaboración del de Plutarco y que se atribuirían al neoplatónico los comentarios a pasajes teológicos y la interpretación filosófico-alegórica de los mitos. Si no cita a Plutarco más (treinta y seis pasajes citan expresamente su nombre) es porque Proclo quiere aclarar que la explicación es personal del de Queronea. A propósito del pasaje que cita Gelio, también Proclo habla

Id etiam' inquit 'multo mirandum est magis, quod apud Plutarchum in quarto in Hesiodum commentario legi: "Cepetum reuirescit et congerminat decedente luna, contra autem inarescit adolescente. Eam causam esse dicunt sacerdotes Aegyptii, cur Pelusiotae cepe non edint, quia solum olerum omnium contra lunae augmenta atque damna uices minuendi et augendi habeat contrarias"⁴³.

La cita hace referencia a los versos 797-799, ya unos de los últimos del poema de Hesíodo, por lo que podemos afirmar, según el testimonio de Gelio, que esta obra perdida constaba de cuatro libros. A propósito de las cosas que parecen contraerse en los cuartos creciente y menguante de la luna, también Plutarco ha hablado en *De Iside* (353f), expresando esta misma opinión.

Análisis de conjunto

Aulo Gelio cita en sus *NA* a un considerable número de autores griegos y latinos. Ciertamente, no es Plutarco el más citado, pero sí, uno de los más importantes, pues de las doce referencias que hemos analizado, en cinco de ellas (el 42%) aparece el nombre de Plutarco en los lemas que resumen el contenido de cada libro y hemos visto cómo recurre al autor de Queronea para dar autoridad a sus comentarios eruditos⁴⁴.

de él (fr. 108 Sand.), señalando que Plutarco no mencionó los versos anteriores, por lo que Proclo disponía del comentario y se sirvió mucho de él.

⁴³ "Pero todavía es mucho más sorprendente –continuó diciendo– lo que he leído en el libro cuarto de los *Comentarios de Plutarco* a Hesíodo: La cebolla reverdece y germina en el cuarto menguante, y al contrario, se mustia en el cuarto creciente. Los sacerdotes egipcios dicen que el motivo es que los de Pelusa no comen cebollas porque es la única hortaliza de todas que tiene propiedades contrarias a las de la luna en el crecimiento y en el decrecimiento".

⁴⁴ García Jurado 2007: 297 destaca la rica complejidad que presenta la idea de erudición en la obra de Gelio, señalando: "Los diferentes recursos conceptuales y expresivos para hablar de la erudición inciden en aspectos diversos como la memoria, la curiosidad, el aprendizaje, la naturaleza lúdica de la cuestiones, el carácter acumulable y cuantificable del saber, o la dificultad de la propia comprensión entendida desde criterios espaciales". García Jurado 2015 clasifica las referencias gelianas a Plutarco en: figura de Plutarco como persona, títulos de sus libros, paráfrasis de obras y citas.

Falta un estudio que analice todas las fuentes literarias de Gelio, pues son muchos los autores que se citan en *NA*⁴⁵. No obstante, entre los griegos destacan Homero, Platón, Aristóteles, Demóstenes, Hesíodo y, con menos citas que Plutarco, Epicteto, Epicuro o Heródoto, por ejemplo. Los autores latinos son más frecuentes que los griegos. Así, Varrón es con diferencia el más mencionado, pero no quedan atrás Cicerón⁴⁶, el amigo de éste Nigidio Fígulo, Virgilio⁴⁷, Catón, Ennio, Nevio, Plauto, Décimo Laberio, Salustio, Plinio⁴⁸, Lucilio o Claudio Cuadrigario, entre muchos otros. Bien citados son también los contemporáneos y amigos del autor, como Tauro, Sulpicio Rufo o Favorino. Éste último fue maestro de Aulo Gelio y un gran amigo personal, por el que el autor de las *NA* sentía una auténtica veneración (como se manifiesta en 16.3.1). Sabemos que Favorino fue discípulo de Dión Crisóstomo y amigo de Plutarco y Herodes Ático, por lo que no sería de extrañar que algunas de las cosas que cuenta Gelio tengan como fuente la tradición oral, las anécdotas que su profesor y amigo le contaría, como sucede en la tercera de las citas que hemos visto aquí, aunque en este caso el involucrado es su otro amigo Tauro, discípulo de Plutarco. Esta tercera cita y la novena se diferencian del resto de las aquí analizadas porque refieren anécdotas en las que interviene Plutarco, no pasajes de sus obras, aunque se mencionan en ellas tratados conservados del autor: *De coh. ira* y *De Cur.* También se cita otra de las obras conservadas del autor: *Quaest. Conv.*, en cuatro ocasiones, la obra a la que más veces recurre Gelio. Podemos achacar este hecho a la naturaleza misma de estas charlas de sobremesa, cuyo tema simposíaco ofrece un variado repertorio de temas en nueve libros, casi a modo de enciclopedia, como las *NA*⁴⁹. En este caso, las citas que refieren pasajes de *Quaest. Conv.* son la 6 (al libro VII), la 7 (al libro VIII), la 8 (al

⁴⁵ Véase un acercamiento en López Moreda 2009: 33-39. Galimberti 2004 analiza las citas de Gelio al teatro grecolatino.

⁴⁶ Arana 2002 comenta la desigual distribución de las 68 citas textuales de Cicerón en *NA* y apunta la preferencia del erudito de época antonina por los discursos, especialmente por *Verrinas*.

⁴⁷ Véase Baldwin 1973, que discute también el uso y abuso que para Gelio el poeta latino hace de los modelos griegos.

⁴⁸ Véase Avilés 1978.

⁴⁹ Titchener 2009 señala que Plutarco es uno de los primeros en fusionar géneros variados con la literatura simposíaca más tradicional (los *Banquetes* de Platón y Jenofonte), presente más tarde en las obras de Ateneo o Gelio (que emplea un sistema similar al de Plutarco para componer su obra, de ahí que ambas obras estén organizadas completamente al azar).

libro IV) y la 11 (de nuevo al VII), mayoritariamente haciendo referencia a contenidos lexicográficos⁵⁰.

Si Aulo Gelio alude únicamente a tres obras conservadas de Plutarco, son cuatro las referencias que hace a obras suyas hoy perdidas (además de la sexta, que se incluye en los *Fr.inc.* y que aquí hemos relacionado con *Quaest. Conv.*). Así aparecen:

- *Sobre la vida de Heracles* (1).
- *Sobre el alma* (2 y 10) –la primera de ellas habla del libro I de la obra–.
- *Estudios homéricos* (4, 5 y 8) –se mencionan los libros I y II–.
- *Comentario a Trabajos y Días de Hesíodo* (12) –se toma el libro IV–.

Todas ellas, los ‘peritextos’ gelianos de Plutarco⁵¹, están citadas en el *Catálogo de Lamprias*, a excepción de la última, considerada obra original de Plutarco. Esta temprana referencia de Gelio contribuye, además, a defender y argumentar la autenticidad de todas ellas como obras plutarquianas.

El contenido de la mayoría de las citas de Plutarco que aparecen en *NA* es de tipo filosófico (1-5, 8 y 10), aunque a veces las disquisiciones filosóficas van mezcladas con planteamientos lexicográficos (4, 5, 8, 9 y 11), especialmente etimológicos. Menos relevantes son las cuestiones míticas (1), anecdóticas (6-7) o médicas (11), aunque lo filosófico parece impregnarlo todo. Por ello, todas las citas pertenecen a obras integradas dentro de *Moralia*, a excepción de la primera⁵², aunque debemos tener en cuenta que la clasificación de las obras de Plutarco en *Vitae* y *Moralia* es muy posterior a Gelio⁵³. Además, a propósito de posibles referencias plutarqueas en las que no se cita expresamente al de Queronea en *NA*, Holford-Strevens

⁵⁰ Cavazza 2004: 68 cuenta nada menos que 356 etimologías en la obra de Gelio.

⁵¹ García Jurado 2015: 32 señala: “No creemos que sea un hecho baladí desde el punto de vista de la teoría intertextual la circunstancia de que ciertos pasajes gelianos pasen a ser recogidos como *fragmenta* en las modernas ediciones de *Moralia* [...]. Ambos editores consideran los mismos testimonios gelianos, pues de las doce referencias ocho han pasado a incorporarse al *corpus* plutarqueo en calidad de peritextos”.

⁵² Stok 1998: 56 señala el interés de Gelio, como el de otros autores del siglo II, por la sistematización y carácter multidisciplinar de la obra de Plutarco, por los intereses éticos y filosóficos unidos a la erudición anticuarria y por los gustos culturales predominantes en la época, presentes sobre todo en *Moralia*.

⁵³ García Jurado 2015: 39, a propósito de la ausencia de referencias a *Vitae*, señala que el capítulo Gel. 7.8 (“Cosas dignas de ser recordadas sobre el rey Alejandro y Publio Escipión”) recuerda el planteamiento biográfico paralelo de tales vidas.

(2003: 285) señala que los pasajes 16.3.9-10 (a propósito de la bulimia) y 12.11.7 (el dicho “la verdad es hija del tiempo”) están inspirados en Plutarco. Puede que el primero tenga en cuenta *Quaest. Conv.* 693e-695e, pero el dicho del segundo ya nos parece una propuesta más arriesgada.

Por otro lado, debemos señalar que, a través de estas citas de Plutarco, Gelio también se hace eco de la obra de otros autores griegos, la mayoría filósofos, como Pitágoras (1 y 8), Quilón (2), Calvisio Tauro (3), Epicuro (4 y 5), Homero (4 y 8), Arcesilao (6), Aristóteles (8), Platón (11), Erasístrato (11), Alceo (11), Hipócrates (11), Filistión de Locris (11), Dioxipo (11) y Hesíodo (12). De esta forma, la obra de Plutarco se convierte en ‘mesotexto’ entre estos autores y la obra de Gelio.

Respecto a la forma en que Gelio ofrece las citas de Plutarco, si prescindimos de las dos en que sólo menciona el título, podemos decir que en un 70% (citas 1, 6-8, 10-12) el autor latino realiza un resumen de lo dicho por Plutarco, incluyendo en algunas de ellas traducciones latinas del texto griego (citas 6 y 7). Ya Beall (1997) estudió las traducciones del griego al latín en la obra de Gelio y señala que éstas varían desde la fiel imitación a la paráfrasis, características que apreciamos en nuestras citas. Sin embargo, Gelio prefiere citar al de Queronea en su lengua original, ya que en el 40% de las referencias recopiladas se incluyen citas en griego (2, 4, 5 y 8). En este caso, frente al *Plutarchus dicit* (1, 4, 7, 11), *inquit* (3-5, 7), *dixit* (9), *refert* (6) o *legi* (12) con cambio de sujeto, la forma verbal preferida es *scripsit* (2, 4, 7, 11) o, incluso, *librorum quos inscripsit* (9, para referir un término griego en cuestión). Como señaló Castillo, la exhortación ciceroniana a adoptar como propia la terminología griega está presente en la mentalidad de Gelio⁵⁴. Sin embargo, su comportamiento con respecto al léxico griego es variopinto, pues hemos visto que unas veces toma el término griego original y otras lo transcribe tal cual, sin traducir o intentando precisar su traducción, como sucede aquí en la cita 9 con el término *polypragmosynē*.

Para concluir, señalaremos que con sus citas de Plutarco, Gelio trata de aclarar cuestiones filosóficas, precisando y discutiendo en muchos casos los términos técnicos griegos. La semejanza de *NA* con *Quaest. Conv.*, la obra más citada, nos permite sugerir la idea de que Gelio se presenta como un

⁵⁴ Castillo 2014: 669, a propósito de Cic. *fin.*3.5: “Graeca verba, quoniam usu percepta sunt, nostra ducamus”.

“Plutarco romano”⁵⁵, aunque ya el filósofo griego era para el latino *noster* (3), en ese contexto que bien retrata Stadter (2014). Ciertamente, hemos visto que para el polígrafo latino Plutarco es una fuente de autoridad querida (como vemos en 2: *philosophus*; 3: *uir doctissimus ac prudentissimus*; 8: *homo in disciplinis graui auctoritate*; 11: *doctus uir*) y la valoración de su obra es positiva y respetuosa, aun cuando no está de acuerdo con él (5) o modera sus argumentos (11), recurriendo a sus textos en lengua original, como un diletante erudito que ya nos muestra la importancia de Plutarco en la literatura latina del siglo II, en concreto en una obra terminada de escribir sesenta años después de su muerte.

Bibliografía

- Arana Aicua, M. T. (2002), *Las citas de Cicerón en Aulo Gelio*. Berriozar: Cénlit Ed.
- Avilés, J. (1978), “Algunas consideraciones sobre la presencia de Plinio en Aulo Gelio”, *Helmantica* 88: 91-98.
- Baldwin, B. (1973), “Aulus Gellius on Vergil”, *Vergilius* 19: 22-27.
- Baldwin, B. (1975), *Studies in Aulus Gellius*. Lawrence: Coronado.
- Beall, S. M. (1997), “Translation in Aulus Gellius”, *CQ* 47.1: 215-226.
- Castillo, C. (2014), “Apuntes sobre filhelenismo y romanidad de Aulo Gelio”, in Á. Martínez *et al.* (eds.), *Ágalma. Ofrenda desde la Filología Clásica a Manuel García Teijeiro*. Valladolid: Universidad, 669-673.
- Cavazza, F. (2004), “Gellius the Etymologist: Gellius’ Etymologies and Modern Etymology”, in L. Holford-Strevens & A. Vardi (eds.), *The Worlds of Aulus Gellius*. Oxford: OUP, 65-104.
- Faraggiana di Sarnaza, C. F. (1978), “Il comentario procliano alle *Opere e i Giorni*. I: Plutarco fonte di Proclo”, *Aevum* 52: 17-40.
- Galimberti Biffino, G. (2004), “Le citazioni del teatro in Aulo Gellio: riflessioni su finalit  e metodo”, *Aevum(ant)* 4: 287-301.
- García Jurado, F. (2007), “Similes y metáforas de la erudición en Aulo Gelio”, *Emerita* 75.2: 279-298.
- García Jurado, F. (2015), “Las *Noches  ticas* de Aulo Gelio en los márgenes de *Moralia* de Plutarco”, *Atene e Roma* 9: 25-47.

⁵⁵ Véase Stok 1998: 56 y Baldwin 1975: 36.

- Holford-Strevens, L. (2003), *Aulus Gellius. An Antonine scholar and his achievement*. Oxford: OUP.
- López Moreda, S. (ed.) (2009), Aulo Gelio. *Noches Áticas*. Madrid: Akal.
- Marshall, P. K. (1968), *A. Gellii Noctes Atticae*. Oxford: OUP.
- Martín García, F. (ed.) (1987), Plutarco. *Obras morales y de costumbres (Moralia)*, vol. iv: *Charlas de sobremesa*. Madrid: Gredos.
- Morales Ortiz, A. (ed.) (2004), Plutarco. *Obras morales y de costumbres (Moralia)*, vol. xiii: *Fragmentos*. Madrid: Gredos.
- Roskam, G. (2006-2007), “Plutarch as a Source for Epicurean Philosophy: Another Aspect of his *Nachleben*”, *Ploutarchos* 4: 67-82.
- Sandbach, F. H. (1969), *Plutarch's Moralia*, vol. xv. Cambridge-London: Loeb.
- Schrader, H. (1899), *De Plutarchi Chaeronensis Homerikais Melétais et de eiusdem quae fertur Vita Homeri*. Gotha.
- Stadter, P. A. (2014), *Plutarch and his Roman readers*. Oxford-New York: OUP.
- Stok, F. (1998), “Plutarco nella letteratura latina imperiale”, in I. Gallo (ed.), *L'eredità culturale di Plutarco. Dall'Antichità al Rinascimento*. Napoli: M. d'Auria, 55-80.
- Teodorsson, S.-T. (1990), *A Commentary on Plutarch's Table Talks*, vol. 2 (*Books 4-6*). Göteborg: Acta Universitatis Gothoburgensis.
- Teodorsson, S.-T. (1996), *A Commentary on Plutarch's Table Talks*, vol. 3 (*Books 7-9*). Göteborg: Acta Universitatis Gothoburgensis.
- Titchener, F. B. (2009), “The Role of Reality in Plutarch's *Quaestiones convivales*”, in J. R. Ferreira *et al.* (eds.), *Symposion and Philanthropia in Plutarch*. Coimbra: Classica Digitalia: 395-401.
- Van der Stockt, L. (2003), “Plutarch's Anger in Aullus Gellius, *Noctes Atticae*, I, 26”, *Humanitas* 55: 143-156.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A EPIPOLESIS – RECEÇÃO DE UM DISCURSO
DE ORIGEM HOMÉRICA PELA HISTORIOGRAFIA
PORTUGUESA DE QUINHENTOS¹**

**EPIPOLESIS – THE RECEPTION OF A DISCOURSE
OF HOMERIC ORIGIN BY THE PORTUGUESE HISTORIOGRAPHY
OF THE SIXTEENTH CENTURY**

LUÍS MIGUEL HENRIQUES

Instituto Politécnico de Portalegre
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
luduvicus.m@gmail.com

Artigo submetido a 06-06-2016 e aprovado a 30-01-2017

Resumo

Este artigo aborda, de forma breve, a receção de um tipo de discurso que remonta à épica homérica pela historiografia portuguesa do século XVI: a *epipolesis*. Numa época de emulação, os historiógrafos quinhentistas fizeram das suas obras não só repositórios da memória passada, mas também composições elevadas e eruditas em que a retórica desempenhou um papel determinante. Tal como na Antiguidade, assiste-se à progressiva dramatização das obras historiográficas, com a inserção de impressivas descrições de batalhas e de discursos, como a *epipolesis*. Na circunstância, este tipo de discurso imprime *enargeia* às *ekphraseis* em que se enquadram, já que um capitão, proferindo um discurso exortativo enquanto avança pelas alas do seu exército, contribui não só para a consagração do seu estatuto de ótimo general, como provoca comoção nos leitores destas narrativas. Assim, do

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ponto de vista metodológico, um *corpus* de discursos identificado na historiografia portuguesa quinhentista é analisado tipológica e diferenciadamente de acordo com fatores como a superfície terrestre ou marítima em que os ditos discursos são pronunciados. Em seguida, o mesmo *corpus* será analisado de acordo com os princípios metodológicos aplicados por Longo (1983) aos discursos de Tucídides que, atendendo à sua pronúncia, podem ser unitários ou diferenciados dependendo da homogeneidade ou heterogeneidade qualitativa do auditório.

Palavras-chave: *epipoleis*; historiografia; retórica; exemplaridade; século XVI.

Abstract

This article briefly discusses the reception of a type of discourse that goes back to the Homeric epic by the Portuguese historiography of the sixteenth century: *epipoleis*. In an age of emulation, the sixteenth-century historiographers have made of their works not only repositories of past memory, but also high and erudite compositions in which rhetoric played a determining role. As in antiquity, one witnesses the progressive dramatization of historiographical works, with the inclusion of impressive descriptions of battles and discourses, such as *epipoleis*. In fact, this type of speech prints *enargeia* to *ekphraseis* in that fall, as a captain, giving a hortatory speech while advancing the wing of his army, contributed not only to the consecration of its great general status as causes commotion in readers of these narratives. Thus, from a methodological point of view, a *corpus* of discourses identified in the 16th century Portuguese historiography is analyzed typologically and differently according to factors such as the terrestrial or maritime surface in which the said discourses are pronounced. Then, the same *corpus* will be analyzed according to the methodological principles applied by Longo (1983) to Thucydides' speeches which, depending on their pronunciation, can be unitary or differentiated depending on the homogeneity or qualitative heterogeneity of the auditorium.

Keywords: *epipoleis*; historiography; rhetoric; exemplary; century XVI.

1. A *epipoleis*

Em finais de 2004, estreou o filme *Alexander*, superprodução cinematográfica dirigida por Oliver Stone, sobre a biografia do exemplar general da Antiguidade, Alexandre, o Grande. Decorridos cerca de 45 minutos da película, o espectador assiste aos prolegómenos da Batalha de Gaugamela (331 a. C.), cujo protagonista, interpretado por Colin Farrell, à medida que vai percorrendo a cavalo as falanges do seu numeroso exército, inicia uma série de exortações, sendo as primeiras, individuais, dirigidas a alguns soldados a quem nomeia, enquanto as derradeiras, preenchidas com tópicos gerais de incentivo ao combate, se destinam, agora, à generalidade das tropas.

Desconhecendo as fontes historiográficas utilizadas tanto pelo realizador como por Robin Lane Fox, o redator do guião do filme, acreditamos, contudo, que a inserção deste tipo de alocução militar no âmbito geral daquela cena não foi fruto do acaso. Na verdade, de acordo com a tradição retórico-literária antiga, este tipo de discurso proferido por um general, enquanto percorre as azes do seu exército, que pode compreender uma ou várias exortações a indivíduos ou companhias militares, é designado por *epipoleis* e assume-se como o expoente máximo do comportamento heroico de um protagonista, como vamos demonstrar no decurso deste trabalho. Trata-se, pois, de um discurso altamente impressionante que atesta a ascendência da retórica sobre a historiografia antiga, de tal modo que, se, no passado, comovia os leitores de tais obras, no presente, não deixa de emocionar os cinéfilos e concorre para a espetacularidade da cena, como é bem visível no filme.

Ora, um dos historiógrafos antigos que se focam na figura de Alexandre é Quinto Cúrcio Rufo. Precisamente, nas *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, Cúrcio facultava-nos uma pormenorizada descrição da Batalha de Gaugamela acompanhada da parelha de arengas contrapostas de Alexandre e de Dario. No *engarce/setting*² prévio que introduz o discurso do general macedónio, lê-se que *duces et proximum quemque interequitans adloquebatur*,³ ou seja, percorrendo a cavalo as falanges do exército, exortava os generais e aqueles que lhe ficavam mais próximos. O que importa relevar é que a arenga militar de Alexandre ali é anunciada quer por um verbo de movimento (*interequito*), quer por um verbo declarativo (*alloquor*), facto que, segundo a tradição retórico-historiográfica antiga, enquadra tipologicamente este discurso numa *epipoleis*.⁴

Ora, é precisamente a repetição sistemática da combinação de exortação com movimento ao longo da historiografia greco-latina que leva Carmona Centeno⁵ a propor a existência de uma verdadeira “fórmula introdutória” da *epipoleis*. Segundo este investigador, a opção pela designação de “fórmula” advém do facto de que a *epipoleis* se anuncia, no *engarce* inicial, com regularidade e de forma repetida, pelo menos, por meio do recurso a

² Com o termo “engarce” ou “setting” são designadas aquelas palavras ou frases com as quais os historiadores introduzem e encerram as intervenções oratórias (*verba*) em discurso direto (*oratio recta*) ou indireto (*oratio obliqua*) na linha narrativa da sua história. Cf. Iglesias Zoido 2008: 40.

³ Curt. 4. 13. 38.

⁴ Cf. Iglesias Zoido 2008: 538.

⁵ Carmona Centeno 2008: 64.

dois verbos: um verbo de ação que implica movimento e outro de caráter exortativo ou declarativo.

O episódio de Alexandre, na obra de Cúrcio, remete para o arquétipo de *epipoleis*⁶ que ocorre no Canto 4 da *Iliada*: Agamémnon, à medida que percorre a pé as fileiras do exército, detém-se junto de alguns contingentes de tropas a quem dirige arengas personalizadas:

“Mas ele próprio **percorreu** a pé **as fileiras de homens**.
E àqueles dentre os Dânaos de velozes poldros que ele visse
apressados, junto desses **parava para os encorajar com palavras**.”⁷

Um pouco mais adiante, enquanto procede à mesma revista das tropas, Agamémnon aproxima-se, desta vez, dos Cretenses, liderados pelo fogoso Idomeneu, e profere-lhe uma arenga individual:

“Com tais comandos **percorria as fileiras dos homens**.
E ao percorrer a turba de homens chegou aos Cretenses,
Que vestiam as armas em volta do fogoso Idomeneu.”⁸

Nestes dois exemplos, a forma verbal empregada para expressar a ação de percorrer as filas de homens levada a efeito por Agamémnon é *epepoleito*⁹, forma verbal pertencente ao verbo *epipoleomai*, que significa *passar em revista, inspecionar as tropas*¹⁰. Será, justamente, a partir deste verbo que, séculos depois, Estrabão aplicará pela primeira vez o termo *epipoleis*, referindo-se objetivamente àquele episódio de Agamémnon pronunciar diferentes arengas enquanto percorria as fileiras de soldados (*kai en te epipolesei o Agamemnon*).¹¹ De igual modo, também Plutarco denomina a mesma situação com idêntico termo (*palin tou Agamemnonos en te epipolesei ton Diomeden loidoresantos*).¹² Se, na Antiguidade, o termo

⁶ Sobre os antecedentes homéricos da *epipoleis*, veja-se o estudo de Keitel (1987).

⁷ Hom., *Il.*, 4. 231-233.

⁸ Hom. *Il.*, 4. 250-252.

⁹ Hom. *Il.* 4. 231: *autar o pezos eon epepoleito stikas andron* e 4. 250: *os o ge koiraneon epepoleito stikas andron*.

¹⁰ Cf. Carmona Centeno 2008: 15 e 2014: 29-182.

¹¹ Str. 9. 1. 10.

¹² Plu. *Mor.* 29a.

epipoleis se reportava exclusivamente ao episódio de Agamémnon, os estudiosos atuais estendem este termo a todas as arengas, não só da *Iliada*, como da historiografia, que exibem características similares: um chefe militar que exorta as tropas enquanto se movimenta pelas respetivas fileiras.¹³

Como acabámos de ver, estamos a falar de um tipo de discurso que, tendo a sua origem na épica homérica, rapidamente foi acolhido pela historiografia¹⁴, uma vez que, sobretudo a partir da épica imperial, se assistiu a uma transferência biunívoca de conteúdos entre a épica e a historiografia: enquanto a historiografia cedeu à épica a temática guerreira, a historiografia recebeu da épica o estilo elevado e grandiloquente, sendo ambas atraídas pela retórica. Pelas suas características impressionantes, a *epipoleis* encontrou amplo acolhimento nas obras de historiadores clássicos como Tucídides, Xenofonte, César, Tito Lívio, entre outros, mas também bizantinos e renascentistas, sendo, também, por esta via, um recurso explorado no grande ecrã.

Assim, neste artigo, temos como objetivo central analisar a receção da *epipoleis* pela historiografia portuguesa de Quinhentos¹⁵, identificando os contextos que favorecem a sua inserção na narrativa dos feitos, assim como os referentes clássicos que lhe servem de modelo, entre outros aspetos que atestam a sua relevância na aproximação que a historiografia fez à retórica no século XVI. Para o efeito, tomamos por base de estudo um *corpus* de uma vintena de discursos que identificámos entre a vasta historiografia portuguesa quinhentista.

2. Superfície em que se desenvolve a *epipoleis* (terra ou mar)

O primeiro critério para classificar a *epipoleis* relaciona-se com a identificação da superfície em que é proferida, se em cenário terrestre, a pé ou a cavalo, ou marítimo, situação esta que levará o orador a movimentar-se a bordo de uma pequena embarcação. É importante perspetivar a *epipoleis* sob este enfoque de análise, já que nos permite compreender o grau de adaptação deste tipo de arenga a contextos narrativos inovadores, bem como apreender a idiosincrasia da arenga historiográfica portuguesa.

¹³ Cf. Carmona Centeno 2014: 3.

¹⁴ Cf. Os estudos gerais sobre a presença de discursos na historiografia de Fornara 1983, Grant 2003 e Marincola 2007.

¹⁵ Cf. Henriques 2013 sobre a receção de diferentes tipos de arenga pela historiografia portuguesa do século XVI.

2.1. *Epipolesis* a cavalo ou a pé

A maioria (14) das *epipolesis* registadas no *corpus* desenrola-se em cenário terrestre, ainda que em algumas das alocações não seja possível, num primeiro momento, apurar se o emissor discursa em posição equestre ou simplesmente a pé, à medida que percorre as filas de soldados. Na verdade, por falta de informação precisa dos *engarces* que abrem ou encerram os discursos, é necessário atendermos ao contexto narrativo envolvente, como sucede no exemplo da *epipolesis* pronunciada por Afonso Henriques, nos campos de Ourique:

“Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, chamando-os por seus nomes, trazendo-lhe á lembrança o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer, e assi desde que o Sol sahio, e ferio nas armas dos Christãos, maioritariamente indo acompanhados da graça de Deos resplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem, não havia poder maior que os não temesse.”¹⁶

A forma verbal empregada – “correndo” – não permite elucidar se a corrida do então príncipe se fez de um ou de outro modo. Se atentarmos, porém, à totalidade do contexto narrativo envolvente, verificamos que o narrador, momentos antes da formatura das tropas, nos fornece o catálogo das tropas portuguesas: distribuídos por quatro azes, estavam dez mil homens de pé e mil homens de cavalo, onze mil homens, no cômputo geral. Numa frase pode ler-se, ainda, que “na primeira az hia ho Príncipe com muy bõs cavaleiros”. Em face do número de tropas e do facto de o príncipe estar acompanhado de cavaleiros, podemos supor que ele se terá movimentado a cavalo por aquela multidão, enquanto a exortava.

De modo idêntico, na crónica anónima *Jornada del rei D. Sebastião à África*, o narrador declara-nos que, no decurso da Batalha de Alcácer Quibir, o capitão Aldana, vendo que as tropas árabes iam cercando o exército português, lembrou a D. Sebastião que este devia reforçar o ânimo dos soldados. Deste modo o rei, discorrendo pelos seus, exortava-os com palavras brandas:

¹⁶ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, 16.

“Vendo o capitam Aldana que acaso se achou perto del Rey, o sucesso que as cousas prometiam lhe lembrou que em pessoa devia de animar os seus porque era tempo, ao que o Rey Satisfez **discorrendo** pellos de seus exercito, exortando a todos com palavras brandas.”¹⁷

O que interessa aqui sublinhar é que o verbo que mais frequentemente é aplicado pelos narradores nas *epipolesis*, para sugerirem a movimentação dos heróis pelas tropas, é o verbo “discorrer”. Este verbo deriva etimologicamente do verbo latino *discurro*, tendo o significado de “correr em várias direções” e está documentado na língua portuguesa desde o século XIV.¹⁸ Em termos metafóricos, poderá ter também a aceção de “discursar; dissertar”. É, pois, um termo feliz que amalgama a fórmula introdutória da *epipolesis*, movimento e exortação. No exemplo acima, o significado ajusta-se ao percurso do rei, realizado por entre os soldados, já que o verbo de exortação está bem explícito no *engarce*, através da forma verbal conjugada no gerúndio “exortando”. Tal como sucedera no exemplo da *epipolesis* de Afonso Henriques, também agora não podemos perentoriamente afirmar se o giro de D. Sebastião foi efetuado a cavalo ou a pé, se bem que, atendendo ao contexto narrativo e à situação, possamos alvitrar que o rei pronunciou o discurso em posição equestre.

Ao contrário destes exemplos, os dois seguintes apresentam *epipolesis* manifestamente proferidas por um orador montado num cavalo. O primeiro caso, colhido da obra de António Vaena, mostra-nos D. Sebastião a animar os soldados, enquanto discorre pelos esquadrões:

“Com isto, mandou elrei cada coronel á sua estancia, e discorrendo pelos esquadroens, com o rosto alegre e confiado, dava animo aos soldados.”¹⁹

Embora nesta referência a *epipolesis* nada nos permita afirmar que D. Sebastião se terá movimentado em cima de um cavalo, em todo o caso devemos focar-nos no sintagma inicial, “com isto”. O demonstrativo “isto” tem como referente a anterior arenga de D. Sebastião que acabara de ser proferida exclusivamente diante dos coronéis e restantes membros do conselho, de maneira que este sintagma não é mais do que o *engarce* final

¹⁷ *Jornada de el rei D. Sebastião à África*, 2. 3.

¹⁸ Cf. *Dicionário Houaiss*, Tomo 7, 3024.

¹⁹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, 64.

dessa arenga restritiva. Assim sendo, se retrocedermos até ao *engarce* inicial dessa primeira arenga pronunciada pelo monarca aos coronéis, ficamos a saber que ele discursa montado num formoso cavalo:

“Antes que elrei abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, com humas armas azuladas, **posto em hum cavallo** mui formoso acobertado, com a lança na maõ com o conto no chaõ, e o elmo alevantado, mandou chamar o mestre de campo e os coronéis, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavaõ com elle, lhes disse (...).”²⁰

Finda aquela arenga, o soberano mandou cada coronel à sua companhia e ele próprio, a cavalo, naturalmente, percorreu os esquadrões, a fim de animar todos os soldados.

Por sua vez, no exemplo seguinte, D. João de Castro, também a cavalo, exorta os soldados, à medida que percorre o exército em marcha:

“O Governador hia em hum palaquim de que em lhe dando as novas saltou logo fora, e **cavalgou em hum formoso cavallo melado**; e tomando huma lança, e adarga, correo por todo o exército muito rizonho, dizendo a todos (...).”²¹

Note-se a intenção estilística do narrador em caracterizar duplamente o “formoso cavallo melado” do vice-rei.

Importa, contudo, sublinhar que a *epipoleis* equestre, na historiografia portuguesa de Quinhentos, apresenta reduzidos casos, afastando-se, portanto, das congéneres greco-latinas, que, maioritariamente, são proferidas a cavalo. Finalmente, note-se que este tipo de *epipoleis* a cavalo é proferido antes das respetivas batalhas.

Uma outra possibilidade que assiste ao protagonista é a de proferir apeado a *epipoleis*. Ora, se, na literatura antiga, encontramos narradores/ autores que, em determinados contextos narrativos e por motivos ideológicos ou outros, tendem a deixar bem claro que foi a pé que determinado protagonista efetuou a *epipoleis*,²² já na historiografia portuguesa, as *epipoleis* efetuadas a pé são mais sugeridas contextualmente do que

²⁰ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, 64.

²¹ Diogo do Couto, *Década Ásia*, 6. 5. 10.

²² Na *Iliada*, salvo uma ocasião em que Heitor percorre num carro o exército troiano para o exortar (*Il.* 15. 352-3), todas as *epipoleis* são a pé. O melhor exemplo de uma

verbalmente afirmadas. Compete ao próprio leitor imaginar/visualizar a postura apeada do herói que discorre e discursa pela multidão combatente. Vejamos um exemplo:

“D. Álvaro e **correndo pessoalmente todos os lugares da peleja e da subida, animando os cavaleiros com suas boas palavras** e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro.”²³

Nesta referência a *epipolesis*, vemos D. Álvaro de Castro “correndo” todos os lugares da peleja, com o propósito de animar e ajudar os soldados na refrega, depreendendo-se, pelo contexto, que se trata de um movimento pedestre, como sucede com o exemplo infra da *Iliada*. Apesar de tudo, o narrador utiliza o advérbio “pessoalmente” para destacar que aquele protagonista percorreu as tropas para, em pessoa, lhes arengar.

Como pudemos observar, na historiografia portuguesa, existe uma enorme variedade na forma como os capitães e demais oradores percorrem as tropas em terra, a cavalo, sendo a mais comum a posição apeada, facto que decorre do tipo de guerra praticado, na época, pelos Portugueses.

Para encerrar este critério de classificação, cumpre agora olharmos para um tipo de *epipolesis*, com grande tradição historiográfica, em que o capitão percorre a sua armada a bordo de uma pequena embarcação.

2.2 *Epipolesis* no mar a bordo de uma pequena embarcação

Embora possa parecer inverosímil que um capitão para animar os seus homens efetue uma *epipolesis* no mar, percorrendo a sua frota numa pequena embarcação, contudo, no *corpus* registamos a presença de três *exempla*. A origem deste modelo discursivo encontramos-la na historiografia antiga.

epipolesis pedestre coincide com a grande *epipolesis* de Agamémnon (Canto 4), em que o Atrida, abandonando os cavalos, percorre a pé os diferentes contingentes do exército:

“Deixou os cavalos e o carro com variegados adornos de bronze;
e à distância os cavalos arfantes retinha seu escudeiro,
Eurimedonte, filho de Pireu, filho de Ptolomeu,
a quem ordenou que os mantivesse perto, para quando
o cansaço lhe tomasse os membros ao dar as ordens às tropas.
Mas ele próprio **percorreu a pé** as fileiras de homens.
E àqueles dentre os Dânos de velozes poldros que ele visse
apressados, junto desses parava para os encorajar com palavras:”

²³ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, 38.

O primeiro caso claro deste tipo de *epipoleis* encontra-se na *Bibliotheca Historica* de Diodoro. Nos preliminares da batalha naval entre Atenenses e Sicilianos, Nícias subiu para um barco e assim percorreu os trirremes da sua armada. Passando diante de cada trirreme ateniense, dirige-se ao respetivo trierarco pelo seu nome e profere-lhes uma arenga em discurso indireto.²⁴ A partir daqui, vários são os historiadores gregos que inserem exemplos de *epipoleis* a bordo de uma nau, geralmente em obras que abordam feitos da história romana.

Importa, pois, vincar que este tipo de *epipoleis* acabou por fazer a sua aparição em diversas obras historiográficas de diferentes épocas, devendo-se tal facto sobretudo à recriação deste tópico literário por cada um dos diferentes historiadores, uma vez que não parece provável que esta *epipoleis* específica pudesse produzir-se efetivamente em contexto militar real, devido a condicionantes logísticas, naturais e outras. Os historiadores de Quinhentos incorporaram também a *epipoleis* naval nas suas obras, nomeadamente aqueles que se dedicaram a historiar os acontecimentos ultramarinos. Um dos exemplos mais paradigmáticos encontramos-lo na obra de Diogo do Couto, historiador que soube aliar muito bem os conhecimentos adquiridos enquanto soldado com a erudição clássica.

Foi assim que a armada portuguesa capitaneada pelo governador da Índia Lopo Vaz de Sampaio (1526-29) avistou a esquadra inimiga ancorada no porto de Bombaim. Imediatamente, Sampaio, embarcando-se num navio ligeiro, navegou por todas as fustas²⁵ e fez a todos uma exortação, apresentada em discurso indireto:

“O Governador amanheceo sobre Bombaim, aos seis de Fevereiro, que foi ao outro dia logo, em que cayo dia de Çinza e o ouverão vista da armada do imigo, que estava na ponta d’aquella barra. O Governador meteose em hum navio ligeiro, e **foi correr as nossas fustas, e fez a todos hũa muito breve fala.**”²⁶

Importa fazer uma análise à estrutura tripartida do *engarce* que anuncia a *epipoleis* marítima, porque ele encerra literariamente, do mais elucidativo e claro que existe, a este nível, na historiografia portuguesa.

²⁴ D. S. 13. 15. 1-3. Cf. Carmona Centeno 2008:316.

²⁵ Embarcação ligeira de trinta remadores e outros tantos soldados.

²⁶ Diogo do Couto, *Ásia*, 4. 5. 5.

Repare-se que o narrador começa por informar que o governador, em pessoa, se embarcou num pequeno navio “O Governador meteose em hum navio ligeiro”. Ato seguinte, surge a fórmula introdutória da *epipoleis*, constituída por um verbo de movimento como núcleo de uma oração que declara que o governador, metido naquele pequeno barco, passou pelas fustas portuguesas “e foi correr as nossas fustas” com o objetivo de a todos fazer uma breve exortação, como as condições permitem. De maneira que, com a oração final que tem implícito um verbo de dicção: “e fez a todos hũa muito breve fala”, completa-se a fórmula tipologicamente requerida pela *epipoleis*.

O exemplo seguinte, presente na obra de Jorge de Lemos, é, ao nível da retórica militar, uma das mais belas páginas da historiografia portuguesa. O capitão é Tristão Vaz da Veiga, sendo a narração desta *epipoleis* um verdadeiro elogio ao comportamento deste herói dos cercos de Malaca, que aqui surge a desempenhar eficazmente o papel de ótimo capitão. Informado de que a armada inimiga se encontrava próxima, abandonou a sua nau, meteu-se numa galeota e foi animar os soldados pelas demais embarcações. O episódio é todo ele simbólico e tem por detrás uma intenção clara de o capitão se tornar companheiro dos seus homens. Como declara o narrador, o ato de descer da torre da sua nau para uma galeota e de se igualar com os restantes combatentes tem como consequência a galvanização das tropas. De facto, afiança o narrador, de pouco valeria aos soldados, em perigo tão manifesto, um capitão animoso encerrado no alto na sua nau, se não o vissem com os olhos ali junto aos navios remos. Como se pode ver, é uma das mais exemplares páginas da retórica historiográfica de Quinhentos:

& levãdose em rōpendo a menhã nauegou pera o rio Formoso, por lhe afirmarẽ as espias que estaua nelle a armada imiga. Tanto que a descobrio uio assomar a dianteira della que seria de vinta tantos nauios ligeiros; & deixado a Manoel Ferreira por capitão de sua nao, se meteo em hũa galeota das que cõsigo leuaua, pera ordenar a sua armada & animar os soldados porque vendo entre si tão companheiro como cada qual dos cada hũ tinha pera remedio peculiar do trabalho que lhes sobreviesse, pelejassem mais cofiados & principalmẽte por lhes dar a entẽder, visto como estavão depẽdurados de seu bõ ou mau sembrãte, que não era tão espantoso o imigo, como se em Malaca pintava; pois queria acharse cõ eles, não só como seu capitão mor, mãdãdo de sua nao, senão tãbẽ como soldado pelejado nũa galeota cõ a espada na mão. Porque à verdade em perigo tão manifesto pouco mõtara terẽ estes soldados

capitão mor animoso metido na torre dũa nao, se o não vissem cõ os olhos no raso dos navios de remo.²⁷

Todos os casos de *epipoleis* no mar da historiografia portuguesa aqui vistos revelam uma crescente adaptação a contextos narrativos inovadores e atestam, portanto, uma recriação literária cada vez mais apurada pelos historiadores, afastando, no entanto, a narrativa do verosímil. Em suma, a *epipoleis* marítima converte-se num rico recurso literário que vem aumentar a comoção de um episódio que já de si não estava isento dele.

3. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e receção da mensagem

Pretendemos agora avaliar se o capitão, enquanto percorre as fileiras de tropas, pronuncia um ou vários discursos, diferenciando-o de acordo com as distintas companhias do exército. Baseamo-nos para tal nos conceitos e na terminologia sobre a composição e a decomposição dos discursos que o estudioso italiano, Oddone Longo,²⁸ aplicou à obra de Tucídides. Com efeito, Longo, neste seu trabalho sobre o auditório interno dos discursos tucididianos, classifica-os de acordo com o critério de o general, enquanto procede à revista de tropas, pronunciar, diante de grupos, contingentes ou membros isolados, sucessivas alocações. Decorre daqui que as arengas que se profiram serão, então, unitárias ou diferenciadas relativamente ao conteúdo, segundo a homogeneidade ou heterogeneidade qualitativa do auditório.

Podem, assim, ocorrer várias combinações de discursos de que podemos evidenciar, a título de exemplo, a “*epipoleis* com decomposição”, quando o mesmo discurso é repetido em diferentes lugares e a distintas partes do auditório, enquanto, por outro lado, a “decomposição com *epipoleis*” se caracteriza pelo facto de o orador discursar várias vezes, em diferentes pontos e com argumentos díspares a distintas companhias do seu exército. Além destas, outras combinações são possíveis, como veremos de seguida, ao aplicarmos este esquema teórico ao *corpus* discursivo português.

²⁷ Jorge de Lemos, *História dos Cercos de Malaca*, 9.

²⁸ Cf. Longo 1983.

3.1 *Epipoleis* simples

Tal como sucede na historiografia antiga, também, na historiografia portuguesa, a *epipoleis* simples é a que assume maior destaque neste tipo discursivo. Na verdade, ao contrário da épica, na historiografia, a alocação do capitão proferida durante a revista de tropas privilegia a globalidade da mole militar em detrimento da particularização de coortes ou até de membros individuais do exército. De maneira que, em muitas ocasiões, a *epipoleis* simples acaba por coincidir com a fórmula básica introdutória da *epipoleis*, já que, no seu percurso ao longo das azes do exército, o herói não discrimina, qualitativa ou quantitativamente, qualquer delas, na sua alocação. Resulta daqui que a *epipoleis* simples pode anunciar-se unicamente por meio de um verbo de movimento e outro de exortação ou de dicção.

“O Governador hia em hum palaquim de que em lhe dando as novas saltou logo fora, e cavalgou em hum formoso cavallo melado; e tomando huma lança, e adarga, **correo por todo o exército** muito rizonho, **dizendo a todos** (...)”²⁹

“Com isto, mandou elrei cada coronel á sua estancia, e **discorrendo pelos esquadroens**, com o rosto alegre e confiado, **dava animo aos soldados**.”³⁰

“O Governador meteose em hum navio ligeiro, e foi **correr as nossas fustas**, e fez a **todos hũa muito breve fala**.”³¹

A *epipoleis* simples é a mais recorrente no *corpus*, contando-se nove ocorrências. Este tipo de *epipoleis* é mais característico da historiografia do que da épica, tanto da historiografia portuguesa como da greco-latina. Com efeito, no processo de movimentação pelas filas das tropas, o protagonista militar, ao privilegiar no seu discurso a massa militar em detrimento da especificação individual ou seccional, acaba por se adequar mais ao verosímil, ajustando-se melhor ao conceito de verdade conotado com o género histórico. Por outro lado, com este tipo de *epipoleis*, os historiadores concorrem para que se mantenha o equilíbrio entre *res* e *verba*, não surpreendendo, portanto, que seja o mais frequente em toda a historiografia.

²⁹ Diogo do Couto, *Ásia*, 6. 5. 10.

³⁰ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, 64.

³¹ Diogo do Couto, *Ásia*, 4. 5. 5.

3.2. *Epipolesis* com decomposição do auditório

A *epipolesis* com decomposição do auditório conta com duas ocorrências no *corpus* historiográfico. Digamos que este tipo de *epipolesis* fica a meio caminho entre a *epipolesis* simples e a *epipolesis* com decomposição do auditório e do conteúdo, porque, embora exista uma informação muito clara de que o protagonista, no decurso da sua circulação, pronunciou várias exortações a indivíduos ou a pequenos grupos, a verdade é que esse facto não se encontra materializado em diferentes discursos, mas sim num só que funciona como um sumário. Para que o leitor possa reconhecer esta evidência, geralmente, vêm associados à fórmula básica introdutória outros elementos distintivos que denunciam “distribuição” ou “repartição”.³²

O exemplo que a seguir apresentamos provém do opúsculo de Diogo de Teive:

“Mascarenna cum octo militibus in subsidium venit, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu vexillum praeferente, ac nunc singulos, nunc universos magno clamore ad pugnam hortante eius auspiciis pugnarent, qui ut omnibus vitam daret, unus mori voluit, cuius ductu nec de victoria esse desperandum nec mortem timendam;

Mascarenhas acorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral, a que combatessem sob patrocínio d’Ele, pois, para dar a vida a todos, quis, sozinho, morrer, e clamava que, sob o seu comando, nem há que desesperar da vitória nem há que temer a morte;”³³

Num momento de aperto por que passam as tropas portuguesas nos combates de Diu, o capitão Mascarenhas acorreu a um local onde havia vítimas e desânimo. Levava consigo oito soldados e um sacerdote que, empunhando um crucifixo, procurava reanimar os sobreviventes e restituí-los à guerra, exortando-os a seguirem o exemplo de martírio do próprio Cristo. Reconhecemos ali a fórmula básica introdutória da *epipolesis*, que reúne movimento (*venit in subsidium*) e exortação (*ad pugnam hortante*). Por sua vez, a presença de par distributivo (*singulos / universos*) reforçado pela anteposição respetiva de *nunc* (*nunc singulos / nunc universos*), todos

³² Cf. Carmona Centeno 2008: 202.

³³ Diogo de Teive, *Commentarius*, 65.

dependentes do verbo exortativo (*hortante*), comprovam que a *epipolesis* é constituída por diferentes exortações dirigida a distintos grupos de soldados. Apesar de tudo, como é sabido nestes casos, apenas um discurso-súmula sintetiza as várias alocações produzidas.

Importa agora olhar com atenção para a expressão distributiva empregada por Teive (*singulos / universos*). Na verdade, ao nível deste aspeto, é evidente a intertextualidade entre a obra de Teive e as obras de alguns autores latinos. Em Quinto Cúrcio³⁴ encontramos esta mesma expressão, numa *epipolesis* de Artabazo, general de Dario. De entre as suas funções militares, contam-se as visitas às tendas dos Persas, onde os exortava e lhes chamava a atenção, ora individualmente, ora em conjunto:

“Artabazus omnibus imperatoriiis fungebatur officiiis: ille Persarum tabernacula circumire, hortari, monere nunc **singulos** nunc **universos**.”

Como se observa, *nunc singulos nunc universos* é também a expressão usada por Teive, par distributivo que, neste excerto de Cúrcio, se encontra dependente da forma verbal *monere*. Conclui-se, pois, que estamos diante um modelo literário de *epipolesis* dentro da tradição historiográfica,³⁵ ao qual não foi alheio o olhar de Diogo de Teive, ainda que o tenha adaptado a uma situação narrativa original, como sempre acontece entre os historiadores.

Atente-se, agora, num outro elemento fundamental que ajuda ao reconhecimento da *epipolesis* com decomposição do auditório, elemento esse que goza de uma grande tradição retórica tanto na épica como na historiografia. Tal facto evidencia-se quando o *engarce* inicial nos informa de que o protagonista, ao percorrer as filas dos soldados, lhes dedica exortações individuais, chamando-os pelo nome. Apesar disso, o narrador apenas proporciona um único discurso-sumário, que funciona como um apanhado das exortações produzidas. Recordemos, entretanto, o *engarce* inicial da arenga do príncipe Afonso Henriques:

“Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, **chamando-os por seus nomes**, trazendo-lhe á lembrança **o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer**, e assi desde que o Sol sahio, e ferio nas armas dos Christãos,

³⁴ Curt. 5. 9. 17.

³⁵ Cf. Carmona Centeno 2008: 206.

maioritariamente indo acompanhados da graça de Deos resplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem, não havia poder maior que os não temesse.”³⁶

Como se observa, o príncipe correu as azes do exército com o objetivo de esforçar todos os soldados, dirigindo-lhes exortações particulares, chamando-os pelos seus nomes. Como quase sempre acontece, no âmbito da historiografia, é em Tucídides que surge pela primeira vez uma exortação em que os combatentes são chamados pelos nomes. Porém, tal exortação personalizada ocorre num outro tipo de arenga que não em uma *epipolesis*, mas sim numa exortação individual proferida pelo general aos seus comandantes, chamando-os pelo nome. Assim, na *Guerra do Peloponeso* contamos dois exemplos que, além do mais, fazem parte do mesmo episódio: nos preparativos para a batalha final no porto de Siracusa, o narrador informa-nos de que, para se certificar de que tinha as tropas consigo, Nícias “voltou a convocar os capitães um por um, dirigindo-se a cada um pelo nome do pai, **pelo seu próprio nome** e pelo da respetiva tribo.”³⁷ Já durante a batalha, os respetivos generais oponentes chamam pelo nome os estrategos, de cada vez que se lhes dirigem a fim de os exortar:

“Além disso, os generais, em ambos os lados, se acaso viam algum navio, nalguma parte da batalha, a recuar para a costa sem a tal ser forçado, **chamavam o capitão pelo nome** e perguntavam-lhe (...).”³⁸

Esta narrativa, pela sua enorme intensidade dramática, acabou por ser imitada pelo devir historiográfico, do mesmo modo que a circunstância de um general chamar pelos nomes os capitães, para lhes arengar, se converteu num *topos*. Assim, Xenofonte, louvando Ciro, estabelece um curioso paralelismo entre os artesãos ou os médicos e os generais. De facto, tal como os primeiros devem conhecer os nomes dos seus utensílios e dos seus fármacos, de igual modo o general deve saber os nomes dos seus comandantes, para lhes dar ordens quando houver mister de atacar ou de animar as tropas. Por isso, Ciro sabia o nome dos seus oficiais e, quando lhes dava ordens, chamava-os pelo nome. Além do mais, pensava Ciro, quando os militares se apercebem

³⁶ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, 16.

³⁷ Th.7. 69. 2.

³⁸ Th.7. 70. 8.

de que o general sabe os seus nomes, tornam-se mais empenhados na luta e pensam duas vezes antes de se macularem com atos de cobardia. Pela sabedoria do excerto, vamos transcrevê-lo:

“Ciro tinha-se exercitado nisto (saber os nomes dos seus oficiais), porque estranhava que os mecânicos soubessem os nomes dos instrumentos do seu officio, que os médicos soubessem os nomes dos instrumentos da sua arte e de todos os remédios que administram e que um general fosse tão ignorante que não soubesse os nomes dos seus oficiais, dos quais se havia de servir como instrumentos para atacar, para defender, para encorajar e para aterrorizar. Parecia-lhe que os militares, que se sabiam conhecidos do general, punham todo o empenho em desempenhar feitos de coragem no campo de batalha e não em sujar-se com acções de covardia.”³⁹

Estudioso desta matéria, Carmona Centeno⁴⁰ aduz que, se nas primeiras obras históricas apenas os comandantes eram nomeados pelos generais nas exortações, à medida que avançamos no tempo, verifica-se que este tópico de chamar pelo nome para se ser exortado irá adquirindo, por influência da retórica, novos matizes até atingir a inverosimilhança. Essa evolução seguirá duas vias que acabarão por se cruzar e unir num mesmo curso: de um lado, o general chamará pelo nome os seus imediatos para os exortar à medida que percorre o exército, ou seja, executará uma *epipoleis*; já, pelo outro lado, o general acabará por, paulatinamente, saber também o nome dos soldados, até ao ponto inverosímil de os saber todos.

Em suma, alguns foram os historiadores que acabaram por inserir o tópico de chamar os soldados pelos respetivos nomes nas suas *epipoleseis*, de tal maneira que as cenas narrativas em que surgem se tornaram cada vez mais complexas, roçando, por vezes, o inverosímil. Por outro lado, o ato de chamar pelo nome desloca-se para as *epipoleseis* preparativas de batalhas, de modo a que o general possa correr as filas do exército e dirigir-se pessoalmente às tropas, chamando não só os nomes dos oficiais, como também, de maneira progressiva, também os dos soldados.

Apesar de tudo, nas *epipoleseis* historiográficas com decomposição exclusiva do auditório e ainda que o orador chame os seus interlocutores pelo nome, essas diferentes exortações nunca acabam por se materializar na apresentação de discursos *ad personam*, mas sim num único discurso-sumário

³⁹ X. 5. 3. 47.

⁴⁰ Cf. Carmona Centeno 2008: 214.

das exortações proferidas.⁴¹ Por outro lado, também nas *epipoleseis* de decomposição cumulativa de auditório e de conteúdo e independentemente de o orador chamar os interlocutores pelo nome ou não, a verdade é que nunca encontramos casos em que o general arenga especificamente *ad personam*, mas sim a grupos!⁴²

O *exemplum* atrás apresentado de António Vaena acaba por estar em linha com os *exempla* aqui aduzidos da historiografia clássica: em todos os casos em que o orador convoca os seus interlocutores pelo nome, a verdade é que esses combatentes nunca saem do anonimato, pois os *engarces* não vão além do anúncio geral de que o orador os chamou pelos nomes, jamais, porém, oferecendo os reais nomes dos guerreiros. De maneira que, em caso algum, na historiografia podemos aceder, neste contexto narrativo preciso, a um catálogo de nomes de heróis como sucede, por exemplo, com a épica.

Recuperando o *engarce* inicial da *epipoleseis* de Afonso Henriques – “Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, chamando-os por seus nomes (...)” – encontramos nele a fórmula básica introdutória da *epipoleseis*, constituída por um verbo de movimento – “correndo” – que seleciona um complemento preposicional, identificador do alvo desse giro, “por todos”, seguido, não de um, mas de dois verbos de exortação “animar” e “esforçar” acompanhados, respetivamente, dos pronomes objeto direto, cujos referentes são os soldados. São, no entanto, os constituintes sintáticos seguintes – “chamando-os por seus nomes” – que permitem apurar que o orador ter-se-á aproximado dos soldados a quem chamou nominalmente e ter-lhes-á proferido exortações *ad personam*. Apesar de tudo, essas diversas exortações não se materializam em igual número de discursos, optando apenas o narrador por facultar um único discurso que resume o conteúdo de tais alocações.

São, pois, as variantes distintivas como “chamar pelo nome”, bem como *nunc singulos nunc universos* que permitem identificar que, quanto ao processo de emissão e receção da mensagem, nos encontramos diante de uma *epipoleseis* não só de decomposição do auditório mas também de decomposição de conteúdo.

⁴¹ Cf. Carmona Centeno 2008: 220.

⁴² Cf. Carmona Centeno 2008: 248.

4. Extensão e conteúdo argumentativo

O *engarce* introdutório da arenga naval do governador Lopo Vaz de Sampaio anuncia que este se meteu numa galeota e, ao percorrer as fustas, “fez a todos hũa muito breve fala.”⁴³ De facto, atendendo ao momento e ao contexto narrativo em que são proferidas, antes ou durante o combate, essas alocações terão de ser breves, focadas na finalidade de *movere* as tropas para a guerra. Concomitantemente, estas breves arengas são, também, retoricamente pouco elaboradas, constituídas, na sua maioria, por apelos veementes à luta, à coragem, à audácia ou à confirmação da justiça da luta, desenvolvendo, portanto, apenas uma linha exortativa.

Como podemos ver, a *epipoleis* de D. João Pereira conta apenas com uma componente exortativa. Na verdade, perante o receio que os seus homens manifestaram ao avistarem a extensão do exército inimigo, aquele capitão procura valer-se de tópicos que restaurem a confiança dos homens, nomeadamente, recordando-lhes que aqueles são os mesmos mouros tantas vezes por eles desbaratados. Com o seu exemplo e a crença em Deus, o capitão acredita que a vitória está certa. Ou seja, perante um cenário muito particular de medo entre a hoste, o capitão vale-se dos tópicos da possibilidade de vitória para reacender a confiança das suas tropas. E para que as suas palavras se tornem mais credíveis e concordantes com o seu pensamento, o narrador afirma que ele passou por todos com “hum rosto mũy alegre”:

“Dom João logo entendeo, e receando que mais o desbaratasse o medo dos seus, que o poder dos imigos, foi descorrendo por todos com hum rosto mũy alegre dizendolhes: «Que he isto cavaleiros, e companheiros meus, aqui temos estes Mouros imigos de nossa ley, que são os mesmos que vos desbaratastes muitas vezes, não aja novidades, seguime que Deos he com nosco, e a vitoria está certa.”⁴⁴

Como se observa neste e noutros exemplos, a exiguidade dos discursos coarta a sua profundidade argumentativa.

⁴³ Diogo do Couto, *Ásia*, 4. 5. 5.

⁴⁴ Diogo do Couto, *Ásia*, 4. 10. 5.

Conclusões

Com este breve estudo, foi possível demonstrar que os historiógrafos do século XVI foram sensíveis à tradição retórico-literária subjacente, recriando e adaptando ao contexto quinhentista um tipo de discurso que remontava à épica homérica. Proferida antes ou durante um combate, a cavalo, a pé ou no mar, a bordo de um pequeno barco, a *epipolesis* concorre para a construção do *ethos* do general-soldado, ou seja, aquele herói que não comanda, mas que combate ao lado dos soldados. De facto, a atuação de Afonso Henriques, D. João de Castro ou de Tristão da Veiga remete imageticamente para Alexandre ou Ciro, arquétipos literários deste modelo de exemplaridade.

Importa vincar, também, que, independentemente de, na realidade histórica, os capitães poderem percorrer as tropas e exortá-las, antes ou durante um combate, a *epipolesis* enquadra-se perfeitamente no tom épico e dramático que os historiadores portugueses do Renascimento procuraram imprimir aos relatos das batalhas e, em cuja elaboração, a retórica desempenha um papel fundamental.

Bibliografia primária

- Couto, D. (1777-1788), *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto: dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, Décadas V, VI, VII, IX, X, XI, XII. Disponível em <http://purl.pt/7030> (acedido a 2/05/2016)
- Estrabão (1877), *Geographica*, Leipzig. Disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/> (acedido a 26/04/2016)
- Galvão, D. (1727), *Chronica do príncipe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal*, Lisboa Occidental, na officina Ferreyriana. Disponível em <http://purl.pt/308> (acedido a 29/04/2016)
- Homero (2010, 4.^a ed.), *Ilíada*, trad. de Frederico Lourenço, Lisboa, Livros Cotovia.
- Jornada del-rei D. Sebastião à África; Crónica de dom Henrique*, (1970), pref. de Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro, Lisboa, INCM.
- Lemos, J. (1982), *História dos Cercos de Malaca*, ed. fac-similada de Lisboa: Manoel de Lyra, 1585, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Nunes, L. (1989), *Crónica de D. João de Castro*, Lisboa, Alfa.
- Plutarco (1969), *Plutarchi Vitae Parallelae*, Leipzig.

- Rufo, Q. (1908), *Historiarum Alexandri Magni Macedonis libri qui supersunt*, Leipzig. Disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/> (acedido a 28/04/2016)
- Teive, D. de (1995), *Commentarius de rebus a lusitanis in India apud Diu gestis Anno salutis nostrae MDXLVI, Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, Ed. fac-similada de Conimbricæ: MDXLVIII, trad. do latim de Carlos Ascenso André; notas de Rui Manuel Loureiro, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, Livros Cotovia.
- Tucidides (2008), *História da Guerra do Peloponeso*, trad., estudo militar introdutório e notas de David Martelo, Colecção Clássicos do Pensamento Estratégico, Lisboa, Edições Silabo.
- Vaena, A. (1903), *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, Lisboa, Escriptorio.
- Xenofonte (2008), *Ciropedia, A educação de Ciro*, trad. de João F. Pereira, revisão de Maria de Fátima Penderlico e Rui Valente, Évora, Sementes de Mudança.

Bibliografia secundária

- Carmona Centeno, D. (2008), *La epipólesis en la historiografía grecolatina*. Tesis doctoral en Filología Griega, Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras.
- Carmona Centeno, D. (2014), *La escena típica de la epipólesis – de la épica a la historiografía*. Roma, Edizioni Quasar.
- Fornara, C. W. (1983), *The Nature of History in Ancient Greece and Rome*. Berkeley.
- Grant, M. (2003), *Historiadores de Grecia y Roma* (trad. de A. Guzmán Guerra). Madrid.
- Iglesias Zoido, J.C. (2008), “Retórica e Historiografia: La Arenga Militar”, in J. C. Iglesias Zoido (ed.), *Retórica e Historiografia: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*. Madrid, Ediciones Clásicas, 19-60.
- Henriques, L. (2013), *La arenga militar en la historiografía en la épica y en los tratados militares en lengua portuguesa y en lengua latina del siglo XVI*. Tesis doctoral en Estudios Filológicos, Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras.
- Keitel, E. (1987), “Homeric Antecedents to the *Cohortatio* in the Ancient Historians”, *CW* 80 (3), 153-172.
- Longo, O. (1983), “I discorsi tucididei: uditorio indiviso e scomposizione d’auditorio”, *Museum Criticum* 8, 139-159.
- Marincola, J. (2007), “Speeches in Classical Historiography”, in J. Marincola (ed), *Companion to Greek and Roman Historiography*, 118-132.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O CONTO DA ILHA DESCONHECIDA DE JOSÉ SARAMAGO
E A SIMBOLOGIA DA VIAGEM¹**

**JOSÉ SARAMAGO'S *THE TALE OF THE UNKNOWN ISLAND*
AND THE VOYAGE SIMBOLOGY**

MARIA LUÍSA DE CASTRO SOARES

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
lsoares@utad.pt
orcid.org/0000-0002-4664-8190

Artigo recebido a 13-06-2016 e aprovado a 14-10-2016

Resumo

A viagem como modalidade genológica ou como motivo de inspiração é uma constante na cultura portuguesa com expressão obsessiva na diacronia da literatura. No presente artigo, o alvo de estudo é um dos diversos exemplos literários dessa reiterada presença: *O Conto da Ilha Desconhecida*, de José Saramago. O tema da viagem neste conto de Saramago abre espaço a reflexões várias em torno de viagens entre o consciente e o inconsciente, entre o real e o abstrato, entre a abertura ao mundo e o processo de autoconhecimento, sem esquecer os comentários crítico-irónicos do narrador, com conotações sociológicas de cunho marxista. A análise semiótica do conto não exclui as conceções intelectivas e uma leitura pessoal, explorando-se a carga simbólica da viagem como percurso iniciático da figura central da narrativa: o *homem do barco* que quer rumar em direção à *Ilha*.

Palavras-chave: Saramago, viagem, percurso iniciático, ilha, autognose

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Abstract

The “travel”, as a literary genre or a motif of inspiration, is a constant in the Portuguese culture, presenting an obsessive expression in the literature diachrony. We here analyse one of the several literary examples of this reiterated presence: “O conto da ilha desconhecida” (“The tale of the unknown island”), by José Saramago. In this Saramago’s tale, the theme of “travel” opens space for various reflections upon the journeys between the conscious and the unconscious, the real and the abstract, the external openness to the world and the internal self-knowledge process, and also to the ironic criticism of the narrator’s comments, often imbued with Marxist sociological connotations. The semiotic analysis of this tale does not exclude the intellectual conceptions and our personal reading, exploring the symbolic charge of the travel as an initiation journey of the central figure of the narrative: the man of the boat wanting to set course to the island.

Keywords: Saramago, travel, initiatory journey, island, autogenesis

Em *Introdução à Saudade*, Dalila Pereira da Costa considera como “fórmulas eminentes de consciência do eu pátrio”² e da espiritualidade portuguesa³ as seguintes expressões: “Até a fim do mundo”, de Fernando Pessoa; “E se mais mundo houvera lá chegara/ Mais do que consentia a força humana”, de Camões; e “Por o impossível andamos, não por al”, de Gil Vicente⁴. A todas preside uma ideia comum: a da viagem como superação de barreiras físicas e psicológicas, de significado e alcance transcendente.

Em torno do *pensamento português* e da questão da viagem, é ainda oportuno lembrar António Quadros, que fundamenta o imaginário nacional em cinco mitologemas⁵, em que sobressai o *henriquismo*, sendo que, todos no seu conjunto, se manifestam como *constante* e como *unidade onírica*, que singulariza o *ser português*, nos âmbitos da cultura, da literatura e do pensamento.

² Costa 1976:94.

³ Soares 2007:21.

⁴ Id, 94 e sqq.

⁵ Quadros 1982: 129-130. Para António Quadros, a mitogenia portuguesa fundamenta-se em cinco temas: a *sublimação da mulher*, a *supervivência do Amor*, o *providencialismo da história de Portugal*, o *Encoberto* e o *Henriquismo*. Os dois primeiros primeiros são mitos de índole amorosa e os três últimos de feição histórica, com variados subtemas, designadamente: o *Quinto Império*, associado à questão do regresso do *Encoberto*; o da *Saudade* (em que se inclui a *vocação nostálgica do impossível*, de que fala Gilbert Durand) indissociável da viagem, da distância, da busca ou, em suma, do *henriquismo* (Soares 2013b: s/p).

Da mito-análise da *psique portuguesa* e da questão da viagem ocupam-se atualmente José Gil e, antes dele, Eduardo Lourenço. O primeiro, numa entrevista acerca do lançamento do seu livro, *Portugal, hoje – medo de existir*, fala da viagem e do *lá fora* como algo que coexiste com o *cá dentro* e, para o potenciar, é “necessário dessubjectivarmo-nos e isto significa não olharmos só para nós”⁶. Antes dele, no artigo “Lá fora e cá dentro ou o fim de uma obsessão”⁷, Eduardo Lourenço posiciona o *lá fora* num espaço simbólico e, na obra *O Labirinto da Saudade*, reconhece que a viagem *por mares nunca dantes navegados*⁸ d’*Os Lusíadas* revela o “espírito de Portugal”⁹, discutindo, contudo, a “imagiologia” através de “um discurso crítico sobre [essas mesmas] imagens”¹⁰, que visa problematizar e substituir.

É um facto que o tema da viagem na literatura portuguesa é amplo, complexo e variável. De Camões a Saramago, são muitas as experimentações – não apenas diacrónicas – no plano do enunciado, no plano da enunciação e no plano da crítica literária, sendo que o tema ganha particular alcance na cultura portuguesa como componente de expressão identitária. Fatores como a emigração, a vocação atlântica dos Portugueses¹¹ ou o henriquismo, centrado na figura do Infante de Sagres, adquirem a dimensão de mitologema¹² que se exprime, por meio de diversas modalidades genológicas, com manifestação textual concreta a partir do século XVI.

Indissociável da ligação ao mar¹³ e do fenómeno dos Descobrimentos, a viagem ganha expressão em obras que caracterizam o período de ouro da cultura portuguesa, designadamente, *Os Lusíadas* de Luís de Camões, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e a *História Trágico-Marítima*, compilada por Gomes de Brito¹⁴. Com diferentes focalizações, estes três textos pertencentes à literatura de viagens são relevantes porque expõem, no dizer de Miguel Real, a personalidade portuguesa: o carácter mítico

⁶ Gil 2005: 26.

⁷ Lourenço 2004: 162.

⁸ Camões *Lus* 1.1.

⁹ Lourenço 2010:148.

¹⁰ Lourenço 2010: 11-12.

¹¹ Soares 2013c: 8-16.

¹² Quadros 1982:129-130.

¹³ Soares 2013c: 8-16.

¹⁴ Soares 2013b: http://itunesu-repository.uc.pt/itunesu/pages_collections/104100-1.

n' *Os Lusíadas*, o pragmatismo luso na *Peregrinação* e o fatalismo português na *História Trágico-Marítima*¹⁵.

A viagem como modalidade genológica na literatura portuguesa nem sempre perdura, mas o tema – com diferentes intenções – é obsessivo no tempo. Desde as *Viagens filosóficas*, obra que persegue objetivos científicos, às *Viagens na Minha Terra* da esfera romanesca de Garrett, aos *Emigrantes* ou à *Selva* de Ferreira de Castro, prenhes de realismo sociológico¹⁶, à poesia contemporânea, evocadora da literatura trágico-marítima¹⁷, a viagem é tema central, sem que se possam enquadrar as obras no género designado *literatura de viagens*. Como tema ou motivo, surge desde sempre na tradição literária portuguesa, no quadro do lirismo galaico-português medieval, designadamente, nas barcarolas de sugestão marítima e, já com anterioridade, nas lendas célticas. Contudo, a viagem só ganha alcance, extensão e expressão concreta com os Descobrimentos, na *experiência naval e transoceânica*, que se prolonga – modificada pelas razões do tempo e de múltiplas relações intertextuais – na literatura moderna e contemporânea. É disso exemplo o poema de “imaginação marítima e aquática”¹⁸, “Noite”, de Fernando Pessoa, em *Mensagem*, onde a viagem é a “busca de quem somos/ na distância de nós”¹⁹. São disso exemplos – entre outros, passíveis de menção na literatura atual – as obras de Valter Hugo Mãe, que marcam o exílio e a solidão, ou os textos de Gonçalo Tavares, em que há o retorno melancólico a uma Índia atual, em tudo distinta da de Camões. Com efeito, do poeta épico (Índia geográfica e mítica) para o escritor atual, a conceção da Índia mudou da “mitificação” para a “desmitificação”²⁰, tendo como marcos de transição os textos de Fernando Pessoa (a “Índia nova” – espiritual)²¹, ou a escrita de Teixeira de Pascoaes para quem, no poema “O Adamastor”, a viagem se processa como “aventura para a Nova Índia do espírito, que funciona como o fim, a finalidade, a esperança, verdadeiro mito da apetência portuguesa

¹⁵ Real 2011: 114.

¹⁶ O tema da viagem ou mito henriquino na cultura portuguesa reveste cambiantes que vão da visão eufórica dos Descobrimentos, à visão trágica dos naufrágios até às questões em que a viagem se prende com o problema da emigração, da solidão, da saudade ou do exílio.

¹⁷ Martins 2003: 1-20.

¹⁸ Mendes s./d: 299.

¹⁹ Pessoa 1990: 121.

²⁰ Gomes 1970: 131.

²¹ “E a nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, em naus que são construídas “daquilo de que os sonhos são feitos”” (Pessoa 1912: 191).

como *Pátria*”²². Seja como for, a Índia é um só e o mesmo destino para diferentes itinerários, a mesma meta para diversas errâncias²³.

É, em suma, relevante reforçar que a literatura de viagens, desde o período de Quinhentos, vem estabelecer um paradigma cultural e identitário que condiciona a perspectiva axiológica do povo português e lhe traça para sempre um perfil, onde se evidencia um desajuste entre o que *se foi*, ainda *se queria ser* e já *não se é*. Resta assim, hoje, apenas um “país de muito mar”, como o explicita o poema de Manuel Alegre²⁴, ou algumas obras de José Saramago, que revisitam o *topos* da identidade lusitana, e onde o tema sobressai não só como resgate ficcional da memória, mas ainda por outras subtilezas em torno da *viagem*, do *mar* e da descoberta do próprio *eu* como, por exemplo, *Jangada de Pedra* ou *O Conto da Ilha Desconhecida*.

O último dos textos referidos – *O Conto da Ilha Desconhecida* de José Saramago – sem introduções explicativas dadas ao leitor – abre com a seguinte proposição: “Um homem foi bater à porta do rei e disse-lhe, Dá-me um barco”²⁵. Assim começa o conto de José Saramago com um imperativo, o que reenvia o leitor para a questão da viagem e da urgência que o homem tem de fazê-la. Mas quem é este homem? Por que quer ele um barco? Irá o rei ceder? Por que razão se dirige tão informalmente ao rei? Estas questões e outras que surgem são verdadeiramente o texto a provocar o leitor e a fazê-lo refletir sobre o motivo da viagem que, mais do que concreta, se assume como intelectual e simbólica.

Analisando a narrativa do ponto de vista semiótico e recorrendo a conhecimentos dos principais teóricos que a fundamentam²⁶, é possível uma abordagem das relações entre personagens de acordo com pressupostos de Algirdas Greimas²⁷: o *herói* do conto – o *homem* – é o *sujeito* da intriga, mas ocupa também outras funções; é *destinador*, porque põe em marcha a ação e é o *destinatário* último na dinâmica da narrativa. Por conseguinte, não se lhe opõe qualquer personagem, mas assinala-se uma *adjuvante* correspondente à mulher da limpeza; e, por último, regista-se o *objeto*/

²² Soares 2007: 441.

²³ Soares 2007: 444.

²⁴ Alegre 2007:18.

²⁵ Saramago 1999: 9.

²⁶ Soares 2013a:13-21. Refere-se a autora do livro a Courtès (1972 e 1979), loc cit. 13; a Larivaille e Cristina Macário Lopes (1987), loc cit.. 14-15; a Vladimir Propp (2003), loc cit. 16-19; e a Greimas (1966) (loc cit. 20-21).

²⁷ Id. 20.

objetivo ou ação que move o sujeito, que consiste na obtenção de um barco para alcançar a ilha.

Semelhantes às figuras dos contos tradicionais de potencial receção infantil, no conto de Saramago, “as personagens não são individualizadas. Caracterizam-se pela ausência de nome próprio, possuindo apenas [...] um papel social ou um estatuto que as determina inteiramente”²⁸. Na verdade, como nas narrativas míticas, as personagens de *O Conto da Ilha Desconhecida* são funcionais, possuindo um carácter simbólico, designadamente, o *rei*, o *homem*, os *tripulantes*, a *mulher da limpeza*.

Em número reduzido, o que é próprio na tipologia do conto, são desprovidas de densidade interior, figuras planas²⁹, com parca caracterização que, quando existe, é sobretudo indireta, pois sabe-se o que são pelas ações praticadas. Do esquema do conto de Saramago sobressai a simplicidade e o sincretismo.

No que diz respeito à dinâmica da narrativa, a estruturação dos contos foi alvo de análise por Courtès que os estrutura internamente em três momentos: a *prova qualificadora*, a *prova decisiva* e a *prova glorificadora*³⁰. Cristina Macário Lopes, seguindo o modelo de Larivaille³¹, opta pela divisão da narrativa em cinco momentos/estados: *estado inicial*, *perturbação*, *transformação*, *resolução* e *estado final*³².

Em *O Conto da Ilha Desconhecida* de Saramago, o *estado inicial* corresponde à *falta* do barco para encontrar a ilha, iniciando-se de seguida o estado de *perturbação*, que é a força que vem romper com a situação de *falta* e que corresponde, neste conto, ao momento em que o homem, tendo-se dirigido ao rei com uma petição, vê satisfeito o seu objetivo. Em posse do barco, inicia-se a inquietação da viagem e os preparativos para ela. É este o momento designado como *transformação*, que permite a *resolução*: a personagem passa efetivamente da impossibilidade de alcançar

²⁸ Id. 25.

²⁹ Reis; Lopes 2002.

³⁰ Courtès 1979:13.

³¹ Larivaille 1974:368-388.

³² Lopes 1978. Pode estabelecer-se um paralelo entre a divisão triádica de Courtès e a divisão quinária de Cristina Macário Lopes, sendo que a *prova qualificadora* corresponde ao *estado inicial* e à *perturbação* desse estado, a *prova decisiva* associa-se ao estado de *transformação* e de *resolução* e, por último, a *prova glorificadora* é, para Cristina Macário Lopes, o *estado final* que pode, ou não, corresponder à glorificação do herói (Soares 2013a:14).

o objetivo para a obtenção de meios que lhe permitam a realização da viagem. O desfecho do conto ou *estado final* fica em aberto, sem conclusões concretas ou definitivas.

O homem, depois de abandonado pelos marinheiros, apenas acompanhado pela mulher da limpeza, continua a sua viagem de autoconhecimento. Conclui-se, deste modo, que a *falta inicial* não é totalmente reparada ou equilibrada no *estado final*. O homem consegue o barco, mas não chega à ilha. A “ilha desconhecida” no *estado inicial*, cuja procura exige o percurso (que se pretendia coletivo) ou a viagem iniciática do herói, permanece desconhecida no termo da narrativa, o que faz deste conto a história de uma *busca*.

No que se refere ao quadro enunciativo, a onisciência não exclui uma certa cumplicidade do narrador com o protagonista: o homem que busca a ilha, primeiro coletivamente e, por fim, de modo isolado porque os marinheiros preferem ficar em ilhas conhecidas:

“O sol havia acabado de sumir-se no oceano quando o homem que tinha um barco surgiu no extremo do cais. Trazia um embrulho na mão, porém vinha sozinho e cabisbaixo. A mulher da limpeza foi esperá-lo à prancha, mas antes que ela abrisse a boca para se inteirar de como lhe tinha corrido o resto do dia, ele disse, Está descansada, trago aqui comida para os dois, E os marinheiros, perguntou ela, Não veio nenhum, como podes ver, Mas deixaste-os apalavrados, ao menos, tornou ela a perguntar, Disseram-me que já não há ilhas desconhecidas, e que, mesmo que as houvesse, não iriam eles tirar-se do sossego dos seus lares e da boa vida dos barcos de carreira para se meterem em aventuras oceânicas, à procura de um impossível”³³

Nesta narrativa para a infância³⁴, o comprometimento ideológico do autor empírico vai aflorando, aqui e além, na focalização do autor textual. O plano enunciativo inclui por vezes de modo explícito os comentários crítico-irónicos do narrador, com conotações sociológicas de cunho marxista, sobretudo no início do conto que tem um significado político-ideológico muito distante do simples *delectare*.

³³ Saramago 1999:39.

³⁴ *O Conto da Ilha Desconhecida* reeditado com ilustrações, em 2015, pela Porto Editora insere-se nas *Metas Curriculares de Português* e no *Plano Nacional de Leitura*. É obra de leitura recomendada no 8.º ano de escolaridade.

No limiar do texto, o narrador onisciente informa que a casa do rei tem muitas portas, cada uma com uma função distinta: a “porta das petições”, a “porta dos obséquios” e a “porta das decisões”. Mesmo para o leitor mais desatento, fica claro que estas portas têm uma carga simbólica de cunho político. A porta das petições, a que se dirige a personagem principal, quase nunca é aberta e os pedidos são atendidos por funcionários – em que se inclui a mulher da limpeza – inseridos num sistema de execução ineficaz. A porta dos obséquios é aquela em que o rei passa quase todo o tempo e, por fim, sabe-se da existência de uma porta que é raramente utilizada: a porta das decisões.

Verifica-se, neste passo, que inclui os comentários crítico-irônicos do narrador, uma clara intenção político-social, designadamente, pela crítica à burocracia na “porta das petições” e pela denúncia da prepotência das classes superiores. Recorde-se que o rei apenas se instala à porta dos favores que lhe concedem e ignora sucessivamente a porta dos pedidos que lhe fazem. A crítica alarga-se, mais adiante no texto, com uma referência subtil ao pouco uso da porta das decisões.

Uma vez que, em *O Conto da Ilha Desconhecida*, todo o processo de decisão política se faz pela abertura de portas, é possível desde logo contemplar o sentido simbólico de “porta” como “lugar de passagem entre dois estados (...) [com] valor dinâmico, psicológico; pois não só indica uma passagem como ela própria convida a atravessá-la. É o convite à viagem para um além”³⁵.

Cada porta é, em si mesma, um acesso, um descerramento, sendo que a primeira a ser descrita (a das petições) é aquela que se abre para a concretização da viagem do protagonista, que ambiciona um barco para partir em busca da ilha desconhecida. O que move este indivíduo é a crença na viagem, sendo esta facilmente associada ao sonho que “manifesta também a natureza complexa, representativa, emotiva, vectorial do símbolo”³⁶.

O sonho, capacidade própria do ser humano, leva o homem do barco a procurar fora de si o que quer realizar, sendo que essa busca se concretiza efetivamente numa viagem, seja esta de ordem concreta ou abstrata, de abertura ao mundo ou de autoconhecimento.

No plano do discurso, a personagem criada por José Saramago ambiciona encontrar a ilha desconhecida, algo que simbolicamente remete

³⁵ Chevalier; Gheerbrant 1982: 537.

³⁶ Id., 616.

para o desejo do homem do barco (uma vez nomeado “caravela”) de se mover e de se submeter constantemente a desafios, vencendo obstáculos para encontrar uma razão para a sua existência.

A ilha é outro símbolo que representa, no conto, a necessidade do homem e da mulher da limpeza de conhecer o desconhecido, de explorar as próprias limitações. Deste modo, quando o homem se dirige ao rei, é confrontado com as palavras do monarca que estabelece com ele um diálogo de surdos:

“Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido, dos que têm a mania das navegações, a quem não seria bom contrariar logo de entrada. A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas”³⁷.

Na verdade, a *ilha desconhecida*, sendo “um dos temas fundamentais da literatura, dos sonhos, dos desejos”³⁸, simboliza também o “refúgio onde a consciência e a vontade se unem para fugirem aos assaltos do inconsciente: contra as vagas do oceano, procura-se o socorro da rocha”³⁹. A viagem que, no plano do discurso, é a busca da ilha, no plano simbólico é a busca da centralidade do ser, o percurso iniciático do homem ao encontro de si mesmo: “a ilha, à qual apenas se chega depois de uma navegação (...), é o símbolo por excelência dum centro espiritual, e mais concretamente do centro espiritual primordial”⁴⁰. Pode dizer-se então que esta viagem é a história de uma procura, um percurso iniciático que encerra o propósito do *nosce te ipsum*.

O motivo da viagem que percorre a narrativa tem assim também contornos de viagem interior, e as personagens como os espaços – aparentemente reais e concretos – são funcionais, possuindo uma significação simbólica. Na lógica deste contexto, o homem, figura central do conto, que surge inominado, é concebível como “síntese do mundo”, é uma representação do homem universal.

Presente na narrativa de modo indireto mas, ainda assim, perceptível, está também a noção de luta de classes, que se faz no conto através de personagens de feição simbólica que servem de metáfora à medida do ideal

³⁷ Saramago 1999:14-15.

³⁸ Chevalier; Gheerbrant 1982: 374.

³⁹ Id. 374.

⁴⁰ Id. 374.

marxista. O rei simboliza as classes sociais superiores. O homem do barco e a mulher da limpeza simbolizam as classes sociais mais desfavorecidas, o povo. O primeiro representa a opulenta aristocracia ociosa e os últimos figuram como povo trabalhador e construtor da história.

José Saramago, transpondo para uma época distante, em tempos de monarquia, a sua conceção da sociedade, critica – ainda e sempre – a época contemporânea, cuja política se centra na “porta dos obséquios”, onde os poderosos apenas atentam aos mais poderosos ainda, vendo as relações sociais como meios de alcance de prestígio e glória. Quanto à “porta das petições”, quase nunca é frequentada pelo rei que menospreza os apelos do povo,

“quem ficava a ganhar com este artigo do regulamento era o rei, dado que, sendo menos numerosa a gente que o vinha incomodar com lamúrias, mais tempo ele passava a ter, e mais descanso, para receber, contemplar e guardar os obséquios”⁴¹.

Outra porta que raramente é aberta pelo poder é a “porta das decisões” e, quando aberta, consagra-se à burocracia. Para obter deferimento, qualquer pedido, solicitação ou reivindicação, antes de chegar ao rei, teria de passar por diversos indivíduos, o que aponta para uma crítica ao impasse político:

“Então, o primeiro-secretário chamava o segundo-secretário, este chamava o terceiro, que mandava o primeiro-ajudante, que por sua vez mandava o segundo, e assim por aí fora até chegar à mulher da limpeza, a qual, não tendo ninguém em quem mandar, entreabria a porta”⁴².

Esta passagem espelha efetivamente uma censura política, aqui explícita, além velada, quer através da evasão temporal (refere chefias monárquicas) quer através da materialização de problemáticas como a burocracia ou a inércia representadas nas portas, quase sempre fechadas, “das petições” e “das decisões”. Na verdade, Saramago transporta as questões burocráticas de sistemas atuais para indivíduos e objetos concretos posicionados nos cânones do *illo tempore*, o que confere aos assuntos a atemporalidade onde cabem todas as épocas.

⁴¹ Saramago 1999: 11.

⁴² Id. 9.

Contudo, as particularidades significativas do conto não se ficam por aqui, e cada frase revela asserções importantes para a compreensão da personagem e do autor por detrás da sua criação. Como já referido, a busca da ilha levada a cabo pela personagem principal assume-se como viagem interior. Contudo, tal ilação é produto de observações consequenciais até ao momento em que, através da fala da própria personagem, o tema é abertamente revelado: “quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou quando nela estiver (...) Se não saís de ti, não chegas a saber quem és (...)”⁴³.

A continuação do trecho apresentado, manifestando a extensão da ideia defendida, é também digna de realce, uma vez que, através da intertextualidade estabelecida com o poema “Noite”, de *Mensagem*, de Fernando Pessoa⁴⁴, revela uma identificação projetiva do próprio homem com a ilha: “todo o homem é uma ilha (...) é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós, se não saímos de nós próprios”⁴⁵.

O *sair de si* como forma de encontro do *eu* está também presente na história pela intromissão do elemento feminino com a função *adjuvante*, que age em sincretismo actancial com o *sujeito*. Encontram-se assim o homem e a mulher da limpeza em cumplicidade, assinalada pelo determinante possessivo usado para referir o barco que permite a navegação: “É realmente bonita a *nossa* caravela”⁴⁶.

É através da mulher (ex-empregada de limpeza do rei) que Saramago veicula a importância da firmeza e determinação no ser humano. Isto revela-se no texto pela tomada de decisão da mulher de partir com o homem do barco para o indeciso: “Nunca me riria de quem me fez sair pela porta das decisões”, sabendo-se, logo a seguir, que ambos partem para “uma viagem como esta, que não se sabe aonde [os] levará”⁴⁷.

A partida para o ignoto causa medo. Mesmo os marinheiros (que tinham recebido uma proposta de mudança que lhes traria benefícios) recusaram-se, por fim, a viajar perante a incerteza do desconhecido. Apenas o homem e a

⁴³ Id. 27. Recorde-se que José Gil e Eduardo Lourenço perfilam este alinhamento ideológico nas suas teorias e estudos da cultura portuguesa (Cf. Gil 2005: 26; Lourenço 2004: 162).

⁴⁴ Pessoa 1990: 121.

⁴⁵ Saramago 1999: 27-28.

⁴⁶ Saramago 1999: 30. Itálicos nossos.

⁴⁷ Ibid. 30.

mulher da limpeza enfrentam a instabilidade da aventura: “faremos menos barulho (...) Mas baloiçaremos muito mais”⁴⁸. A instabilidade associada à ausência de barulho traduz, uma vez mais, a ideia de modificação interior, dado que a viagem ao interior de si mesmo é pouco visível no exterior (“faremos menos barulho”) mas é, efetivamente, a que mais modifica o *ser* e o *estar* (“baloiçaremos muito mais”). A relação das duas noções (*barulho/ação*) é estabelecida pelo herói através da coordenada adversativa “mas”, constituindo-as, deste modo, como lados opostos. Barulho não é ação, ficando assim clara a ideia de concretização efetiva do *ser* (“baloiçaremos...mais”), só que desligada da exteriorização pela manifestação (“menos barulho”).

O ser humano que o presente artigo vem debatendo, que se apresenta, sumariamente, na busca da ilha, é enriquecido com complexidades psicológicas inerentes: ao lado do ser masculino encontra-se o ser feminino, apresentados pelo narrador numa vivência complementar de projeto comum. Essa complementaridade chega ao leitor através de subtilezas momentâneas como: “A mulher voltou atrás (...) o que não tenho é fósforos, Eu tenho, disse o homem”⁴⁹.

A relação de amor que une as personagens para além do projeto comum é também explorada no conto, muito embora sejam analisadas as visões distintas de cada género: o masculino e o feminino. O amor que o homem do barco e a mulher da limpeza sentem desenha-se de modo diferente no quadro de intenções psicológicas: “o que ele pensou, É bonita, mas o que ela pensou, sim, Vê-se bem que só tem olhos para a ilha desconhecida, aqui está como as pessoas se enganam nos sentidos do olhar (...)”⁵⁰.

Na continuidade do processo de enamoramento, o narrador onisciente e participante assemelha-se à própria personagem masculina, agindo em conformidade, através de comentários e justificações, com uma focalização em que emerge uma identificação projetiva:

“ele quis dizer o mesmo doutra maneira, Que tenhas sonhos felizes, foi a frase que lhe saiu, daqui a pouco, quando lá estiver em baixo, deitado no seu beliche, vir-lhe-ão à ideia outras frases, mais espirituosas, sobretudo mais insinuantes, como se espera que sejam as de um homem quando está a sós com uma mulher”⁵¹.

⁴⁸ Id. 31.

⁴⁹ Id. 32.

⁵⁰ Id. 32-33.

⁵¹ Id. 33.

Chegado a este ponto, o autor textual dá abertura à segunda parte da narrativa através do domínio do sonho, que “é um prestidigitador hábil, muda as proporções das coisas e as suas distâncias, separa as pessoas, e elas estão juntas, reúne-as, e quase não se vêem uma à outra”⁵².

O sonho, na indefinição espaço-temporal que o caracteriza, apresenta elementos com cargas simbólicas significativas. É uma descida ao inconsciente, onde estão presentes ideias, objetos e seres como as “plantas”, os “animais” e as “três velas triangulares”⁵³. As velas, ao possuírem este número e esta forma, confirmam efetivamente a *perfeição* da viagem no sonho do homem. Também as plantas e os animais no interior do barco, mencionados em variedade, constituem uma subtil referência intertextual à *arca de Noé*. Apesar disso,

“não se lembrava de quando os tinha trazido para o barco, fosse como fosse era natural que ali estivessem, imaginemos que a ilha desconhecida é, como tantas vezes o foi no passado, uma ilha deserta, o melhor será jogar pelo seguro”⁵⁴.

Esta ideia de construção de uma nova civilização pós-diluviana – ainda que em sonho do protagonista – revela a ambição autoral de criação de uma sociedade *outra*.

A cumplicidade do narrador com a personagem – adotando por vezes uma focalização interna – é inequívoca, quando a voz de enunciação afirma: “está claro que isto só pode ser um sonho, na vida real nunca se viajou assim”⁵⁵. Fica aqui esclarecido que esta viagem é intelectual, uma vez que o narrador afirma a impossibilidade da concretização real da mesma. A viagem nunca se chegará a iniciar pelo mar como sonho comum e coletivo, pois sem marinheiros não é possível navegar.

Num estado alternado entre a lucidez e a inconsciência, o homem do barco assimila tudo à sua volta, demonstrando um acentuado contraste entre o real e o abstrato, o concreto e o sonhado. Na esfera primeira, o herói vê-se abandonado, isolado, algo que contrasta com o sonhado:

⁵² Id. 33.

⁵³ Simbolicamente, o número três das “três velas” remete para a perfeição e o triângulo (composto por três lados) tem uma simbologia mística.

⁵⁴ Saramago 1999: 34.

⁵⁵ Id. 35.

“O homem do leme buscou com os olhos a mulher da limpeza e não a viu, Talvez esteja no beliche de estibordo, a descansar da lavagem da coberta, pensou, mas foi um pensar fingido, porque ele bem sabe, embora também não saiba como o sabe, que ela à última hora não quis vir, que saltou para o cais, dizendo de lá, Adeus, adeus”⁵⁶.

A ambição de criação de uma nova civilização na ilha desconhecida é reiterada novamente no texto através da referência a plantas e a sacos de terra transportados no barco. Assim, ao invés de levarem sementes, levam as plantas desenvolvidas, argumentando a favor da economia de tempo para a criação dessa nova era. Contudo, todas as expectativas de uma nova criação saem goradas, devido à atitude dos marinheiros que não ambicionam a ilha desconhecida e cujo horizonte é, afinal, limitado: “estão a pensar em desembarcar na primeira terra povoada que lhes apareça, desde que haja lá um porto onde fundear, uma taberna onde beber e uma cama onde folgar”⁵⁷.

Associada ao baixo horizonte de esperança encontra-se, consequentemente, a descrença da tripulação no sonho do homem do leme: “A ilha desconhecida é coisa que não existe, não passa de uma ideia da tua cabeça”⁵⁸.

Conclui-se, portanto, que, na esfera do inconsciente (o sonho), o homem é abandonado tanto pela mulher da limpeza como pelos marinheiros, assumindo assim abertamente a impossibilidade de levar a cabo a descoberta: “Sozinho, não serei capaz de governar o barco”⁵⁹. Com a saída massiva da tripulação, a caravela torna-se um campo agrícola, uma vez que ficam as árvores e a terra espalhada no chão:

“tinham-no deixado com as árvores, os trigos e as flores, com as trepadeiras que se enrolavam nos mastros e pendiam da amurada como festões. Por causa do atropelo da saída haviam-se rompido e derramado os sacos de terra, de modo que a coberta era toda ela como um campo lavrado e semeado, só falta que venha um pouco mais de chuva para que seja um bom ano agrícola”⁶⁰.

⁵⁶ Id. 35.

⁵⁷ Id. 36.

⁵⁸ Id. 37.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Id. 38.

Simbolicamente, a referência às árvores e à terra representa a possibilidade humana de crescimento interior a partir da experiência: “símbolo da vida, em perpétua evolução, em ascensão para o céu, a árvore evoca todo o simbolismo da verticalidade”⁶¹. Assim, o “bom ano de colheita”, consequência da “chuva”, é o ser humano que, em crescimento interno e acompanhado de fatores externos favoráveis, encontra a possibilidade de alcance de bons resultados, como a terra semeada e fertilizada se torna seara e chega à colheita:

“basta que o vento sopra nas copas e vá encaminhando a caravela ao seu destino. É uma floresta que navega e se balanceia sobre as ondas, uma floresta onde, sem saber-se como, começaram a cantar pássaros, deviam estar escondidos por aí e de repente decidiram sair à luz, talvez porque a seara já esteja madura e é preciso ceifá-la”⁶².

Tudo ocorre, porém, nesta segunda parte do conto, no domínio do sonho, sendo que o “acordar”, a ligação ao real, ocorre já nas últimas linhas, depois da transmutação da caravela em ilha, metáfora da transformação do homem e da mulher que se alcançam um ao outro. É dada, assim, abertura à terceira e última parte: “Acordou abraçado à mulher da limpeza, e ela a ele”⁶³.

A viagem do “homem que tinha um barco” e que pensava coletivamente partir com “os marinheiros” em busca da “ilha desconhecida” será uma viagem para uma nova descoberta. E far-se-á de novo, como no apogeu quinhentista, mas agora simbolicamente, pelo mar, que representa o percurso do herói e a “dinâmica da vida”⁶⁴. O mar, sendo um “lugar de nascimentos, transformações e renascimentos [...]” simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informais e as realidades formais, uma situação de ambivalência, que é a da incerteza, da dúvida, da indecisão, e que pode terminar bem ou mal”⁶⁵. Neste contexto, “o homem do barco” de Saramago aproxima-se da personagem central dos contos tradicionais, em que

“O herói, através das provas que vence, não descobre o real; apenas demonstra o seu carácter e as suas aptidões. E, desde o início do conto, é apresentado

⁶¹ Chevalier; Gheerbrant 2002 : 89.

⁶² Saramago 1999:39.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Chevalier; Gheerbrant 2002: 439.

⁶⁵ Id. 439.

ao leitor/ouvinte na totalidade (...). As provas qualificadoras por que passa apenas existem para definir o que ele é: um errante perpétuo⁶⁶.

O conto termina em aberto, ao invés da maioria dos contos tradicionais ou para crianças, que concluem com a *prova glorificadora*⁶⁷.

A *caravela* que ainda nem saíra do cais com os seus dois únicos passageiros é, então, pintada em letras brancas, a cor associada à paz, e “pela hora do meio-dia, com a maré, A Ilha Desconhecida fez-se enfim ao mar, à procura de si mesma”⁶⁸.

Termina a leitura, inicia-se mais uma viagem. Todo o homem viajará enquanto for capaz de sonhar. É o sonho – representação ficcionada do real – que torna possível a aventura e viabiliza a viagem do homem para a Ilha, um percurso que é o encontro do *si-mesmo*, quer ele saia do lugar, quer não.

Bibliografia

- Alegre, M. (2007), *Doze Naus*. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Camões, L. (2000), *Os Lusíadas*. (Pref. Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões.
- Chevalier, J.; Gheerbrant, A. (2002), *Dicionário de Símbolos*. Lisboa: Edições Teorema.
- Costa, D. P.; Gomes, P. (1976), *Introdução à Saudade*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Courtès, J. (1972), “De la description à la spécificité du conte populaire merveilleux français”. *Ethnologie Française*, II, 1-2: 9-42.
- Courtès, J. (1979), *Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Gil, J. (2005), “Somos um país de invejosos” (entrevista conduzida por Catarina Pires no pré-lançamento do livro de José Gil, *Portugal, hoje – medo de existir*). *Notícias Magazine*, suplemento integrante do *Jornal de Notícias*, n.º 264, (20 de Fev.): 19-26.

⁶⁶ Soares 2013 a:25

⁶⁷ Courtès 1979: 13

⁶⁸ Saramago 1999: 39

- Gomes, P. (1970), “Mitificação e desmitificação da Índia”, in *Fenomenologia da cultura portuguesa*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar:131-132.
- Greimas, A. J. (1966), “Eléments pour une théorie de l’interprétation du récit mythique”. *Communications*, 8 : 28-59.
- Larivaille, P. (1974), “L’analyse (morpho)logique du récit”. *Poétique*, 19: 368-388.
- Lopes, A. C. M. (1987), *Analyse sémiotique de contes traditionnels portugais*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Literatura da Universidade de Coimbra.
- Lourenço, E. (2004), “Lá fora e cá dentro ou o fim de uma obsessão”, in *Destroços – O Gibão do Mestre Gil e Outros Ensaios*. Lisboa, Gradiva: 162-166.
- Lourenço, E. (2010), *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Martins, J. C. de O. (2003), “A Literatura Trágico-Marítima e a Literatura Contemporânea”: 1-20. Disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candid03.htm> Consultado em 15-10-2016.
- Mendes, J. (s./d.), *Literatura Portuguesa IV*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Pessoa, F. (1912), “A nova Poesia Portuguesa”. *A Águia*, 2.ª série, 12: 191.
- Pessoa, F. (1990), *Mensagem e Outros Poemas Afins* (Introdução, organização e bibliografia actualizada de António Quadros). Mem-Martins: Europa-América.
- Propp, V. (2003), *Morfologia do Conto*. Lisboa: Editorial Vega.
- Quadros, A. (1982/1983), *Poesia e Profecia do Mito Sebastianista. D. Sebastião em Portugal e no Brasil*, 2 vols. Lisboa: Guimarães editores.
- Real, M. (2011), *Introdução à cultura portuguesa*. Lisboa: Grupo Planeta.
- Reis, C.; Lopes, A. C. M. (2002), *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Saramago, J. (1999), *O Conto da Ilha Desconhecida*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Soares, M. L. C. (2007), *Profetismo e espiritualidade de Camões a Pascoaes*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Soares, M. L. C. (2013)a, *Considerações Gerais sobre a Literatura Tradicional de Transmissão Oral (Uma proposta de análise à versão portuguesa de “A Gata Borralheira”)*, n.º 41. Vila Real: UTAD.
- Soares, M. L. C. (2013)b, “O mito henriquino de ressonâncias marítimas: *Os Lusíadas* e a *Peregrinação*”. *Pólis e Cosmópolis*, n.º 29. (Publicado Sex, 25 Jan 2013 14:36). 19 págs. Consultado em 18.05.2016.

<https://itunes.apple.com/pt/itunes-u/polis-e-cosmopolis/id567084297?mt=10>

Repositório:

http://itunesu-repository.uc.pt/itunesu/pages_collections/104100-1.html

Soares, M. L. C. (2013)c, “A onnipresença do mar na cultura portuguesa: sua expressão na literatura”, *Nova Águia. Revista de Cultura para o século XXI. O Mar e a Lusofonia*. “Da minha língua vê-se o mar”, 11: 8-16.

RECENSÕES

(Página deixada propositadamente em branco)

BILRO, Sherley, *Vinho, Genebra e Champanhe. Diz-me o que bebes, dir-te-ei quem és*, 146 pp., Curitiba, Juruá Editora, 2015, ISBN: 978853625483-8

Recensão recebida a 17-04-2017 e aprovada a 16-05-2017

A gastronomia em Eça de Queirós é um tema suficientemente estudado, debatido, divulgado e muito já se escreveu sobre os ‘prazeres da mesa’ na obra do escritor. Existe mesmo um *Dicionário de Gastronomia Queirosiana*, da autoria de Dário Alves¹, publicado há já uma década, e alguns roteiros de Enologia lhe foram consagrados. A atenção que tem sido dedicada à gastronomia e enologia queirosianas decorre, naturalmente, do vasto espaço que elas ocupam na obra do romancista (são cerca de 4500 as alusões à comida e à bebida e os seus grandes romances possuem diversas *ceias de mesa*), mas é também consequência da sedução do leitor perante a habilidade estilística do romancista que se perde em descrições quase fotográficas dos *menus*, das atitudes dos convivas, das sensações, dos sabores e das fragrâncias.

Todos os anos, em várias universidades do mundo, são feitas teses e dissertações académicas sobre este tema. O livro cuja leitura aqui se apresenta é precisamente o resultado de um desses trabalhos académicos: enquanto estudante do Mestrado em Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Shirley Bilro desenvolveu uma tese, que defendeu com sucesso em 2014, sobre a importância diegética e temática da bebida no universo romanescos de Eça de Queirós.

No entanto, a escolha do título – *Vinho, Genebra e Champanhe. Diz-me o que bebes, dir-te-ei quem és* – poderia ter sido mais cuidada: esperava-se que, num enunciado desta natureza, houvesse alguma referência à obra ou ao escritor trabalhado. Um leitor menos prevenido pode facilmente ser induzido em erro, pensando tratar-se de um ensaio sobre enologia ou um

¹ Alves, 1992.

tratado vinícola. Esta opção, claramente comercial, prejudica, em nosso entender o livro, pois trata-se de um título que distorce em parte o conteúdo da obra, obliterando o seu núcleo temático que é, afinal, Eça de Queirós e a sua obra.

Esta estratégia – pressupondo tratar-se de uma opção deliberada – não se compagina com o facto de a autora pouco ter alterado a versão original do seu texto, já que, quer do ponto de vista da estrutura, quer do ponto de vista discursivo, o livro mantém as características de trabalho académico. Constituído por três capítulos, enquadrados por uma introdução e conclusão, rematando com vasta e completa bibliografia final, a obra segue a lógica de uma tese. Não é, portanto, um livro destinado ao grande público: é um trabalho universitário, que se assume como tal, sobre um conjunto de obras de Eça de Queirós, olhadas sob um prisma cultural e societal e epistemologicamente enquadrado nos emergentes estudos de alimentação.

Nesse sentido, trata-se de um contributo interessante para o estudo interdisciplinar de um dos grandes autores da literatura portuguesa: Shirley Bilro oferece um passeio por quatro dos grandes romances queirosianos – *O Crime do Padre Amaro*, *Os Maias*, *A Cidade e as Serras* e *A Capital!* –, guiado pelas referências a três bebidas nucleares – o vinho, a genebra e o champanhe.

No capítulo inicial, a autora incorpora e desenvolve os pressupostos teóricos, chamando à colação todo o aparato crítico para se compreender a evolução da estética queirosiana. Parece-nos, no entanto, que esta incursão deveria ter merecido um trabalho mais aturado e circunstanciado, para que se compreendesse melhor a sua ligação à análise empírica. Além do mais, nem sempre as fontes consultadas são as mais fidedignas, nomeadamente no que diz respeito à bibliografia ativa: por exemplo, não se percebe por que motivo, para explicar as diferentes versões de um romance como *O Crime do Padre Amaro*, se tenha preterido a obra de referência de Ernesto Guerra da Cal em função de outra secundária e menos credível; a escolha das edições das obras do autor também deveria ter sido mais criteriosa.

Os capítulos seguintes são claramente aqueles que valorizam este livro: aqueles em que a autora se dedica à análise dos textos, demonstrando a íntima relação entre a bebida e a construção diegética e temática dos romances em análise. Se as potencialidades das cenas gastronómicas ecianas – estruturação do ambiente moral e material, figuração das personagens, desenvolvimento das narrativas e exercício da crítica e da sátira – foram já objeto de estudo circunstanciado por autores como Isabel Pires de Lima (1997), Beatriz Berrini (1995 e 1997), Ana Luísa Vilela (1997 e 2012) e José de Andrade (2012 e

2014), este livro de Shirley Bilro tem uma clara dimensão completa, ao privilegiar a bebida e a sua funcionalidade ética e estética.

Acresce ainda o facto de a autora conseguir operar num horizonte epistemológico verdadeiramente interdisciplinar – o que, infelizmente, não costuma ser prática corrente no âmbito das ciências sociais e humanas –, cruzando o universo dos estudos culturais sobre alimentação com os estudos literários. Esta é, em nossa opinião, a maior virtude deste livro.

Referências bibliográficas

- Alves, Dário (1992), *Era Tormes e Amanhecia – Dicionário Gastronómico Cultural de Eça de Queiroz*, Lisboa: Livros do Brasil.
- Andrade, J. (2014), “Um jantar acaciano: na medida para a crítica gastronômica da burguesia lisboeta”, *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*. Vol. 6, n.º 12, abril: 79-95.
- Andrade, J. (2012), “Comer e comer: um verbo dos (re)cortes em O Crime do Padre Amaro”, *Pindorama. Revista Eletrônica Científica do IFBA*, n.º 3, julho – dezembro: 33-45.
- Berrini, B. (1995). *Comer e Beber com Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- Berrini, B.; modesto, M. L. (2014), *Comer e Beber com Eça de Queiroz*, Lisboa, Alêtheia Editores / Fundação Eça de Queiroz.
- Lima, I. P. (1995), “Fulgurações e Ofuscações de Eros: O Primo Basílio”, In *Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos, 150 Anos com Eça de Queirós*, S. Paulo, USP, 715-721.
- Vilela, A. L. (2010). “Le corps et le roman: l’allusion culinaire et la représentation des repas dans *Os Maias*, de Eça de Queirós”, in Buschinger, D. (ed.), *Banquets et convivialité*. Actes du Colloque international des 3, 4 et 5 mars à la Maison de la Culture d’Amiens, pp. 173-178.
- Vilela, A. L. (2012) “Alguns factores de erotização discursiva n’Os Maias, de Eça de Queirós”, In: Vilela, A. L., Esteves, E. e Marçalo, M. J., *Ultrapassando Fronteiras. Estudos de Literatura e Cultura Lusófonas*, col. LITERATURA 5, Edição Centro de Estudos em Letras, Universidade de Évora, pp. 153-160.

ANA TERESA PEIXINHO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CEIS20 | CLP

apeixinho71@gmail.com

orcid.org/0000-0002-4533-7921

https://doi.org/10.14195/2183-1718_70_7

BRAGA, Isabel Drumond, *Sabores e segredos. Receituários conventuais portugueses da Época Moderna*, 416 pp., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, ISBN: 978-989-26-1079-5

Recensão recebida a 26-05-2017 e aprovada a 12-06-2017

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga es una historiadora interesada por la historia en su sentido más amplio. Ha estudiado temas muy diversos, desde la Inquisición y la parenética a las relaciones internacionales y la vida cotidiana, se ha movido a través de tiempos largos, de la edad media a la edad contemporánea, y por espacios muy extensos que abarcan el Viejo y el Nuevo Mundo. En ese marco se inserta una de sus especialidades más destacadas, la historia de la alimentación. También es muy amplia su experiencia académica. Actualmente es Profesora de la Facultad de Letras de la Universidad de Lisboa y miembro del proyecto DIAITA.

Su brillante trayectoria se refleja en *Sabores e segredos*, una obra de plenitud, llena de experiencias propias y de referencias documentales y bibliográficas. El subtítulo de *Sabores e segredos*, manifiesta uno de los méritos principales de la obra: *Receituários conventuais portugueses da Época Moderna*. La autora ha recuperado dos interesantes recetarios conventuales del siglo XVIII, hasta ahora inéditos. Se trata de un recetario de cocina masculino, de la orden franciscana, el *Livro Arte de Cozinha para se governarem os que curiosamente quizerem guizar. Feyto pello padre frei Manoel de Santa Thereza (...) he do uzo do irmão frei Theodoro de Santa Anna...* (Lisboa, B.N.P., Cod. 11390). Y de otro recetario femenino, un texto sin autor ni título, perteneciente a las religiosas de la Visitación. (Lisboa, A.N.T.T., Manuscritos da Livraria, n.º 2403).

Solo la publicación de estos dos recetarios ya supone un gran servicio a la historia de la alimentación y a la historia en general. Por mucho tiempo un recetario de cocina se veía en la comunidad académica como una curiosidad. Desde mediados del siglo XX, el nuevo impulso dado a la historia de la alimentación, especialmente en Francia por la Escuela de Anales, llamó la atención hacia la importancia del hecho alimentario en la historia de la humanidad, especialmente interpretado en sentido económico y social. Posteriormente el giro cultural de la historiografía dio valor de fuente histórica a los recetarios de cocina. En los años ochenta y noventa

muy sobresaliente fue la contribución de Jean-Louis Flandrin y su escuela² Fue esencial la obra de otro historiador francés, Bruno Laurioux. Se doctoró en la Universidad Paris 1 Panthéon-Sorbonne con una tesis titulada : « Les Livres de cuisine en Occident à la fin du Moyen Âge » (1992). Numerosas fueron las publicaciones derivadas, especialmente sus dos libros: *Le règne de Taillevent: livres et pratiques culinaires à la fin du Moyen Âge*,³ y *Les livres de cuisine médiévaux*⁴.

Actualmente el estudio serio y riguroso de los recetarios de cocina está plenamente reconocido en la comunidad académica y es una de las líneas clásicas de la historia de la alimentación. Hay espléndidos trabajos en muchos países, pero queda todavía mucho por hacer, por lo que la aportación de Isabel Drumond Braga en su libro *Sabores y Segredos* debe ser acogida con gran beneplácito y satisfacción.

Isabel Drumond Braga no solo da a conocer dos nuevos e interesantes recetarios, que incluye completos en apéndice, sino que los transcribe, los analiza, los interpreta y los inserta en el marco de la historia de la alimentación y en la historia general, a escala de Portugal y a escala universal. No se limita a hacer un estudio en profundidad, sino que establece comparaciones y relaciones entre ellos y con algunos otros recetarios más o menos próximos en el tiempo y en el espacio, y así enriquece el panorama general y sitúa a los recetarios estudiados en sus justos términos. La cocina de los monasterios y conventos generó una interesante literatura culinaria, sobre todo en el siglo XVIII, normalmente textos manuscritos, aunque también en algunos casos libros publicados, como sucedió en España con el famoso *Nuevo Arte de Cozina*, sacado de la escuela de la experiencia económica. Obra de Juan Altamiras, nombre que es el seudónimo de un fraile franciscano aragonés, fray Raimundo Gómez, natural de La Almunia de Doña Godina, que fue cocinero en el convento de San Diego en la ciudad de Zaragoza. Publicado

² J.-L. Flandrin y O. Redon, “Les livres de cuisine italiens des XIV^e et XV^e siècles”, *Archeologia Medievale*, VIII, 1981, pp. 393-408. *Le Cuisinier français*. Textes présentés par J. L. Flandrin, Philip et Mary Hyman. Paris, Montalba, 1983, 543 pp. Col. Bibliothèque bleue. 16-2-24039 (4). J.-L. Flandrin, “Livres de cuisine et innovation alimentaire, 14e-18e siècles”, *Autrement*, núm. 108, Septiembre de 1989, pp. 68-74. *Chronique de Platine. Pour une gastronomie historique*. Paris, Editions Odile Jacob, 1992.

³ Paris, Publications de la Sorbonne, 1997.

⁴ Turnhout, Brepols, 1997.

en Madrid el año 1745, fue en España el libro de cocina más popular a lo largo del setecientos y gran parte del ochocientos.⁵

Los recetarios monásticos y conventuales no sólo nos proporcionan un buen conocimiento de la alimentación en las órdenes religiosas, sino que constituyen una interesante vía de aproximación a la realidad de la alimentación general de la sociedad. Sabores y Segredos representa, pues, mucho más que la publicación de dos recetarios inéditos. Supone una importante contribución al conocimiento de la vida conventual portuguesa y de la sociedad del siglo XVIII.

Isabel Drumond Braga, que conoce bien el mundo del clero en la edad moderna, tema que ha investigado desde diversos puntos de vista, ofrece en esta obra interesante información desde la perspectiva del hecho alimentario. Y aporta, además, relaciones muy interesantes entre la alimentación religiosa y la alimentación de otros estamentos y grupos sociales, tanto de las clases altas, como de las clases populares.

La autora plantea un gran tema, sobre los orígenes y vías de difusión del hecho cultural, un tema que se refleja en la alimentación y muy especialmente en los recetarios de cocina y que el conocimiento profundo de los circuitos concretos de relación de las recetas puede contribuir a comprender mejor. Un tema que invita a muchas reflexiones

No es fácil de resolver, pero resulta muy interesante pensar si las recetas que aparecen en los recetarios conventuales se originaron en el convento o más bien proceden del bagaje alimentario común y pasaron a los conventos desde las cocinas familiares, desde ámbitos profesionales como el de los confiteros, en definitiva, desde la sociedad. Posiblemente ese intercambio de saberes culinarios se realizó repetidamente a través del tiempo, en múltiples direcciones, introduciéndose cambios, en función de las influencias recíprocas.

Naturalmente no todo se reduce a los recetarios. Un sistema alimentario es mucho más amplio y complejo. Pero los recetarios, en cuanto códigos que fijan una imagen de la alimentación en un lugar y en un tiempo concretos, pueden resultar muy útiles como referente.

Recetarios estrictamente originales no había muchos en la época moderna. En algunos casos los libros de cocina se realizaban compilando recetas de otros libros y de procedencias diversas, transmitidas por tradición

⁵ Juan Altamiras: *Nuevo Arte de Cocina*, Madrid, Joseph García Lanza, 1745. Edición actual, Huesca, La Val de Onsera, 1994

familiar o reunidas a partir de personas o lugares conocidos. Hay que hacer un análisis muy afinado para distinguir, hasta donde sea posible, lo ya conocido de lo verdaderamente nuevo, para poder trazar las vías de rupturas y transformaciones.

Son muchas las reflexiones que suscita el libro de Isabel Drumond Braga, Sabores y secretos. Hay que felicitar a la autora por el buen trabajo realizado. Es una obra importante por lo que aporta y también por las perspectivas que abre a nuevos trabajos sobre la historia de la alimentación.

MARÍA DE LOS ÁNGELES PÉREZ SAMPER
Universidad de Barcelona
angelesperez@ub.edu
orcid.org/0000-0002-3465-223X
https://doi.org/10.14195/2183-1718_70_8

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, *Contributos para a História da Alimentação Algarvia a partir das atas de vereação de Loulé (1384-1488)*, 143 pp., Faro, Direção Regional de Cultura do Algarve, 2016, ISBN: 978-989-99521-6-4

Recensão recebida a 05-06-2017 e aprovada a 12-06-2017

O livro que é objecto desta recensão teve como base a dissertação de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, defendida pela Autora em 2014. As oito dezenas de obras citadas na Bibliografia refletem, consistentemente, o que em Portugal se tem escrito sobre o tema e a Autora recorreu a fontes documentais de Trezentos e Quatrocentos (1384-1488) existentes no Arquivo Municipal de Loulé, nomeadamente às atas de vereação do concelho, de que publica excertos, acompanhados de quadros e gráficos referentes aos dados resultantes da sua análise, em anexo (pp. 100-135).

Os capítulos 2, 3 e 4 constituem o núcleo do estudo, que parte de uma ampla observação da medievalidade louletana (capítulo 2) acompanhada *pari passu* pela análise circunstanciada das fontes, que permitiram à Autora olhar sucessivamente para o que designa como “trilogia consagrada”, expressão que se refere ao pão, ao azeite e ao vinho (capítulo 3), para seguidamente considerar a produção e consumo dos produtos hortofrutícolas, bem como o consumo e comércio de carne e de peixe, a que alia um apontamento sobre o sal (capítulo 4).

Vejamus então, de forma mais circunstanciada: em reflexão que a Autora expõe na sua Apresentação (p. 19-), a alimentação e a sua escassez constituíram natural motivo de preocupação em todos os tempos, o que bem justifica a sua inclusão entre as “obras de misericórdia” de que as confrarias medievais cedo se fizeram eco. O século XIV foi justamente um dos mais afectados por epidemias e fomes que, suscitando temores e morte, tiveram o seu contraponto nas práticas assistenciais aos doentes como aos pobres, alicerçadas nos ditames da religião cristã: “dar de beber a quem tem sede e de comer aos que têm fome” que eram, na verdade, acções primordiais de caridade.

A dinâmica e multifacetada população da vila louletana é apresentada no capítulo 2, particularmente nos quadros em que se plasmam as diversas funções exercidas no âmbito da administração concelhia e em officios que se prendem com o quotidiano, acompanhadas dos nomes dos homens que as praticaram (pp. 33-38), como sejam o corretor e o físico ou, noutro plano, o cenoureiro, de que não conhecemos outro exemplo. A onomástica da população da vila e termo poderia ter aqui um excelente ponto de partida como base para um estudo antroponímico que, decerto, daria a conhecer novos aspectos da população de Loulé medieval – assim o deixa implícito a Autora (p. 44).

A sua privilegiada localização geográfica proporcionava quer a actividade agrícola, com destaque para as culturas da oliveira, da figueira e da vinha, quer a actividade piscatória, que fornecia um dos alimentos preferenciais. Mas, não sendo esta uma terra propícia ao cultivo de cereais, foi a escassez de pão uma das questões mais debatidas na vereação, e com ela entramos na “trilogia” do capítulo 3. Importado de diversas regiões, em tempos amargos de carência, o preço dos cereais era questão candente a que a vereação atendeu com firmeza, quer tabelando preços, quer privilegiando a venda aos da vila, quer proibindo outras culturas ou diferente uso das terras de sementeira, ainda que tais medidas suscitassem desagrado de alguns, ciosos das suas prerrogativas, e a tal propósito se refere a contenda que envolveu a exploração dos campos de Bilhas e que levou a intervenção régia. E assim perpassam outras questões, fossem elas referentes ao funcionamento dos moinhos, ao aproveitamento da água, à protecção das culturas ou à comercialização do cereal.

Somos chegados à olivicultura e à produção de azeite, 2.º elemento da “trilogia”, de variada utilização e produto mediterrânico por excelência, que terá tido na vila de Loulé um lugar de relevo (seis lagares pelo ano

de 1487). Mas aqui parecem ser diversas as preocupações espelhadas na documentação compulsada, pois é a actividade dos lagareiros e a qualidade da produção que suscitam mais ampla matéria legislativa – os quadros que revelam as situações irregulares e as respectivas coimas são eloquentes: a falta de vistoria aos lagares, a presença de gado que lesava a produção, os cortes de árvores e ainda a demora na moagem da azeitona, que prejudicava a qualidade do azeite, foram objecto de atenção. A “trilogia” fecha com o vinho, outro produto mediterrânico de longa tradição no nosso País. De novo se nos deparam as medidas de protecção, agora à cultura da vinha – a obrigação de afastar as colmeias “a mais de uma légua da vila” (p. 63), os cuidados com os cães e outros animais soltos nos vinhedos, os furtos de uvas e o seu transporte foram algumas das questões rigorosamente consideradas e de que resultou a fixação de pesadas coimas. A observância das determinações correspondia, pois, ao reconhecimento do valor da produção de vinho, presente na vida quotidiana – na alimentação, nas cerimónias litúrgicas ou nas práticas medicinais.

No capítulo 4 entramos no domínio dos “hortofrutícolas”, capítulo em que a Autora inclui considerações diversas também no que respeita ao consumo de carne e de peixe. Tendo partido, neste capítulo como nos anteriores, da fixação de áreas vocabulares que lhe serviram de fio condutor no seu percurso pela documentação que analisou, de entre as frutícolas e frutos o maior número de registos aponta para figueiras e figos, seguido de vinhas e uvas. Os figos secos e as passas já então eram um produto algarvio de excelência, cuja abundância e qualidade constituíram um bem de valor, não apenas no consumo local, mas também na comercialização. Assim se justificam os cuidados atentos à sua produção, com medidas similares às que se verificavam relativamente a outras culturas, como eram as relativas aos danos provocados por quaisquer animais soltos nas áreas cultivadas ou até pela “voragem” das abelhas, e as medidas tomadas quanto ao seu comércio não podiam deixar de estar presentes. De entre estas, é dado o devido realce às trocas comerciais com o exterior, nomeadamente com a Flandres, de onde se importava trigo por permuta com figos secos, nem sempre em boas condições, pois que por “*mallicia*”, “*em cima da peça booa fruita e na meetade [estavam] chouchos*”, situação que originou o protesto que foi registado na Vereação, em 1394, e que levou a novas medidas de protecção. Uma nota singular para o entrevistado plantio de roseiras, pois sendo a rosa objecto de cobiça, caberia ao infractor a conseqüente punição. É que, como lembra a Autora, o interesse pela

flor residia na sua ampla utilização – como cosmético e como fármaco e também na culinária.

Já que os produtos que consideramos estritamente hortícolas não se encontram discriminados, não se torna viável o conhecimento das espécies mais cultivadas e consumidas (provavelmente não muito diferentes das que continuam a fazer parte do nosso quotidiano), mas é interessante verificar a referência directa ao comércio da semente da mostarda.

Os registos respeitantes a “carne” forneceram maior soma de conhecimentos, já que no mesmo *item* se juntaram as questões da criação de animais (gado bovino, ovino e caprino, aves e coelhos), os locais de abate e de venda, os preços e ainda as datas aceites para o consumo de certas carnes, de acordo com as diferentes sensibilidades religiosas ou as suas determinações. Os dados recolhidos revelam a preferência pela carne de carneiro, atribuível à assinalável presença de judeus e muçulmanos no Algarve, e a abstinência de carne durante o período de interdição cristã não deixou de estar presente nas deliberações concelhias, com a proibição do seu talhe e venda, o que vedava o consumo a toda a população. A referida preferência pela carne de carneiro, em detrimento da carne de vaca deu origem, aliás, a uma questão que dividiu a vereação em 1468, a que a Autora consagra atenção (pp. 77-78), e, no que se reporta à criação de porcos, seria crível que alguma carne se destinasse ao consumo local, enquanto outra parte era exportada. A venda de gado, a sua fuga e os roubos de que podia ser objecto originavam a presença de adueiros (um dos quais tem o sugestivo nome de Domingos Aguilhão), cujas funções se encontravam fixadas. O consumo de carne sempre nos remete para os interditos religiosos, desde logo os islâmicos e judaicos, cujas comunidades se queixavam da venda de carnes misturadas, o que não permitia o seu imediato e indispensável reconhecimento, razão pela qual foram obrigados os talhantes a separar e identificar claramente as carnes. Acresce que a determinação relativa à expulsão do concelho do carniceiro que, por erro próprio, faltasse com o abastecimento de carne, constitui uma clara evidência da importância de se revestia o seu consumo.

A intensa actividade piscatória é reconhecida no elevado número de registos. De novo somos conduzidos à realidade das comunidades populacionais da região, cristã e judaica, e aos preceitos religiosos que elegiam o pescado como alimento preferencial e o único a ser admitido em épocas especiais. De destacar é a diversidade de peixes referidos, mais do que os números de registos que os referem: do “pescado de escama” (ou

simplesmente “pescado”) encontra-se sardinha, corvina, pargo, linguado e sável, distinto do chamado “pescado de couro”, em que se incluem a raia, a “auga” e o cação. De melhor qualidade o primeiro, mais caro e preferido, as questões atinentes à sua venda, preço e frescura tinham que ser devidamente geridas e controladas. E naturalmente, dizemos, com o peixe vem o sal, elemento fundamental do quotidiano, presente desde tempos recuados e de variada utilização. Presente está, mas não muito, nas actas de vereação consultadas, que mencionam tão-só a existência de “sainhas” (marinhas) perto da vila.

A interpretação das informações recolhidas, de acordo com o critério já enunciado, permitiu efectivamente abarcar aspectos diversos da dinâmica económica e social louletana na centúria considerada, e daí “formar uma imagem da alimentação medieval do território algarvio”. O crescente interesse pela “dieta mediterrânica” que é, desde 2013, Património Imaterial da Humanidade, tem neste livro mais um elemento de consulta e, embora se reconheça a parcimónia informativa das fontes em que se baseou, elas permitem definir a frugalidade das gentes, as suas necessidades e a sua coexistência.

MARIA ISABEL MIGUENS DE CARVALHO HOMEM
Universidade Autónoma de Lisboa
almisch@gmail.com
orcid.org/0000-0003-1082-7936
https://doi.org/10.14195/2183-1718_70_9

MILLER, Olivier; SANCHI, Luigi-Alberto, *Paris, carrefour culturel autour de 1500*, 324 pp., Paris, PUPS, 2016, ISBN: 979-10-231-0523-0

Recensão recebida a 16-05-2017 e aprovada a 08-06-2017

A obra *Paris, carrefour culturel autour de 1500*, editada por Olivier Miller e Luigi-Alberto Sanchi, recolhe as contribuições dos investigadores que participaram no colóquio “Le carrefour culturel parisien au tournant de 1500”, realizado em Março de 2015 na Sorbonne, com o apoio de várias entidades, entre as quais a Association V.L.Saulnier. Este volume colectivo divide-se em quatro partes, antecedidas não por uma introdução mas, significativamente, pelo artigo de Frank Lestringant “Le Paris des cosmographes (xvi^e siècle)”. De facto, a melhor forma de descrever a Paris

de 1500 é aproveitar as palavras de políticos-cronistas como Robert Gaguin, ou dos vários geógrafos-filólogos do tempo. Os “cosmographes”, abundantes numa Europa voltada para a expansão ultramarina, eram inspirados pelo humanismo renascentista, misturando a realidade visível com etimologias por vezes delirantes, no esforço – sobretudo entre os de nacionalidade gaulesa –, de encontrar no passado mítico e histórico da Antiguidade clássica um enquadramento fundador compatível com a grandeza crescente da capital de França.

Libertada da longa e destruidora Guerra dos Cem anos, unificada e agora imersa na disputa pelo controlo da Itália, eixo cultural do tempo, a Paris de 1500 era uma cidade livre para a grande política mundial e para a efervescente cultura humanística, prestes a sofrer os choques da Reforma e da Contra-reforma. Coerentemente, a concepção do volume *Paris, carrefour culturel autour de 1500* assenta na análise da circulação dos textos e dos contactos entre os intelectuais e as elites sociais – franceses e do resto do continente –, na “unité de lieu” dinâmica – “carrefour” – que é Paris.

A primeira parte é dedicada a “Les institutions et les réseaux”, sublinhando, nomeadamente, o enquadramento e influência da Sorbonne – “La place de Paris dans le réseau des Universités européennes vers 1500”, de Jacques Verger –, a importância da edição de textos marcantes, tanto intelectuais como populares – “Réseaux érasmiens autour de l’édition parisienne des *Adages* (1500)”, de Christine Bénévent; “Le *Praelum Ascensianum*: carrefour parisien, carrefour européen”, de Louise Katz; “Chanter sans partition à Paris vers 1500: les paroliers sans musique”, de Alice Tacalle –, e o papel de algumas personalidades – “Levèvre d’Étaples et le renouveau de l’enseignement universitaire parisien”, de Jean-Marie Flamand; “Le réseau européen des correspondants de Guillaume Budé”, de Cédric Vanhems.

A segunda parte – “Les sources et leur circulation” – acompanha o percurso dos textos antigos, sobretudo greco-latinos, mas também bíblicos, cuja tradução, normalmente relacionada com mecenas poderosos, é um sinal da pujança do humanismo renascentista. Assim, “Traduire pour la reine. La circulation des traductions autor d’Anne de Bretagne”, de Estelle Doudet; “Lucien de Samosate à Paris: notes complémentaires sur un exemplaire annoté (BnF Rés. Z 247)”, de Romain Menini; “Plaute à Paris: diffusion et imitation des comédies plautiniennes au début du xvi^e siècle”, de Mathieu Ferrand; e “Le *Thesaurus linguae sanctae* de Robert Estienne (1548): dialogue entre éditions latines et hébraïques”, de Judith Kogel. “Rémy Roussel (*Remigius Rufus Candidus Aquitanus*), figure oubliée de l’humanisme parisien”, de

Olivier Pédeflous, chamam a atenção para figuras esquecidas, mas pertinentes ao tempo na divulgação ao mais alto nível da cultura literária de inspiração clássica, até por acumularem, com frequência, a actividade intelectual com o exercício de funções públicas de relevo.

A terceira parte – “Les auteurs et leur réception” – aponta para os frutíferos contactos entre autores contemporâneos de várias proveniências, por vezes incentivados pela realidade político-militar – “Fausto Andrellini ou l’homme carrefour. Italien naturalisé, professeur à Paris et poète royal de Charles VIII à François Ier”, de Sylvie Lefèvre; “Les textes et les hommes à Paris autour de 1500: Bourguignons, Champenois, Normands et leurs présences dans la capitale”, de Jelle Koopmans; “Les *Amours* (1513) d’un Belge à Paris: Remacle d’Ardenne, le «plus ancien poète néo-latin d’amour en France»”, de Perrine Galand –, por vezes inspirados no passado medieval – “Paris, la croisade, le Concordat de Bologne. Une lecture contextualisante de *Morgant le Géant*”, de Francesco Montorsi. Contudo, sinais de uma menor abertura começam a surgir, como o crescente debate à volta da figura de Erasmo de Roterdão – “«Contra Erasmum»: nouveaux indices de la réception parisienne et universitaire d’Érasme”, de Gilbert Fournier.

Por último, a quarta parte – “Les livres de Josse Bade dans les collections de la Sorbonne” – concentra-se na imprensa de Josse Bade, o *Praelum Ascensianum*, reflexo da visão cultural do proprietário, empenhado na transmissão e divulgação da literatura greco-latina – “La production des presses de Josse Bade”, de Louise Katz. As várias reproduções coloridas presentes neste volume são complementadas por uma lista – “Liste des ouvrages exposés”, de Isabelle Diry – que corresponde às obras expostas durante o colóquio.

A obra *Paris, carrefour culturel autour de 1500*, que é aliás enriquecida por um índice analítico, proporciona, assim, um interessante e variado fresco da cidade de Paris de 1500, herdeira da grandeza medieval, mas crescentemente humanística e pronta para uma expansão política e intelectual que conduzirá a cidade para o centro da cultura europeia nos séculos seguintes.

MARIA JOSÉ LOPES
Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Centro Regional de Braga
Universidade Católica Portuguesa
mlopes@braga.ucp.pt
orcid.org/0000-0003-2463-4166
https://doi.org/10.14195/2183-1718_70_10

NANCY, Claire, *Euripide et le parti des femmes*, 176 pp., Paris, Editions Rue d'Ulm, 2016, ISBN: 978-2-7288-0553-2

Recensão recebida a 18-04-2017 e aprovada a 31-05-2017

Munida de um bom conhecimento, teórico e prático, do teatro grego, Claire Nancy publicou um estudo interessante focado num sempre discutido tema: a preferência do teatro de Eurípides pelo feminino. No seu conjunto, o volume resulta da inclusão, revista e actualizada, de reflexões levadas a cabo pela autora em diferentes circunstâncias, que agora ganham nova vida se reunidas sob um mesmo título e uma mesma problemática. A perspetiva desde logo definida nas considerações iniciais é a da importância do espaço e voz dados pelo poeta a uma componente social que a democracia persistia em manter arredada para um segundo plano - as mulheres -, através da simbologia do mito. *Medeia*, *Hécuba*, *Troianas*, *Fenícias*, *Ifigénia em Áulide* e *Bacantes* são os títulos aqui retomados, em função de experiências concretas da autora, quer através da escrita, quer de contactos com a encenação, revelando um amadurecimento sério da informação sobre o assunto.

Depois de, no capítulo que dá título ao livro - *Euripide et le parti des femmes* -, ter reunido, com base em referências culturais e literárias, um conjunto de argumentos que testemunham a misoginia reinante na Atenas do século V a. C., Nancy procura situar Eurípides nesse contexto, com tudo de ambíguo que por natureza há nas posições, em geral controversas e flutuantes, do poeta - neste caso, do Eurípides misógino até ao defensor da experiência de vida e comportamentos femininos. Não deixaria de me parecer razoável que a autora pudesse ter valorizado, perante o rol de críticas à mulher que identifica, em geral, no teatro trágico, alguns testemunhos em sua defesa (porque não mencionar Atossa por contraste com Clitemnestra, Ismena por contraste com Antígona, Crisótemis por contraste com Eletra, por exemplo, diversificando comportamentos e personalidades?), de modo a que o autor das *Medeias*, das *Hécubas* ou das *Ifigénias* - sofredoras ou virtuosas - não aparecesse como um caso isolado. Esta é uma questão em que a controvérsia dos testemunhos sugere a necessidade de multiplicar ou flexibilizar os pontos de vista. De toda a forma, este capítulo introdutório revela uma boa síntese dos elementos disponíveis, consideradas as peças conservadas e as fragmentárias.

É patente a assimetria que a avaliação de cada peça produz no conjunto do volume, 24 páginas dedicadas a *Medeia* e 33 a *Bacantes*, perante apenas

4 relativas a *Troianas*, por exemplo. Percebe-se facilmente, pela informação dada no início do livro, que estas assimetrias resultam da intenção anterior com que os textos agora coligidos foram produzidos. Assim, o capítulo sobre *Medeia* resulta da articulação de vários textos apresentados pela autora em diferentes ocasiões, enquanto o dedicado a *Troianas* se retira de uma breve introdução para o *Théâtre complet* de Eurípides, editado por Monique Trédé. No entanto, a coesão interna do volume talvez recomendasse uma revisão de cada texto a incluir, de modo a que o efeito final resultasse mais uniforme e equilibrado.

Em cada capítulo, a autora tem a preocupação, muito positiva, de introduzir uma informação diacrónica sobre a utilização do mito em causa e de sublinhar aspetos de tradição que vão influenciando as criações de Eurípides. Por outro lado, procura abrir alguma pista – neste caso um pouco dececionante, porque não se concretiza em exemplos – para a maior ou menor receção que a produção em análise veio a ter. Está excluída da apresentação do livro qualquer nota de rodapé, que contribuísse com alguma informação complementar ou referência bibliográfica. Se, por exemplo (p. 37), a alusão à multiplicidade de formas de receção do tema de *Medeia* suscita curiosidades – “on compte plus de deux cent cinquantes oeuvres d’art qui la prennent pour sujet, qu’il s’agisse de tragédies, d’opéras, de romans, de poèmes, de représentations plastiques ou de films” –, não há qualquer informação complementar que concretize esta síntese ou remeta para bibliografia informativa.

Segue-se, na generalidade dos capítulos, uma análise de tópicos bem identificados, que apontam para a problemática feminina, sem nunca se perder de vista a sua contextualização na dinâmica geral de cada peça, e documentados com citações mais ou menos longas e bem selecionadas dos textos convenientes à sua ilustração. Parecem-me particularmente interessantes pela focagem no coro e nas suas potencialidades dramáticas, bem como pela influência de uma visão cénica da peça, as páginas dedicadas a *Fenícias* e *Ifigénia em Áulide*.

A bibliografia citada no final – *Textes modernes cités* – é manifestamente escassa e, salvo muito raras exceções, restrita a títulos de estudiosos franceses. Este é certamente um ponto débil do volume, dada a abundância de excelentes estudos fora deste âmbito restrito da produção francesa e tida em conta a enorme controvérsia a que este assunto tem sido sujeito.

Em conclusão, diríamos que, no seu conjunto, este livro contém interessantes elementos de análise das peças de Eurípides, em termos gerais

e sobre alguns casos em particular. Merece referência a apresentação gráfica, cuidada e sugestiva. Mas alguma amplitude de informação complementar e bibliográfica poderiam tê-lo, sem dúvida, enriquecido mais ainda.

MARIA DE FÁTIMA SILVA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

fanp13@gmail.com

orcid.org/0000-0001-5356-8386

https://doi.org/10.14195/2183-1718_70_11

VAN NOORDEN, Helen, *Playing Hesiod: The ‘Myth of the Races’ in Classical Antiquity*, 360 pp., Cambridge University Press, 2015, ISBN: 978-0-521-76081-2.

Recensão recebida a 28-05-2017 e aprovada a 12-06-2017

Os estudos sobre a poesia de Hesíodo têm revelado, nos últimos anos, uma vitalidade assinalável. Recordemos o *Brill’s Companion to Hesiod* (2009), editado por F. Montanari, A. Rengakos e C. Tsagalis; no ano seguinte, H. Koning publicou o livro *Hesiod: The Other Poet* e G. Boys-Stones e J. Haubold editaram o volume *Plato and Hesiod*; em 2013, I. Ziogas publicou o livro intitulado *Ovid and Hesiod* e, no ano seguinte, saiu o volume *Hesiodic Voices* de R. Hunter; em 2015, além do livro em epígrafe, foi publicado o livro *Hesiod’s Works and Days: How to Teach Self-Sufficiency* de L. G. Canevaro; já em 2016, a revista *SemRom* dedicou o seu número ao tema *Esiodo il corpus Hesiodeum. Problemi aperti e nuove prospettive*, com organização de A. Ercolani e L. Sbardella. Desta forma, fica demonstrado o interesse que a poesia de Hesíodo continua a suscitar entre os filólogos clássicos.

Ao longo de seis capítulos (1. “Approaching Hesiod”; 2. “Embedding the races in Hesiod”; 3. “Hesiod’s races and your own’: Plato’s ‘Hesiodic’ projects”; 4. “‘They called her justice...’: reading Hesiod in Aratus’ *Phaenomena*”; 5. “Hesiod *ad mea tempora* in Ovid’s *Metamorphoses*”; 6. “*Saeculo premimur graui*: re-performing ‘Hesiod’ in Rome”), Van Noorden não só procura fazer uma análise aprofundada da versão hesiódica do conhecido ‘mito das raças’ (*Trabalhos e Dias* 106-201), numa perspectiva intratextual e tendo em conta o contexto literário da época, mas também se interessa pela

sua vocação hermenêutica e intertextual, pois procura interpretar a forma como se deu a recepção desse mito na Literatura Clássica, na medida em que não existe uma simples recepção passiva, mas releitura e reconstrução do ‘mito das raças’. Em linhas gerais, o referido mito, entre os Gregos, tem, sobretudo, uma dimensão antropológica, enquanto na cultura romana (de ‘raças’ passa-se a ‘ages’) distingue-se a sua tendência histórica, logo também ideológica. Ainda no Primeiro Capítulo, a A. manifesta a intenção de caracterizar a narratologia hesiódica, integrando-a no género da poesia didáctica. Além disso, procura enquadrar a sequência de autores e textos analisados, de Hesíodo a Juvenal. Ainda assim, parece-nos que poderia, neste capítulo inicial, ter aprofundado um pouco mais a questão do didactismo de Hesíodo por comparação com outros poetas.

No Segundo Capítulo, Van Noorden analisa a estrutura e a narrativa do ‘mito das raças’, estabelecendo relação, por exemplo, com as duas *Erides*, o mito de Prometeu e Pandora, o *ainos* ou a descrição das duas cidades, para melhor se compreender o processo da recepção literária da poesia hesiódica. Além de identificar a possível influência oriental neste mito, a A. questiona-se se a perspectiva de Hesíodo reflecte uma noção de declínio ou decadência, da raça de ouro à do ferro, embora não aprofunde muito este tema, nem esclareça claramente sobre qual a sua leitura. Saliente-se a interpretação antropológica que se faz deste mito, pela sua relação com a justiça, mas também com o trabalho ou o esforço humano. Contudo, o facto de este capítulo ter oito subcapítulos não facilita a leitura, uma vez que a reflexão surge de forma muito fragmentada e o texto torna-se um pouco repetitivo.

O Terceiro Capítulo, o mais extenso, identifica e interpreta a continuidade e a transformação dos elementos hesiódicos no *Protágoras*, na *República* e no *Político*, sendo muito interessante a forma como Van Noorden combina, na sua análise, a poeticidade de Hesíodo com a dimensão mais filosófica dos textos platónicos. O uso da voz de Hesíodo, como fonte ou recurso retórico, resulta, sobretudo, de ser considerado um poeta que legou um conjunto de ensinamentos e também uma visão filosófica da mundividência humana. Para Van Noorden, a recepção que Platão faz da poesia hesiódica desempenhará um papel fundamental na Antiguidade.

É à análise da recepção da poesia de Hesíodo por Arato que a A. dedica o Quarto Capítulo, procurando enfatizar que Arato marca uma nova tradição didáctica. Acredita-se que a *mimesis* da poesia hesiódica por Arato terá sido um dos temas abordados no período helenístico, em autores como

Calímaco (vide, por exemplo, o Epigrama 27 Pfeiffer). Mais do que realçar a presença do legado hesiódico, a A. procura analisar a forma como Arato concilia essa *mimesis* com o facto de escrever numa época diferente, se atendermos especialmente ao desenvolvimento do conhecimento científico, em estreita ligação com o teor dos *Phaenomena*. Esta alteração nota-se, sobretudo, ao nível da linguagem do poema de Arato, que é mais técnica, ligada à astronomia, mas, apesar disso, o conteúdo hesiódico continua, no entender da A., a ser útil: “the *Phaenomena*’s ‘Hesiodic’ texture provokes reflection on whether teaching is (still) needed to orientate oneself in the universe, and if not, whether the desired understanding is based on collective memory (of what Hesiod’s Muses have told him), or the evidence of independent observation” (p. 174). Seguindo uma análise intertextual, Van Noorden não só interpreta a continuidade ou não do mito, mas também a dimensão visual dos *Phaenomena*. No contexto desta perspectiva mais científica da criação e da observação do mundo, a poesia hesiódica não perde significado, mas antes seduz os poetas, como Arato e outros que lhe seguem, a novas formas de recepção.

No Quinto Capítulo, centraliza-se a análise na presença hesiódica no poema *Metamorfoses* de Ovídio, que apresenta, depois de Hesíodo, a versão mais extensa do ‘mito das raças’ (Livro I, vv. 89-150). Para Van Noorden, importa escarpelizar o processo de sucessão e periodização das raças, comparando com outros poemas (Hesíodo, Arato, Lucrecio e Vergílio). Além disso, identifica, com muito pormenor, os processos de continuidade e reescrita em Ovídio, enfatizando a influência que o pitagorismo exerceu no poeta latino. Uma das conclusões deste Capítulo remete para a universalidade (literária e cosmogónica) do ‘mito das raças’ e para a própria dimensão antropológica, daí o seu valor didáctico.

Van Noorden, no Sexto Capítulo, começa por analisar o Livro XV das *Metamorfoses*, em que Ovídio se detém na teoria de Pitágoras, que influenciará a forma como se transformará, na Literatura Latina, o ‘mito das raças’ no drama e na sátira. Nessa linha de raciocínio, a A. dá dois exemplos daquilo a que chama ‘didactic hazard’ por causa da relação entre mestre e discípulo: a tragédia *Octávia* e a *Sátira* 6 de Juvenal. Apesar de uma profunda reelaboração, o legado hesiódico continua, sem dúvida, a ter uma presença significativa entre os autores latinos.

Não obstante a perspectiva de recepção de Hesíodo tenha por base o ‘mito das raças’, teria feito sentido dedicar algum subcapítulo a textos que são muito relevantes na tradição antiga do género didáctico, como o

poema *Da Natureza das coisas* de Lucrécio, as *Geórgicas* de Vergílio ou o poema sobre astros de Manílio. Dessa maneira, o leitor teria um melhor enquadramento da poesia didáctica na Antiguidade e isso facilitaria o próprio entendimento da inclusão neste estudo da tragédia *Octávia* e da *Sátira 6* de Juvenal, dois textos que poucas vezes são tidos em conta pelos estudos que se dedicam à poesia hesiódica e à sua pervivência, o que é um elemento digno de nota deste trabalho.

Refira-se que a estrutura geral do livro está bem definida, mas o facto de se remeter várias vezes a análise para outros capítulos torna a leitura do texto um pouco confusa, também por causa de uma certa tendência para a repetição. Esta apreciações de modo algum pretendem desvalorizar o inegável valor deste livro, sobretudo pela sua análise intertextual e pela reflexão meta-didáctica, no que diz respeito aos autores latinos. De facto, estamos na presença de um estudo, apoiado em bibliografia especializada, que vem sublinhar a importância de Hesíodo na tradição literária grega e também latina. Refira-se, ainda, que são de grande utilidade os dois índices finais, o *Index locorum* e o Índice Geral.

JOAQUIM PINHEIRO
Universidade da Madeira
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
pinus@uma.pt
orcid.org/0000-0002-5425-9865
https://doi.org/10.14195/2183-1718_70_12

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTÍCIAS

(Página deixada propositadamente em branco)

3.^a Conferência Internacional de História e Culturas da Alimentação, promovida pelo Institut Européen d' Histoire et des Cultures de l'Alimentation (IEHCA), na Universidade François Rabelais de Tours, nos dias 1 e 2 de junho de 2017

Numa significativa demonstração da importância e atualidade dos estudos na área da alimentação, realizou-se, nos passados dias 1 e 2 de junho, a 3.^a Conferência Internacional de História e Culturas da Alimentação, promovida pelo Institut Européen d' Histoire et des Cultures de l'Alimentation (IEHCA) e que teve lugar na Universidade François – Rabelais de Tours.

Contou com mais de 200 conferencistas e comunicantes provenientes de vinte e oito países. De entre dezoito europeus tiveram representações mais numerosas a Irlanda (28), o Reino Unido (22), a Espanha (21) e Portugal (11) e, de entre o continente americano, os Estados Unidos da América (10). As comunicações distribuíram-se ao longo dos dois dias da Conferência por setenta sessões paralelas.

O projeto *Diaita – Património Alimentar da Lusofonia* assinalou fortemente a sua presença, propondo três painéis, que foram aceites pelo Conselho Científico, tendo apresentando as seguintes comunicações: “Martial: food and social criticism” – José Luís Brandão; “La Lettre De Observatione Ciborum de Anthime e Byzance : remarques sur les changements de regime alimentaire dans le Haut Moyen Âge” – Paula Barata Dias; “ «L' Économie Domestique» dans la Gazeta das Aldeias (1886-1918): miroir de l'art culinaire de la bonne maîtresse de maison de la champagne” – Maria Helena da Cruz Coelho; “«National Cuisine» in Portuguese Cookbooks: Meanings and Contexts of a Concept” – Carmen Soares; “Quand les vents de guerre soufflent à la table: témoins à la première personne du féminin au début des années 40” – Inês de Ornellas e Castro e “Gastronomie Portugaise: quelle attraction pour les touristes? – Le cas de Porto” – Maria José Araújo.

Uma outra investigadora do projeto *Diaita* integrou um quarto painel e proferiu a comunicação “How to ensure food to the medieval village of

Loulé (1384-1488) ” – Luísa Fernandes Guerreiro Martins. Acresce que marcaram também presença outros docentes e investigadores portugueses da Faculdade de Letras de Coimbra e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Antecedendo os dias da conferência, um grupo de investigadores do *Diaita* foi recebido pelo Vice-Presidente de Relações Internacionais da Universidade François Rabelais, Marc Desmet, e pelo Presidente do IEHCA, Bruno Larioux.

Na reunião de trabalho, que então teve lugar, foi salientada pelos anfitriões a importância da rede “Coimbra”, que agrega diversas instituições universitárias europeias, entre as quais a Universidade de Coimbra e três universidades francesas, enquanto parceria estruturante vital nas áreas da formação, investigação e desenvolvimento social.

Foi apresentado em detalhe o projeto *Diaita* através do seu *website*, com enfoque na multidisciplinariedade dos estudos da Alimentação, conexão entre a investigação e a docência e a importância das relações científicas e pedagógicas luso-atlânticas.

Deram-se ainda a conhecer os únicos 2.º e 3.º ciclos em estudos interdisciplinares em alimentação em Portugal, inspirados na oferta formativa de outras universidades europeias nesta área: Mestrado em Alimentação: Fontes, Culturas e Sociedades e Doutoramento em Patrimónios Alimentares: Culturas e Identidades, ministrados pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Conhecidos os objetivos do IEHCA e o redimensionamento da rede de parcerias que a Universidade François – Rabelais de Tours pretende impulsionar, ficaram em aberto as possibilidades de intercâmbio entre esta instituição, o projeto *Diaita* e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MARIA JOSÉ ARAÚJO
Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia
Projeto DIATA: Património Alimentar da Lusofonia
mariajoaraujo@gmail.com

PERMUTAS ATIVAS
ÚLTIMOS NÚMEROS RECEBIDOS

Acta Classica (LII)
Aevum (XCI.1)
Ágora (18)
Analecta Malacitana (XXXVII 1-2)
Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa (8/2)
Anuário de Estudos Filológicos (38)
Anzeiger für die Altertumwissenschaft (LVIII 3/4)
Arctos (XLIX)
Arethusa (50.2)
Arys (13)
Athenaeum (104.1)
Auster (19)
Balcanica Posnaniensia (acta et studia) (XXII/2)
Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (XCII)
Brotéria (184.4)
Cadmó (25)
Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Griegos e Indoeuropeus. (26)
Didaskalia (XLVI.2)
Emerita (LXXXIV.1)
Eos (CIII.I)
Estudos Teológicos (19)
Estudios clásicos : revista de la sociedad española de estudios clásicos (148)
Euphrosyne (XLIV)
Faventia (34-36)
Gérion (34)

Graeco-Latina Brunensia (21.2)
Gramma (22.1)
Helmantica (LXVII)
Hermathena (193)
Hyperboreus (20.2)
Ilu. Revista de Ciencia de las Religiones (21)
Itinerarium (213)
JASCA - Japanese Studies in Classical Antiquity (3)
Journal of Classical Studies (LXV)
Les Études Classiques (83)
Lucentum (XXXV)
Mélanges de la Casa de Velásquez (46.2)
Minerva (29)
Myrtia (31)
Phoenix (UFRJ) (22.2)
Phoenix (Canadá) (LXIX 3.4)
ΠΑΑΤΟΝ (60)
Portugalia (37)
Quaderni Urbinati di Cultura Classica (14)
Revista de História das Ideias (34)
Revista de Historiografia (24)
Revista de Musicologia (XXXIX.1)
Revista Portuguesa de Arqueologia (19)
Revistas de Estudios Clásicos (Argentina) (148)
Révue des Études Grecques (129)
Salduvie (11)
Semana de Estudios Romanos (Pontífica Valparíso) (XVII)
Studies in Philology (114.2)
Synthesis (23)
Veleia (33)
Vetera Christianorum (51)
Zephyrus (LXXVIII)
ΠΡΑΚΤΙΚΑ (169)

Compras

Ancient Society (46)

Bibliographie Internationale de l'Humanism et de la Renaissance (XLV)

Classical Quarterly (66.2)

Classical Review (65.2)

Glotta (91)

Gnomon (88.6)

Hermes (144.4)

Hesperia (85)

Pallas (100)

Studia Monastica (58)

Technai (6)

Wiener Studien (128)

Ofertas

Archaeological Reports (62)

Journal of Hellenic Studies (136)

(Página deixada propositadamente em branco)

ORIENTAÇÕES DE SUBMISSÃO

1. Artigos e resenhas aceites em permanência para publicação, através da plataforma Open Journal Systems (OJS):
<http://impactum-journals.uc.pt/humanitas/about/submissions#online>
Submissions
2. Os artigos que não respeitem as normas de publicação da revista serão recusados.
3. Todos os artigos submetidos são sujeitos a revisão e aprovação por pares, em regime de anonimato. O processo de avaliação encontra-se documentado nos arquivos da Revista *Humanitas*. Os contributos são encaminhados pelos Editores da revista para o Conselho Científico ou para avaliadores *ad hoc*, de acordo com as suas áreas de especialização. Os principais critérios de avaliação são: adequação à linha editorial da revista; respeito pelas normas editoriais; qualidade da redação; originalidade e relevo dos temas propostos para o avanço dos estudos nas áreas de estudo admitidos pela revista.
4. Não se aceita mais do que um artigo do mesmo autor por ano.
5. Procedimentos e calendarização do processo de submissão e revisão de provas:
 - Nas primeiras provas não devem ser introduzidas alterações no texto, apenas correção de gralhas e erros ortográficos;
 - O prazo de devolução das primeiras provas revistas não deverá exceder um mês;
 - Após a correção das primeiras provas, não deverão os autores introduzir novas emendas no trabalho;
 - As segundas provas servem apenas para verificar se as correções assinaladas nas primeiras foram executadas, e devem ser devolvidas no prazo de 15 dias após a receção do PDF;
 - A editora estima um prazo médio entre quatro e oito meses para a publicação da revista desde a data de entrega do documento (versão definitiva). Este prazo pode variar em função da programação anual da editora.

SUBMISSION GUIDELINES

1. CFP permanently open; manuscripts are to be submitted online, via the Open Journal Systems platform: <http://iduc.uc.pt/index.php/humanitas/about/submissions/>
2. The manuscripts not prepared in accordance with the publication guidelines will be refused.
3. All items submitted are peer reviewed and evaluated by anonymous referees. The process of evaluation for *Humanitas* is available on the website of the journal. The General Editor and the Associate Editors forward submissions for review to members of the Editorial Board or to *ad hoc* referees in accordance with their areas of academic specialization. The main evaluative criteria are the following: conformity to the journal's editorial program; accordance with its editorial norms; quality of the presentation; and the originality and relevance of the proposed subject matter to the advancement of studies in the areas of research covered by the journal.
4. Each author can only submit one article per year.
5. Submission and proofreading procedures and timing:
 - First stage page proof corrections must not include additions to the text or text rephrasing; only misprints and orthographical errors should be corrected;
 - The first corrections must be returned within a month;
 - Changes to the manuscript are not permitted after the first proofreading has been completed;
 - The second proofreading stage is solely meant to verify whether the corrections marked in the first page proofs have been adequately introduced. Authors must return their second page proofs within 15 days from the reception of the respective PDF document;
 - The publishers estimate between four and eight months for publication after the definitive version of the manuscript is received. However, this may vary depending on their annual publishing plan.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

O cumprimento das normas de edição abaixo transcritas é obrigatório.

1. Formatação do texto:

- enviar original através da plataforma de edição OJS, em formato Word e PDF;
- dimensões e formatação: corpo do texto = máximo de 20 pág. A4; corpo 12; Times New Roman; duplo espaço; notas de rodapé = corpo 10; Times New Roman; espaço simples;
- só usar caracteres gregos para citações longas; palavras isoladas ou pequenas expressões gregas virão em alfabeto latino (ex.: *adynaton, arete, doxa, kouros*); a fonte de grego a usar é unicode;
- idiomas admitidos: Português, Inglês, Espanhol, Francês e Italiano;
- apresentar dois resumos (cada com um máximo de 250 palavras), um na língua do artigo outro em inglês, seguidos das respectivas palavras-chave (máximo de 5);

2. Citações

2.1. Normas de caráter geral

- a) uso do itálico:
 - nas citações latinas e respectivas traduções, quando incluídas no corpo do texto (em caixa ficarão em redondo);
 - nos títulos de obras antigas, de monografias modernas, de revistas e de recolhas temáticas;
- b) usar aspas (“ ”) nas citações de textos modernos;
- c) não usar itálico nas abreviaturas latinas (op. cit., loc. cit., cf., ibid., in,...).

2.2. Citações de livros

- a) não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:
Autor Ano: página Ex: Bell 2004: 123-125
Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:
Bell, A. (2004), *Spectacular Power in the Greek and Roman City*. Oxford: University Press.
- b) as edições posteriores à primeira serão anunciadas da seguinte forma: (2005, 2.^a ed.);

c) à qualidade de editor(es) corresponderá (ed.) ou (eds.); de coordenador(es), (coord.) ou (coords.).

2.3. Citações de capítulos de livros

Não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:

Autor Ano: página Ex: Murray 1994: 10.

Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:

Murray, O. (1994), “Symptotic History”, in O. Murray (ed.), *Symptotika. A Symposium on the Symposion*. Oxford: Clarendon Press, 3-13.

2.4 Citações de artigos em periódicos

Não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:

Autor Ano: página Ex: Toher 2003: 431.

Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:

Toher, M. (2003), “Nicolaus and Herod”, *HSPH* 101: 427-447.

2.5. Abreviaturas usadas

– revistas: *L'Année Philologique*;

– autores gregos: *A Greek-English Lexicon*;

– autores latinos: *Oxford Latin Dictionary*;

=> NÃO USAR NUMERAÇÃO ROMANA: Hom. *Od.* 1.1 (não α.1);

Cic. *Phil.* 2.20 (não II. 8. 20); Plin. *Nat.* 9.176 (não IX. 83. 176);

=> NÃO COLOCAR espaços entre os números: Hom. *Od.* 1.1 (não Hom. *Od.* 1. 1)

3. Notas:

Devem ser breves e limitar-se a abonar o texto, introduzir esclarecimento, ponto crítico ou breve estado da questão; o que é essencial deve vir no corpo do texto. A mera indicação do passo ganhará em vir também no texto.

4. Recensões

4.1. Tamanho: não ultrapassar os 8.000 caracteres;

4.2. Cabeçalho: seguir os seguintes modelos:

Acerbi, Silvia, *Conflitti politico-ecclesiastici in Oriente nella Tarda Antichità: Il II Concilio di Efeso (449)*, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Revista de Ciencias de las Religiones, Serie de sucesivas monografías, Anejo V, 2001, 335 pp. ISBN: 84-95215-20-9.

Bañuls Oller, J. Vte.; Crespo Alcalá, P.; Morenilla Talens, C., *Electra de Sófocles y las primeras recreaciones hispanas*, Bari, Levante Editori, 2006, 152 pp. ISBN: 88-7949-432-5.

Francisco Bauzá, Hugo, *Propercio: Elegías completas*. Traducción, prólogo y notas, Madrid, Alianza Editorial, 2007, 251 pp. ISBN: 978-84-206-6144-5.

5. Imagens/Gráficos/Tabelas

Os elementos gráficos que acompanhem o texto deverão ser enviados em separado, devidamente identificados e numerados, devendo a localização no corpo de texto ser, de igual forma, assinalada:

- as imagens devem ser entregues individualmente, em formato .jpeg, com resolução mínima de 300dpi's. Todas as imagens deverão ser livres do pagamento de direitos de autor e acompanhadas por comprovativo oficial de cedência ou compra de direitos a publicações de caráter acadêmico;

- tabelas ou gráficos devem ser enviados em documento .doc, editáveis. Não serão considerados elementos em .jpeg ou outro formato que não permita edição.

6. Bibliografia final:

De uso obrigatório e limitada ao essencial ou aos títulos citados, sendo as referências bibliográficas necessariamente desdobradas:

NORMAS DE TRANSLITERAÇÃO

Ignorar completamente os acentos, bem como a distinção entre vogais longas e breves.

Grego Português

α a

β b

γ g

δ d

ε e

ζ z

η e

θ th

ι i

κ k

λ l

μ m

ν n

ξ x

ο ο

π p

ρ r

σ, ς s

τ t

υ u (em ditongo) y (nos outros casos)

φ ph

χ ch

ψ ps

ω o

aspiração inicial h

iota subscripto [letra] + i

γ + gutural (γ, κ, ξ e χ) n + [letra transcrita]

PUBLICATION GUIDELINES

All submissions must be prepared in accordance with the instructions below.

1. Text format:

- please submit your manuscript online via the OJS edition platform in both Word and PDF formats;
- number of pages and font sizes: body of the text = maximum 20 pages A4, 12-point font size Times New Roman, double-space; footnotes = 10-point font size Times New Roman, single-space;
- Greek characters can be used only in long quotations; single Greek words and expressions should be written in Latin (e.g.: *adynaton*, *arete*, *doxa*, *kouros*);
- abstracts (250 words) and keywords (five) are mandatory, both in English and in the article's language;
- languages accepted: Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

2. Quotations:

2.1. General Guidelines:

a) italic:

- in Latin quotations and translations included in the body of the text;
- titles from ancient documents/works, modern monographs and journals:

b) quotation marks (“ ”) in modern text quotations;

c) do not use italic in Latin abbreviations (op. cit., loc. cit., cf., ibid., in,...).

3. References

3.1. Books

Book references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page eg.: Bell 2004: 123-125

The complete bibliographical references are included in the final list of references: Bell, A. (2004), *Spectacular Power in the Greek and Roman City*.

Oxford: University Press.

- later editions will be referred as: (2005, 2nd ed.);
- to the Editor will correspond the abbreviation (ed.) or (eds.) and to the coordinator the abbreviation(coord.) or (coords.).

3.2. Book's chapters

Bibliographical references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page(s) eg.: Murray 1994: 3

The complete bibliographical references are included in the final list of references:

Murray, O. (1994), "Symptotic History", in O. Murray (ed.), *Symptomika. A Symposium on the Symposion*. Oxford: Clarendon Press, 3-13.

3.3. Journals:

Bibliographical references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page(s) eg.: Toher 2003: 431.

The complete bibliographical references are included in the final list of references:

Toher, M. (2003), "Nicolaus and Herod", *HSPH* 101: 427-447.

3.4. Abbreviations

– journals: *L'Année Philologique*;

– Greek authors: *A Greek-English Lexicon*;

–Latin authors: *Oxford Latin Dictionary*;

=> DO NOT USE ROMAN NUMERICALS: Hom. *Od.* 1.1 (not α.1);

Cic. *Phil.* 2.20 (not II. 8. 20); Plin. *Nat.* 9.176 (not IX. 83. 176);

=> DO NOT USE USE "SPACE" BETWEEN NUMBERS: Hom. *Od.* 1.1 (not Hom. *Od.* 1. 1)

4. Footnotes

Must be brief and, in direct relation with the text, in order to introduce a clarification, point out a critical aspect or a brief question. The essential information must be in the body of the text.

5. Book reviews

5.1. size: max. 8.000 characters;

5.2. Book identification: follow the models above:

Acerbi, Silvia, *Conflitti politico-ecclesiastici in Oriente nella Tarda Antichità: Il II Concilio di Efeso (449)*, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Revista de Ciencias de las Religiones, Serie de sucesivas monografías, Anejo V, 2001, 335 pp. ISBN: 84-95215-20-9.

Bañuls Oller, J. Vte.; Crespo Alcalá, P.; Morenilla Talens, C., *Electra de Sófocles y las primeras recreaciones hispanas*, Bari, Levante Editori, 2006, 152 pp. ISBN: 88-7949-432-5.

Francisco Bauzá, Hugo, *Propercio: Elegías completas*. Traducción, prólogo y notas, Madrid, Alianza Editorial, 2007, 251 pp. ISBN: 978-84-206-6144-5.

6. Images/Graphics/Tables

Graphic elements must be sent separately, properly identified and numbered. Their location in the body of the text must be properly identified:

- Images must be sent separately, properly identified and numbered, in .jpeg format, requiring a minimum quality of 300dpi. All the images must be free from copyright and sent with official documentation testifying either that they are license free or purchased for academic publications purposes.

- Tables and graphics must be sent in editable.doc format. Elements in .jpeg format or other formats will not be considered.

7. Final Bibliographical references

Mandatory and limited to the essential titles and/or those quoted in the text. Only in the final bibliography the references will appear in their complete and extended version.

TRANSLITERATION GUIDELINES

Accents and distinction between long and short should be ignored.

Greek Latin

α a

β b

γ g

δ d

ε e

ζ z

η e

θ th

ι i

κ k

λ l

μ m

ν n

ξ x

ο ο

π p

ρ r

σ, ς s

τ t

υ u (in diphthong) y (in other cases)

φ ph

χ ch

ψ ps

ω o

initial aspiration h

subscript iota [character] + i

γ + guttural (γ, κ, ξ e χ) n + [transcript character]

(Página deixada propositadamente em branco)

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



Instituto de Estudos Clássicos

APOIO



FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

• U



C •

